U.PORTO

MESTRADO INTEGRADO

ARQUITETURA

O CRUZINHO - uma “ilha” esquecida: Proposta de Reabilitação

Pedro Henrique Couto Ferrão

M

2025

A presente Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura foi apresentada à Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto a 27 de março de 2026.
Júri da Prova Pública de Defesa da Dissertação:
Presidente - Prof. Doutora Raquel Alexandra Geada e Paulino
Arguente - Prof. Arquiteto João Paulo Loureiro
Orientador - Prof. Doutor Pedro Duarte Santos de Alarcão e Silva
O júri atribui por unanimidade a classificação final de 17 (dezassete) valores.

O CRUZINHO - uma “ilha” esquecida:
Proposta de Reabilitação

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura
apresentada à Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto

Sob a orientação do
Prof. Doutor Pedro Duarte Santos de Alarcão e Silva

Pedro Henrique Couto Ferrão
2025

Fig.00 Fotografia do estado atual e de como a “ilha” do Cruzinho se apresenta para a cidade. PF



NOTAS PRÉVIAS

i. A presente dissertação encontra-se redigida ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, em vigor deste 2009. Porém, no que diz respeito as citações, poderá haver exceções preservando sempre a escrita original.

ii. No corpo de texto, as citações de línguas estrageiras foram livremente traduzidas pelo autor para uma maior fluidez de leitura. As expressões em itálico referem-se a referências, expressões, instituições e estrangeirismos; e com a utilização de bold pretende-se dar ênfase e destacar informações específicas.

iii. Por questões de coerência gráfica, as imagens foram redimensionadas e tratadas cromaticamente. Todos os elementos codificados com PF.mês.ano são da autoria do autor, sendo os restantes destacados em parte própria.

iv. Para facilitar a navegação, a versão do documento em formato digital, apresenta um sumário vinculado através de *hyperlinks*, que permite aceder de forma direta a cada capítulo e secção da dissertação.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Pedro Alarcão, pela disponibilidade, orientação e acompanhamento ao longo do desenvolvimento deste trabalho.

Aos meus pais, Paulo e Ana Paula, e ao Gil, pela paciência, compreensão e apoio, por acreditarem em mim e por me ajudarem a alcançar os meus objetivos.

Ao meu irmão João, que, apesar de ser o mais novo, é um exemplo de como ser melhor.

À minha família — avós e tios — pelo incentivo constante e pelo apoio demonstrado ao longo deste percurso.

À Inês, companheira de vida e de aventuras, pela presença, pelo apoio e pela alegria.

Aos amigos do Porto e de Espinho, pelos momentos vividos e por serem a ligação entre as duas cidades.

Ao Tavares e ao Miguel, pela amizade, pelas rendas oferecidas e pelas noites e dias relembrados. Ao Nugent, pela autoridade e pelo respeito. A um calhau, pela disponibilidade e cedência dos seus serviços no âmbito deste trabalho. A todos que tiveram influência e oportunidade de partilhar este percurso comigo.

ABSTRACT

This dissertation seeks to deepen the study and understanding of the housing model of the workers’ “islands”, a phenomenon specific to the city of Porto, with particular focus on the “Ilha do Cruzinho”, the object of our study. This ensemble of 45 dwellings of extremely modest dimensions, built in the late nineteenth century, is currently, like many other “islands”, in an advanced state of abandonment and at risk of demolition, despite its historical, urban, and social value.

Initially, and with the aim of grounding a proposal for intervention in the Cruzinho, the work examines the historical context of Porto’s industrial growth and the emergence of the island typology—a spontaneous solution for cheap, rapid, and efficient housing developed to address the high demand and limited supply that accompanied the massive influx of workers into the city. It also seeks to understand why this housing model became a fundamental element of Porto’s urban identity.

Subsequently, the dissertation analyses the contemporary condition of the case study, highlighting how progressive abandonment, together with real-estate pressures, has hindered the preservation and rehabilitation of buildings of significant heritage value. The situation of the Cruzinho thus reflects a broader issue: the difficulty of reconciling heritage preservation, affordable housing, and economic interests in central Porto.

In the second part, three case studies with characteristics or circumstances similar to our object of study are examined—the Bairro Rainha D. Leonor, the Bairro de S. Vítor, and the Ilha da Bela Vista—in order to understand different rehabilitation strategies capable of preserving the identity of the original ensembles while ensuring adequate living conditions.

Based on these analyses, a rehabilitation proposal is developed for the “Ilha do Cruzinho”, seeking to maintain the essence of the place, namely through the preservation of the central footpath and the social dynamics inherent to a workers’ island. The typologies and the ensemble are, however, adapted to contemporary requirements of comfort and liveability through the reorganisation of interiors, the requalification of exterior spaces, and the introduction of new volumetric additions and services, without compromising the collective memory of the site.

This work demonstrates that Porto’s “islands”, far from being a problem, can instead constitute opportunities for inclusive urban regeneration. The Ilha do Cruzinho exemplifies the need to balance heritage, community, and future development.

RESUMO

Este trabalho propõe aprofundar o estudo e o entendimento do modelo habitacional das “ilhas” operárias, caso especifico da cidade do Porto, com foco principal sobre a “Ilha” do Cruzinho, o nosso objeto de estudo. Este conjunto de 45 habitações de medidas exíguas, construído no final do século XIX, encontra-se atualmente, como muitas outras “ilhas”, em avançado estado de abandonado e em risco de demolição, apesar do seu valor histórico, urbano e social.

Inicialmente, com o intuito de fundamentar uma proposta de intervenção para o Cruzinho, procede-se ao enquadramento histórico do crescimento industrial do Porto e ao estudo da origem da tipologia das ilhas, uma solução espontânea de habitação barata, rápida e eficaz, desenvolvida para responder à elevada procura e à escassez de oferta que acompanharam a chegada massiva de trabalhadores à cidade. Procura-se ainda compreender por que razão esta tipologia se tornou um elemento fundamental da identidade urbana portuense.

Seguidamente, analisamos a situação contemporânea do objeto de estudo, de modo a evidenciar como o abandono progressivo, aliado as pressões imobiliárias, impede a preservação e reabilitação de imóveis que possuem elevado valor patrimonial. O caso do Cruzinho reflete, assim, um problema mais amplo, a dificuldade de conciliar a preservação patrimonial, habitação acessível e interesses económicos no centro do Porto.

Numa segunda parte, analisam-se três casos de estudo com características ou situações semelhantes ao nosso objeto de estudo: o Bairro Rainha D. Leonor, o Bairro de S. Víctor e a Ilha da Bela Vista, de modo a compreender diferentes estratégias de reabilitação capazes de preservar a identidade dos conjuntos originais, garantindo simultaneamente condições de habitabilidade adequadas.

Com base nas análises anteriores, desenvolvemos uma proposta de reabilitação, para a “Ilha” do Cruzinho, onde procuramos manter a essência do lugar, nomeadamente através da preservação do carreiro central e as dinâmicas sociais inerentes a uma “ilha” operária. Adaptando-se, contudo, as tipologias e o conjunto às exigências atuais de conforto e habitabilidade, através da reorganização dos interiores, requalificação dos espaços exteriores e introduzindo novas volumetrias e serviços, sem comprometer a memória coletiva do lugar.

Em síntese este trabalho permite demonstrar que as “ilhas” do Porto, longe de constituírem um problema, podem representar oportunidades de regeneração urbana inclusiva. A ilha do Cruzinho é um exemplo desta necessidade de equilibrar património, comunidade e futuro.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS 007
ABSTRACT 008
RESUMO 009

INTRODUÇÃO 012

PARTE 0.1. ENQUADRAMENTO GERAL 017
1.1.CRESCIMENTO DA INDÚSTRIA E URBANIZAÇÃO DA CIDADE DO PORTO 018
1.2 AS ILHAS DO PORTO 026
1.3 UMA ILHA NA CIDADE CONTEMPORÂNEA 032

PARTE 0.2. CASOS DE ESTUDO 039
2.1. BAIRRO RAINHA D. LEONOR 041
CONTEXTO 042
RENOVAR SEM APAGAR 043
COMENTÁRIO 045

2.2. BAIRRO S. VÍCTOR 050
CONTEXTO 050
REESCREVER O LUGAR 051
COMENTÁRIO 055

2.3. ILHA DA BELA VISTA 058
CONTEXTO 059
REQUALIFICAÇÃO ESSENCIAL 063
COMENTÁRIO 064

PARTE 0.3. REABILITAÇÃO DE UMA ILHA DO PORTO 071
3.1. APROXIMAÇÃO AO PROGRAMA EXISTENTE 072
3.2. DISPOSITIVOS ARQUITETÓNICOS 078
DISPOSITIVOS DE ORGANIZAÇÃO ESPACIAL 079
DISPOSITIVOS DE USO E APROPRIAÇÃO 084
DISPOSITIVOS DE CONSTRUÇÃO E MATERIALIDADE 085
3.3. PROPOSTA DE REABILITAÇÃO 086
TIPOLOGIA VARIÁVEL 090
TIPOLOGIA T2 094
NOVA CONSTRUÇÃO 096
EM SÍNTESE 100

CONSIDERAÇÕES FINAIS 103
ANEXOS 107
FONTES E REFERÊNCIAS 149

INTRODUÇÃO

ENQUADRAMENTO

O estudo desenvolvido na presente dissertação, assenta em temas de interesse que me acompanharam ao longo de todo o meu percurso académico. O presente trabalho reflete a vontade de compreender e analisar a tipologia habitacional das “ilhas” do Porto, um modelo tão específico e singular da cidade. Paralelamente revela também a oportunidade – aliada ao desejo de intervir – de desenvolver uma proposta de reabilitação para um conjunto identitário do Porto, de modo a conceber habitações acessíveis e um projeto de carácter coletivo que responda às necessidades atuais de falta de habitação acessível e digna, adequada às diferentes faixas etárias da sociedade contemporânea.

Perante a temática enunciada, e na procura de uma resposta adequada, revelou-se essencial analisar casos de estudo e obras previamente realizadas que abordam problemáticas semelhantes à do nosso objeto de estudo. Este exercício permitiu compreender e identificar as abordagens mais adequadas à reabilitação de conjuntos edificados de carácter operário, garantindo que a sua memória coletiva e identidade não se perdem no processo de transformação.

Este trabalho procura conciliar o património construído com as exigências do presente, identificando um ponto de equilíbrio entre permanência e transformação. Explora-se, assim, a capacidade do modelo habitacional das “ilhas” de se adaptar aos novos contextos culturais contemporâneos, que exigem uma profunda reorganização formal e a reativação do seu papel e significado enquanto memória viva da cidade.

OBJETO E OBJETIVO

O nosso lugar de intervenção, localiza-se na Praça da Galiza, da na freguesia de Massarelos, da cidade do Porto. Situada na atual Rua do Campo Alegre, no cruzamento com a Rua do Bom Sucesso, a "Ilha" do Cruzinho, o **objeto** de estudo desta dissertação, apresenta-se para a cidade como uma pequena urbanização esquecida no interior de um quarteirão, cuja denominação deriva de uma cruz datada de 1756 que existia no local.
O conjunto edificado, erguido no final do século XIX e composto por 45 fogos todos voltados para o mesmo carreiro central que os une, apresenta, na sua maioria, dimensões muito inferiores aos parâmetros habitacionais mínimos aceitáveis, que por sua vez levaram a proliferação de anexos e acrescentos informais. Hoje encontra-se praticamente ocupado pela vegetação, que invade grande parte dos logradouros e construções, devido à falta de manutenção e desocupação das habitações. Este estado de abandono, agravado pelo encerramento do acesso principal ao conjunto, torna o local de difícil acesso para levantamento fotográfico e geométrico mais detalhado e rigoroso.

O **objetivo** da presente dissertação consiste no desenvolvimento de um projeto de reabilitação para o conjunto da "Ilha" do Cruzinho. Para fundamentar a proposta, realizou-se um estudo sobre a evolução histórica da cidade do porto e sobre o aparecimento das "ilhas" operárias, procurando compreender os fatores socioeconómicos e urbanos que impulsionaram o desenvolvimento desta tipologia arquitetónica. Pretendeu-se, assim, analisar este modelo habitacional e identificar as razões pelas quais, apesar do seu valor histórico e morfológico, estes conjuntos não serem mais aproveitados.

Numa tentativa de responder à falta de habitação acessível, numa cidade onde a escassez é maior que procura, foi elaborado um estudo tipológico que articula exigências contemporâneas de conforto e habitabilidade com as especificidades das células habitacionais do Cruzinho. A partir desta análise, procedeu-se à reformulação e proposta de novos fogos e volumetrias, procurando soluções viáveis que não descaracterizem a essência do que é habitar numa centenária "ilha" operária. O objetivo final é preservar o mais possível a sua identidade e contribuindo simultaneamente para a sua revitalização e adequando-a às condições habitacionais exigidas nos dias de hoje.

METEDOLOGIA

Para o desenvolvimento de uma proposta de intervenção no edificado pré-existente, tornou-se indispensável a recolha e sistematização de informação relativa ao objeto de estudo. Num primeiro momento, a consulta de fontes primárias, no Arquivo Municipal da cidade do Porto, assim como a recolha de bibliografia especializada, permitiu realizar uma análise da evolução histórica da cidade do Porto, do modelo habitacional das “ilhas” e, subsequentemente proceder à interpretação da preexistência da “Ilha” do Cruzinho. Esta investigação foi fundamental para identificar quais as características do modelo original que podem ser transpostas para uma nova proposta, garantido a preservação da essência do lugar

Numa segunda aproximação, foram analisadas outras obras e locais de características semelhantes à do nosso objeto de estudo, com o intuito de reconhecer estratégias bem-sucedidas e evitar soluções inadequadas. A identificação de bons e maus exemplos constitui, assim, um referencial crítico para a futura proposta de reabilitação.

Por fim estudaram-se conceitos arquitetónicos que se mostraram indispensáveis à compreensão da organização formal e espacial desta tipologia habitacional, permitindo aprofundar o entendimento das potencialidades e limitações específicas do nosso objeto de estudo.

Importa ainda, salientar que uma visita ao local de intervenção seria imprescindível, para um bom levantamento arquitetónico e fotográfico rigoroso do conjunto edificado. Contudo, devido ao encerramento do acesso principal do conjunto e às tentativas falhadas de pedido de entrada, todo o levantamento realizado neste trabalho, foi desenvolvido a partir de plantas, cartas históricas, e pela análise de fotografias.

Em síntese, a informação reunida revelou-se essencial para a compreender os temas e problemas convocados durante o processo de desenvolvimento de uma proposta de reabilitação.

ESTRUTURA

A presente dissertação estrutura-se em três parte: *Enquadramento Geral; Casos de Estudo; Reabilitação de uma Ilha do Porto*, correspondendo, por isso a duas fases desenvolvimento distintas. A primeira, de natureza teórica, compreende as duas primeiras partes, e segunda de carácter prático, corresponde à terceira.

A primeira parte, *Enquadramento Geral*, desenvolve-se em três subcapítulos. Inicia-se com uma análise da transformação temporal da cidade do Porto, com especial enfoque no crescimento industrial e nos processos de urbanização, permitindo compreender o contexto histórico em que se insere o nosso objeto de intervenção. Segue-se a abordagem da tipologia habitacional das "ilhas", na qual se desenvolve uma leitura critica sobre a origem, os mecanismos que impulsionaram o seu aparecimento e a forma como influenciaram, simultaneamente, a vida dos seus habitantes e a estrutura urbana da cidade. Por fim, é realizado o enquadramento específico do objeto de estudo, a "Ilha" do Cruzinho, através da análise da evolução do lugar, e da sua posição, representativa de muitas outras "ilhas", perante a cidade contemporânea.

A segunda parte, *Casos de estudo*, estrutura-se em três subcapítulos, dedicados à análise de locais e projetos de características semelhantes às do nosso objeto de estudo, com o objetivo de identificar estratégias eficazes de requalificação e evitar soluções que comprometam a identidade dos conjuntos originais. Procura-se compreender que elementos dos conjuntos podem ser preservados e integrados em novas propostas habitacionais, garantindo a continuidade do carácter do lugar. Para o efeito serão analisados o Bairro Rainha D. Leonor, o Bairro de S. Víctor e a Ilha da Bela Vista, selecionados pelas suas afinidades tipológicas e pelos processos de intervenção que atravessaram. A comparação entre a situação pré e pós-intervenção permitirá avaliar o impacto nas comunidades e no tecido urbano, fornecendo referências para o desenvolvimento do nosso projeto de reabilitação para a "Ilha" do Cruzinho.

A terceira parte, *Reabilitação de uma "Ilha" do Porto*, estrutura-se igualmente em três subcapítulos que complementam a conceção da nossa proposta. Num primeiro momento realizamos uma aproximação ao programa existente, através da análise da organização formal dos interiores, dos espaços exteriores e da volumetria do Cruzinho, com intuito de compreender as especificidades espaciais deste conjunto habitacional. Segue-se um estudo dedicado aos dispositivos arquitetónicos, onde o entendimento dos conceitos de organização espacial, uso e apropriação, construção e materialidade se revela indispensável para identificar tanto as limitações e os potenciais impostos pelas tipologias originais. Finalmente efetuamos uma apresentação da nossa proposta arquitetónica de reabilitação para "Ilha" do Cruzinho, onde se expõe as novas tipologias e volumetrias desenvolvidas, acompanhadas por um conjunto de peças desenhadas que suportam e clarificam o nosso discurso.

PARTE 01.
ENQUADRAMENTO GERAL

1.1 CRESCIMENTO DA INDÚSTRIA E URBANIZAÇAO DA CIDADE DO PORTO

Durante séculos, o Porto configurou-se como um núcleo urbano de dimensão restrita, encerrado no espaço delimitado pelas suas muralhas medievais. “O desenvolvimento do comércio do vinho do Porto e a imigração de pessoas de Lisboa para o Porto após o terramoto de 1755 resultaram num crescimento assinalável desta cidade. A população do Porto aumentou de 30.024 habitantes em 1772 para 61.462 em 1787” [1]

Apesar desse crescimento, a malha urbana permaneceu confinada ao perímetro muralhado até meados do século XVIII. O aumento demográfico foi absorvido, numa primeira fase, através da adição de novos andares aos edifícios existentes, o que conduziu a um aumento da densidade habitacional no núcleo histórico. Este processo foi o resultado de um movimento migratório duplo: por um lado, as populações do interior abandonavam o espaço rural em busca de melhores condições de subsistência; por outro, lisboetas deslocados devido à catástrofe de 1755. Em ambos os casos, o êxodo populacional expôs a insuficiência estrutural da cidade, relevando a sua incapacidade em responder de forma eficaz às necessidades habitacionais da nova população.

Foi neste enquadramento, que emergiu, no Porto, uma solução habitacional singular: as denominadas ilhas. Este modelo, foi concebido como resposta às carências de alojamento das classes trabalhadoras e representa uma tipologia inovadora no contexto urbano português. A compreensão do seu aparecimento exige, todavia, a análise da situação em qual a cidade e o país se encontravam, uma vez que diferentes contextos sociais e económicos geram respostas diversas por parte da sociedade.

A partir de década de 1760, o intenso crescimento demográfico, motivado pelo dinamismo do comércio do vinho do Porto e pelo consequente aumento económico, levou a uma profunda transformação urbana da cidade. Sob a liderança de João de Almada e posteriormente do seu filho Francisco de Almada e Mendonça, deve-se “à Junta de Obras Públicas do Porto, com o apoio financeiro da Companhia da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, a reorganização e alargamento da cidade do Porto entre 1763 e 1804, cuja acção alterou profundamente a fácies urbana.” [2]

A partir do núcleo medieval Fernandino, foram rasgadas grandes artérias que orientaram a expansão periférica da cidade. Estruturadas pelas cinco saídas da zona amuralhada e articuladas com diversas vias transversais, estas artérias permitiriam o desenvolvimento extramuros, multiplicando por três ou quatro vezes a dimensão da cidade antiga. Contudo, a intervenção no núcleo medieval revelou-se difícil, devido à resistência dos proprietários face à necessidade de demolição dos seus edifícios. Assim, em 1769, Marquês de Pombal emite um diploma que permitia a expropriação de imóveis sempre que a ação fosse considerada necessária ou quando o proprietário se recusasse a vender.

1. Manuel C. Teixeira, Habitação Popular na Cidade Oitocentista, As Ilhas do Porto. Fundação Calouste Gulbenkian. Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica. Lisboa, 1988, p. 18

2. Nuno Ferreira, Etapas de consolidação da paisagem urbana do Porto contemporâneo: Da programação dos Almadas ao Plano de 1952. p. 193



Fig.01 Manuel da Silva Godinho (gravura); Teodoro de Sousa Maldonado (desenho)Porto 1789, Gravura em cobre, tinta negra.
O documento apresenta a seguinte legenda: “Inserida no capítulo I da obra Descripção Topographica e Histórica da Cidade do Porto, publicada em 1789, esta é a primeira gravura portuguesa que representa a cidade em finais do século XVIII.

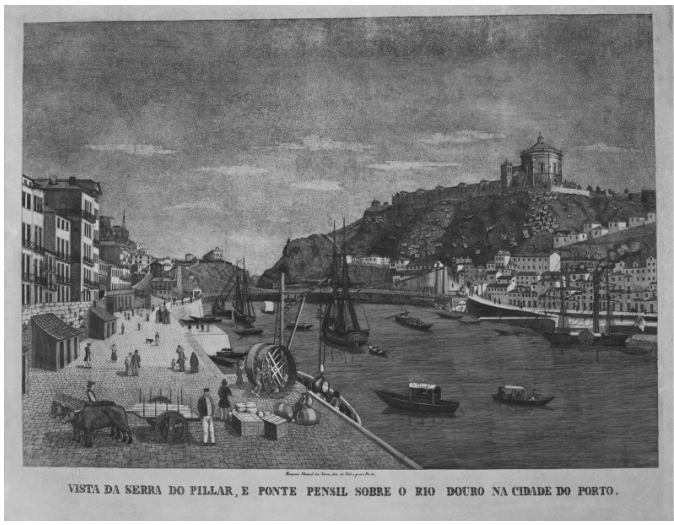


Fig.02 Joaquim Manuel das Neves, Gravura a tinta negra e buril.O documento apresenta a seguinte legenda : “Registo espontâneo da atividade da alfândega do antigo porto fluvial situado na Ribeira.”



Fig.03 Frederico Perry Vidal Lisboa, 1844 Litografia, tinta preta.
O documento apresenta a seguinte legenda: “Este mapa mostra pela primeira vez a Ponte Suspensa, inaugurada um ano antes, em 1843. É o único mapa impresso da primeira metade do século XIX que a inclui.
O mapa de Perry Vidal destaca dois novos aspetos do progresso da cidade: o primeiro é a Ponte Suspensa, corretamente localizada no lugar onde foi construída; o segundo, e de grande interesse para o comércio da cidade, é o navio a vapor.
Algumas mudanças urbanas importantes são indicadas: a recém-construída Praça do Bolhão é mostrada, assim como a Rua da Restauração, agora aberta em toda a sua extensão e ligada ao passeio marítimo de Massarelos.”

3. Francisco Barata Fernandes, Transformações e Permanências na Habitação Portuense: as formas da casa na forma da cidade, Porto: FAUP Publicações, 1999, p. 142

4.Nuno Ferreira, Etapas de consolidação da paisagem urbana do Porto contemporâneo: Da programação dos Almadas ao Plano de 1952. p. 193

“Até à junta de obras públicas a cidade mantém o limite defensivo, estrutura sem função dele. Com ação urbanística lançada durante o período pombalino a cidade ultrapassa o modelo medieval e desenvolve-se em função do novo conceito de estrutura urbana que se pretende criar. A cidade abandona progressivamente o seu carácter castrense investindo em áreas do comércio, da saúde, da instrução e fundamentalmente na arquitetura urbana corrente.”[3] Os planos para estas novas zonas previam a projeção de fachadas uniformes, implantadas em lotes com larguras entre os 5 e 6 metros. A configuração estreita e profunda destes lotes permitiu maximizar o número de habitações por rua, reduzindo simultaneamente os custos e promovendo uma maior racionalização do espaço urbano. (Fig.) É importante salientar que os extensos logradouros no interior desta malha urbana permaneciam por urbanizar, sendo precisamente nesses espaços residuais que viriam a ser construídas as ilhas.

Na «Planta Redonda» de George Black, datada de 1813 (Fig.), é possível observar que a cidade se divide em três zonas. A “(...) zona central é limitada pela rua do Calvário, Calçada dos Clérigos, Largo de Santo Ildefonso, Rua do Postigo do Sol e pelo Rio Douro. A segunda zona corresponde à zona de expansão próxima da área central, ficando limitada pelas ruas de Cedofeita e Santa Catarina e a Norte pela Praça da República. A última zona corresponde à expansão mais periférica, sendo estruturada pelas cinco saídas da cidade traçadas pelos Almada”[4]

A industrialização em Portugal ocorre de forma relativamente tardia quando em comparação com o resto da Europa, “(...) em 1814, de acordo com um inquérito

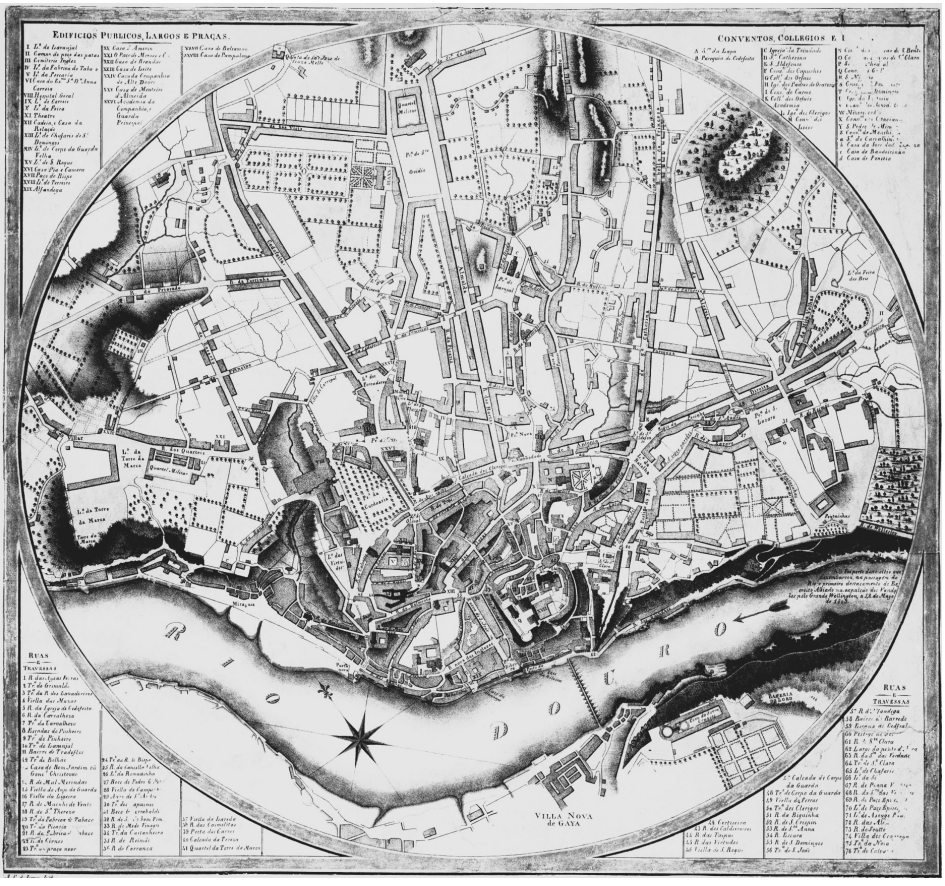


Fig.04. Detalhe da planta Redonda de George Black (1813). Arquivo Histórico Municipal do Porto

realizado pela Real Junta do Comércio, existiam no Porto quarenta e cinco fábricas mais concretamente quinze curtumes, doze manufaturas de tecidos de algodão, sete de seda, três fábricas de chapéus, duas de lanifícios, duas de estamparias, duas fábricas de louça e duas fábricas de arame"[5]. Apenas em 1835 foi introduzida a primeira máquina a vapor em Portugal, marco que assinala o início efetivo da modernização dos métodos de produção do país.

O processo de modernização industrial foi acompanhado por melhorias significativas nas infraestruturas de transporte. A inauguração do primeiro troço ferroviário, em 1856, estabeleceu a ligação entre Lisboa e o Carregado. Em 1863, a conclusão da linha do Leste permitiu a conexão até à fronteira com Espanha, favorecendo as trocas comerciais transfronteiriças. Apenas em 1875 é que a rede ferroviária alcançou o norte do país, com a inauguração da linha do Minho e do Douro, seguidas da linha da Póvoa. Este conjunto de transformações integrou um movimento mais amplo de aceleração do desenvolvimento nacional, iniciado por volta de 1851, que se deveu em grande medida, pela construção de novas estradas e pela implantação dos caminhos-de-ferro, bem como pela transformação das tecnologias e dos equipamentos industriais e pelas reformas de natureza legal e institucional.

Todas estas mudanças foram importantes para o desenvolvimento e tiveram repercussões diretas na cidade do Porto. O aumento do número de oficinas e fábricas gerou um crescimento populacional expressivo, aumentando 46% entre 1838 e 1864, resultado sobretudo da imigração para a cidade. Contudo, a análise da planta urbana de 1865, não evidencia uma expansão proporcional da área edificada relativamente ao crescimento demográfico. Tal discrepância explica-se pela concentração da população recém-chegada no já sobrelotado centro histórico, o que levou a burguesia a abandonar "progressivamente, as áreas mais antigas do Porto e indo habitar os novos bairros que lentamente iam sendo construídos e consolidados na periferia do velho núcleo urbano."[6]

O "(...) aumento de densidade populacional dos velhos bairros do centro da cidade; estes já se encontravam completamente sobrelotados na década de 1860. A saturação das zonas habitacionais mais pobres e degradadas, e a crescente procura de habitação de baixo custo levaram à construção de novas habitações como único meio de proporcionar alojamento aos trabalhadores. No Porto, estas novas habitações tomaram a forma de ilhas"[7]

5. Manuel C. Teixeira, Habitação Popular na Cidade Oitocentista, As Ilhas do Porto. Fundação Calouste Gulbenkian. Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica. Lisboa, 1988, p. 87

6. Ibidem. p. 20

7. Ibidem. p. 20



Fig.05. "Ilhas" do Porto, em 1970

8.Idem, p. 22

Simultaneamente, uma parte significativa dos novos habitantes, fixou-se em zonas periféricas, nomeadamente nos bairros de Bonfim e Campanhã. A concentração populacional nestas zonas, contribuiu para reforçar o seu carácter marcadamente industrial, conferindo-lhes um papel fundamental no processo de transformação socioeconómica da cidade.

A proliferação das indústrias gerou uma crescente necessidade de trabalhadores, o que, por sua vez provocou uma forte procura de habitações de baixo custo. Este fenómeno constituiu um dos principais fatores de transformação urbana do Porto na segunda metade do século XIX, uma vez que a pressão demográfica e habitacional esteve diretamente associada ao processo de industrialização.

Por outro lado, o rápido crescimento industrial exigiu ainda o reforço das infraestruturas de apoio, entre quais se destacam as pontes sobre o rio Douro. Estas foram extremamente importantes para o crescimento urbano da cidade, tanto pela sua função de integração territorial como pela sua relevância económica. Em particular, a construção da ponte ferroviária em 1877, representou um marco fundamental, ao permitir a circulação mais célere de matérias-primas e de produtos acabados, fortalecendo o papel da cidade do Porto como um dos principais centros mercantis e industriais do país. “A construção da ponte Luís I, em 1886, para veículos e pedestres teve implicações igualmente importantes para a organização do Porto.”[8]

O ano de 1892 marca uma fase particularmente significativa no processo de expansão urbana do Porto, refletindo o crescimento acentuado da cidade desde 1865. A evolução da estrutura urbana pode ser analisada à luz da teoria dos círculos concêntricos de Ernest Burgess (1925), segundo a qual as cidades tendem a expandir-se em anéis sucessivos que correspondem a diferentes estágios de desenvolvimento e a distintas funções socioeconómicas. No caso portuense, esta leitura permite compreender que, à medida que a cidade se expandia, as classes mais abastadas procuravam fixar-se na periferia do núcleo antigo, enquanto este, progressivamente mais degradado, era ocupado por famílias de rendimentos mais baixos.

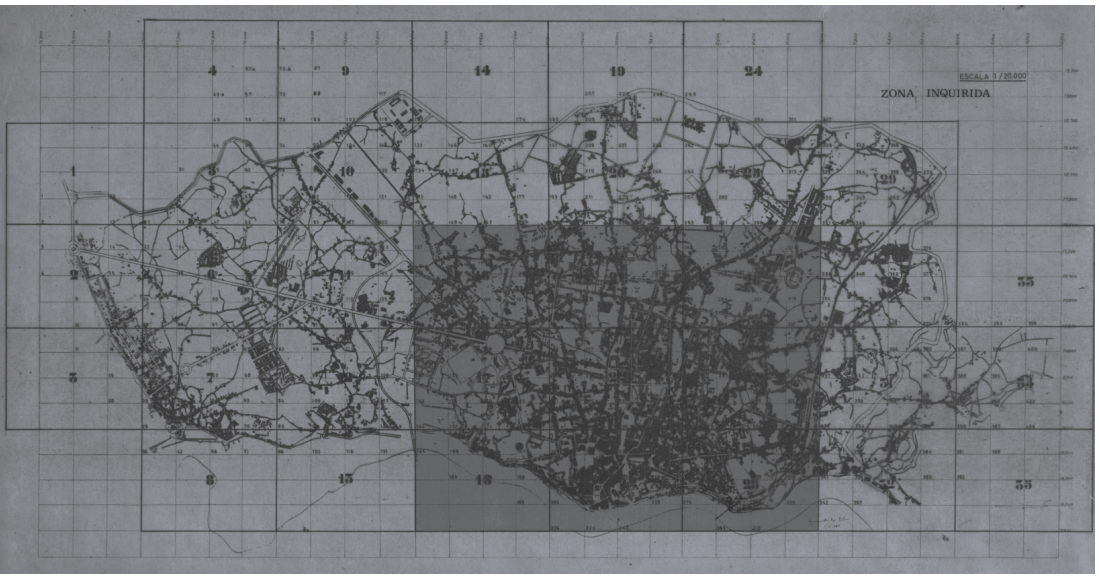


Fig.06. Planta da cidade do Porto.
Nesta planta é possível observar a clara expansão da cidade a partir do seu núcleo histórico, bem como a crescente densidade habitacional que se desenvolve ao longo dos principais eixos desenvolvidos pelos Almada.

” Os grupos de rendimentos mais baixos vão habitar as casas deixadas pelos grupos de rendimento mais altos, o que resulta num crescimento para o exterior das diferentes zonas, expandindo cada uma delas a sua área por meio de invasão da seguinte”[9]

Todavia, devido à localização geográfica do Porto na margem do rio Douro, o seu crescimento urbano não se processou de forma regular em círculos concêntricos, mas antes em semicírculos adaptados ao relevo e condicionados pela topografia. Este processo foi igualmente influenciado pelas artérias projetadas por João de Almada e pelo seu filho Francisco de Almada e Mendonça, que orientaram a expansão urbana a partir do núcleo muralhado. Assim até finais de século XIX, as urbanizações concentraram-se preferencialmente ao longo dessas grandes vias estruturantes, que desempenharam o papel de eixos de desenvolvimento.

Deste modo, o crescimento urbano do Porto pode ser explicado como a formação de semicírculos sucessivos de expansão, com pontos de maior densidade situados precisamente nas ruas abertas pelos Almada, que funcionaram como catalisadores da transformação da malha urbana.

Na segunda metade do século XIX, verificou-se novamente uma profunda reconfiguração social e espacial no Porto. As zonas anteriormente ocupadas pela burguesia nas primeiras décadas do século foram progressivamente ocupadas pelas classes médias-baixas e pela crescente classe operária. Este processo resultou, em grande medida, da instalação de oficinas e pequenas unidades produtivas nessas zonas, o que alterou de forma significativa a morfologia urbana e a função social dos antigos bairros burgueses.

O aumento contínuo da população trabalhadora gerou uma procura habitacional sem precedentes, à qual os modelos residenciais existentes não conseguiram dar resposta. Nesse contexto, surgiram soluções de habitação de baixo custo, concebidas para responder às necessidades imediatas da população recém-chegada. Muitas dessas construções resultaram da iniciativa dos antigos proprietários da classe média empobrecida, que, possuindo terrenos ou casas na zona histórica, aproveitaram a oportunidade para arrendar parte dos seus quintais e espaços não edificados nos seus lotes.

A estrutura urbana delineada pelas ruas projetadas pelos Almada favoreceu este processo e pela “(...) análise de cartografia verifica-se que existem essencialmente dois tipos de lotes nas referidas áreas: lotes de frentes estreitas ou muito estreitas, variando entre 3 a 6 m, com uma profundidade que oscila entre 20 a 30 m; e lotes de frentes igualmente estreitas, mas com profundidade entre 10 a 15 m.”[10] Como referimos antes, foi precisamente nesses espaços que se consolidou a tipologia das ilhas operárias: aglomerados de pequenas habitações térreas, dispostas em filas lineares e alinhadas ao longo de corredores estreitos, que substituíam os antigos jardins das casas burguesas. Este modelo habitacional, embora improvisado e carente de condições, representou a solução espontânea e predominante para acolher as massas de trabalhadores que afluíam para a cidade e “embora a habitação para a classe trabalhadora fosse construída em terrenos vagos pudesse ter assumido uma forma dife-

9. Manuel C. Teixeira, Habitação Popular na Cidade Oitocentista, As Ilhas do Porto. Fundação Calouste Gulbenkian. Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica. Lisboa, 1988, p. 43

10.Francisco Barata Fernandes, Transformações e Permanências na Habitação Portuense: as formas da casa na forma da cidade, Porto: FAUP Publicações, 1999, p. 120

rente, foi, contudo, a tipologia de ilhas que foi adotada na maior parte dos casos.”[11]

Paralelamente, a área vizinha do antigo núcleo urbano constituía agora o novo centro, onde se concentraram as sedes de grandes empresas, bancos, jornais, edifícios de escritórios e a principal estação ferroviária. Por sua vez, a burguesia mais abastada deslocou as suas residências para áreas mais afastadas, distanciando-se das zonas degradas e densamente povoadas pelas classes populares.

A periferia consolidou-se como espaço industrial por excelência. Os bairros do Bonfim e Campanhã destacaram-se como os principais territórios de implantação fabril, o que impulsionou a construção de várias ilhas operárias nessas áreas, dada a proximidade funcional entre local de residência e de trabalho. Verificou-se ainda, em Massarelos e Cedofeita um aumento desta tipologia habitacional, devido ao grande número de oficinas e pequenas fábricas estabelecidas na zona ocidental da cidade. Em contrapartida, entre a cidade e o campo, os ricos comerciantes do Porto, construíram quintas e casas com vista para a foz do Douro, acentuando a segregação espacial entre as diferentes classes socais e reforçando o duplo carácter da estrutura urbana portuense.

11. Manuel C. Teixeira, Habitação Popular na Cidade Oitocentista, As Ilhas do Porto. Fundação Calouste Gulbenkian. Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica. Lisboa, 1988, p. 21



Fig.07. “Ilha” do Porto



Fig.08. “ Ilhas” da Cidade do Porto.Objeto de estudo assinalado.

1.2 AS “ILHAS” DO PORTO

Atualmente, denominamos de “ilhas” um tipo de conjunto predominantemente habitado pelas classes trabalhadoras. Estas estruturas “constituíram importantes espaços de socialização/integração no percurso da vida das famílias trabalhadoras em finais do século XIX” [12] Embora se pretendesse que estes espaços atuassem como pontos de conexão na cidade, a sua localização escondida no interior dos quarteirões, aliada a condições de insalubridade e sobrelotação, rapidamente as transformou em focos de problemas de saúde pública, colocando em causa o seu estatuto como espaço social. Epidemias e preconceitos recaíram sobre os seus moradores, que passaram a ser alvo não apenas de doenças, mas também de estigma social. Apesar das tentativas de melhoria, o fraco planeamento, a reduzida qualidade construtiva e os limitados recursos dos proprietários e inquilinos reforçaram a perceção das ilhas como espaços de risco sanitário e moral, que violavam o espaço e a ordem urbana. Acabaram assim, por configurar áreas fechadas sobre si mesmas, verdadeiros espaços- “concha” [13], semelhantes a pequenas aldeias isoladas do resto da cidade, cujos moradores eram sistematicamente julgados e marginalizados pelas autoridades e pelas classes mais favorecidas.

A procura de habitação pelas classes trabalhadoras do Porto no século XIX, conduziu ao desenvolvimento desta tipologia específica. Ao contrário do que ocorreu em várias cidades europeias, onde a industrialização implicou uma rutura clara entre as formas habitacionais pré-industriais e as soluções urbanísticas da era industrial, no Porto o processo assumiu caminhos distintos. A industrialização e a expansão urbana verificaram-se de forma gradual: na primeira metade do século XIX, a população trabalhadora concentrou-se nos bairros antigos do centro histórico, saturando-os; apenas na segunda metade do século emergiu um modelo habitacional específico destinado às classes operárias – as “ilhas”.

12. Gaspar Martins Pereira, As Ilhas No Percurso Das Famílias Trabalhadoras Do Porto Em Finais Do Século XIX. 2013, p. 477

13. Ibidem. p. 480

A industrialização tardia da cidade, e a sua dependência de formas de produção de caráter pré-industrial, explicam o facto de não se ter constituído, no Porto, uma classe industrial abastada semelhante à existente noutros centros europeus. A burguesia local formou-se de modo progressivo, sobretudo a partir de artesãos e pequenos empresários.

Na primeira metade do século XX, num Porto claramente em expansão, as ilhas assumiram-se como um dos elementos centrais da estruturação do tecido habitacional da cidade. Existiam "(...) 1.048 ilhas, com cerca de 50.000 habitantes, no início do século XX, correspondiam a 29% da população do Porto; em 1939, 1153 ilhas, com cerca de 45.243 habitantes, faziam esta percentagem baixar para 17% do total. Na viragem para o século XXI, o contexto diferia, com uma cidade em declínio demográfico (perdeu aproximadamente 27% da sua população entre 1981 e 2021) e uma redução tanto do número de ilhas 957, como pessoas não residentes (10.370, aproximadamente 5% da população da cidade)." [14]

"As ilhas apresentavam afinidades com o tipo de casas costas-com-costas construídas em muitas cidades industriais britânicas – por exemplo, Leeds, Liverpool, Manchester, Bradford, Birmingham." [15] Tal constatação revela-se particularmente significativa se considerarmos que o Porto e as cidades britânicas não partilharam percursos semelhantes nos seus processos de industrialização. Ainda assim, é possível encontrar notáveis paralelismos entre habitações desenvolvidas em ambos os contextos, apesar de terem sido construídas com quase cem anos de diferença.

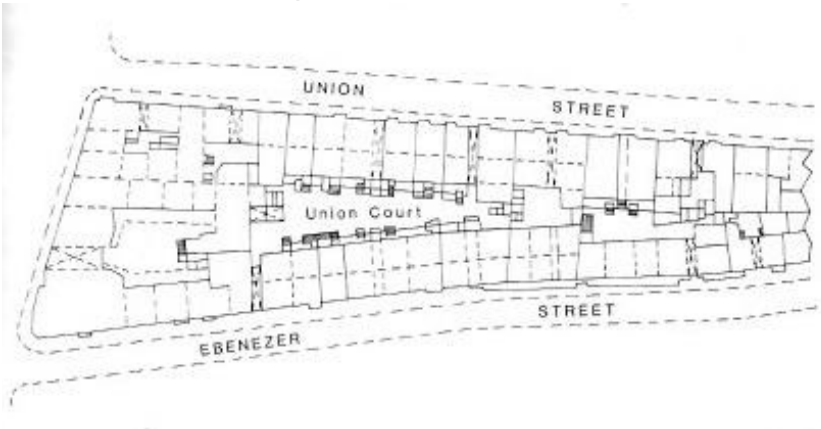
A localização das ilhas no Porto pode ser compreendida a partir de dois processos distintos. Em primeiro lugar, muitas foram implantadas nos quintais das casas outrora pertencentes à classe média, onde o declínio físico e social levou a uma menor procura por esse tipo de habitação, precipitando a decadência das áreas anteriormente consolidadas como bairros burgueses. "Assim, embora as ilhas fossem construídas de raiz, elas devem ser vistas como correspondendo a um processo de transformação de habitações de classe média em habitação de baixa qualidade." [16]

14. Aitor Varea Oro, Ilhas do Porto: reabilitar para incluir; Município do Porto, Porto Vivo, SRU, 2022, p. 16

15. Manuel C. Teixeira, Habitação Popular na Cidade Oitocentista, As Ilhas do Porto. Fundação Calouste Gulbenkian. Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica. Lisboa, 1988, p. 55

16. Ibidem. p.51

Fig.09. Planta e fotografia das primeiras casas "back-to-back"/costas-com-costas, propostas e construídas em Leeds, Inglaterra.





Em segundo lugar, as ilhas podiam surgir em lotes vazios, frequentemente localizados em áreas mercantis ou em zonas onde os proprietários identificavam uma procura crescente por alojamentos de baixo custo. Em simultâneo, a inadequação de lotes vazios, que não permitiam a construção de habitações destinadas à classe média, incentivaram a adoção desta tipologia.

Em ambos os contextos, os promotores das construções eram, na sua maioria, pequenos empresários, com capital reduzido, que aproveitaram a oportunidade para rentabilizar, os terrenos que dispunham nas zonas degradas do Porto, promovendo assim a edificação das “ilhas”.

No Porto, não existiam limitações espaciais que inibissem a construção de grandes blocos habitacionais. Os principais entraves a esse tipo de desenvolvimento derivam sobretudo, do valor das rendas que os trabalhadores teriam de suportar e do capital limitado por parte dos promotores. A construção de um bloco habitacional implicava um investimento substancialmente mais elevado, do que aquele exigido na edificação de uma ilha. Consequentemente, os custos repercutir-se-iam nas rendas, tornando-se incomportáveis para a maioria da população operária. Assim, “(...) para as camadas trabalhadoras, a casa da ilha era, então, a maior parte das vezes, à habitação possível” [17]. Os lentos desenvolvimentos do setor operário, em conjunção com os baixos salários, obrigavam os setores mais carenciados à procura de opções de alojamento menos sofisticadas.

Embora tenham existido promotores que apostaram num tipo de ilhas mais elaboradas, com melhor qualidade de materiais e melhores condições de habitabilidade, esses investimentos resultaram em perdas significativas, dado que essa não era o tipo de habitação que a procura exigia. O desenvolvimento da habitação para a classe trabalhadora no Porto resultou, em grande parte, de iniciativas individuais: “embora no Porto esses processos tenham sido mais graduais e de muito menor escala. Esta foi uma das razões para a persistência das ilhas; elas adequam-se perfeitamente aos recursos dos pequenos produtores e das famílias trabalhadoras a que se destinam.” [18]

Pode-se, assim, concluir que a oferta de habitação dirigida às classes baixas, em conjunção com a condição social e económica dos promotores, constituiu um dos fatores mais determinantes para a forma e localização desta tipologia habitacional no tecido urbano portuense.

A expansão e a permanência das ilhas “não se explica só pela falta de alojamento na cidade, como também pela permissividade do poder Público. Em 1869, a Câmara Municipal do Porto apenas podia exigir licenciamento dos edifícios de frente rua e, a partir de 1889, dos que se encontravam até 5 m interior do quarteirão.” [19] Tal permissividade favoreceu a proliferação de construções ocultas no interior dos lotes.

O parcelamento dos terrenos em lotes regulares, com frentes estreitas de 5 a 6 m de frente de rua e com quintais muito extensos, resultou dos processos de desenvolvimentos urbanos realizados, pelos Almada, governadores do Porto de 1757 a 1804.

17. Gaspar Martins Pereira, As Ilhas No Percurso Das Famílias Trabalhadoras Do Porto Em Finais Do Século XIX. 2013, p. 484

18.Manuel C. Teixeira, Habitação Popular na Cidade Oitocentista, As Ilhas do Porto. Fundação Calouste Gulbenkian. Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica. Lisboa, 1988, p. 67

19.Aitor Varea Oro, Ilhas do Porto: reabilitar para incluir; Município do Porto, Porto Vivo, SRU, 2022, p. 20

Os lotes concebidos, foram sem dúvida, o fator mais importante na consolidação da forma típica das ilhas. A sua dimensão e proporção deram origem ao tipo mais comum de ilha, a denominada ilha-corredor, onde uma série de pequenas casas térreas, construídas lado a lado, dispostas em uma ou duas filas paralelas, tinham acesso por um corredor estreito, ligado a um portal da casa de frente de rua. Paralelamente a este, existiam outras variações tipológicas, que embora distintas na sua organização formal e volumétrica, partilhavam um conjunto de características estruturais e sociais semelhantes. Entre as diferentes configuraçoes destaca-se a "Ilha" do Cruzinho, um caso singular dentro da tipologia das "ilhas", cujo caráter excional justifica a sua escolha como objeto estudo nesta dissertação.

"As ilhas compõem-se, com raras exceções, de uma saleta, uma cozinha e um quarto. (…) raramente ultrapassa os 20 m². (…) «Geralmente as casas não têm divisões, ou quando muito, têm uma alcova, uma pequena cozinha e uma saleta à entrada da porta. Tudo isto não excede a superfície média de 5 metros de largo por 4 comprimento». (…) «É rara a casa que consta de mais de 3 divisões: sala, alcova e cozinha. Na realidade é como se tratasse de uma só sala da qual se separassem com estreitos e incompletos tabiques de madeira, dois compartimentos mais pequenos, um para o quarto de dormir e outro para a cozinha, (…) Como alcova é muito pequena, cabendo nela somente uma cama a sala serve também de dormitório»."[20]

20. Gaspar Martins Pereira, As Ilhas No Percurso Das Famílias Trabalhadoras Do Porto Em Finais Do Século XIX. 2013, p. 487

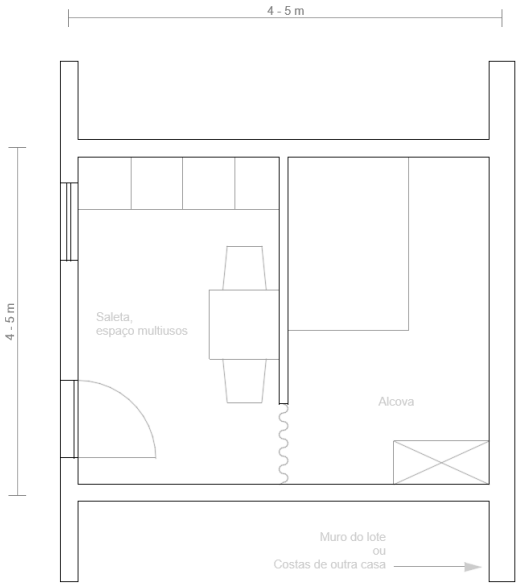


Fig.10. Célula habitacional tipo, numa "ilha".
Esquema desenvolvido a partir do texto; As Ilhas No Percurso Das Famílias Trabalhadoras Do Porto Em Finais Do Século XIX, de Gaspar Martins Pereira

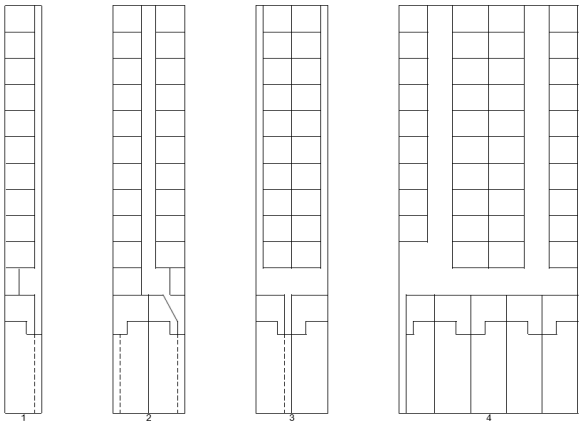


Fig.11. Exemplos de tipo de "Ilhas".
1 - Ilha construída num único lote
2 - Ilha construída em dois lotes com corredor central
3 - Ilha construída em dois lotes, com as casas dispostas costas com costas e dois corredores laterais de acesso
4 - Ilha construída em terreno de traseiras correspondendo a vários lotes. Filas Sucessivas de casas construídas costas com costas.

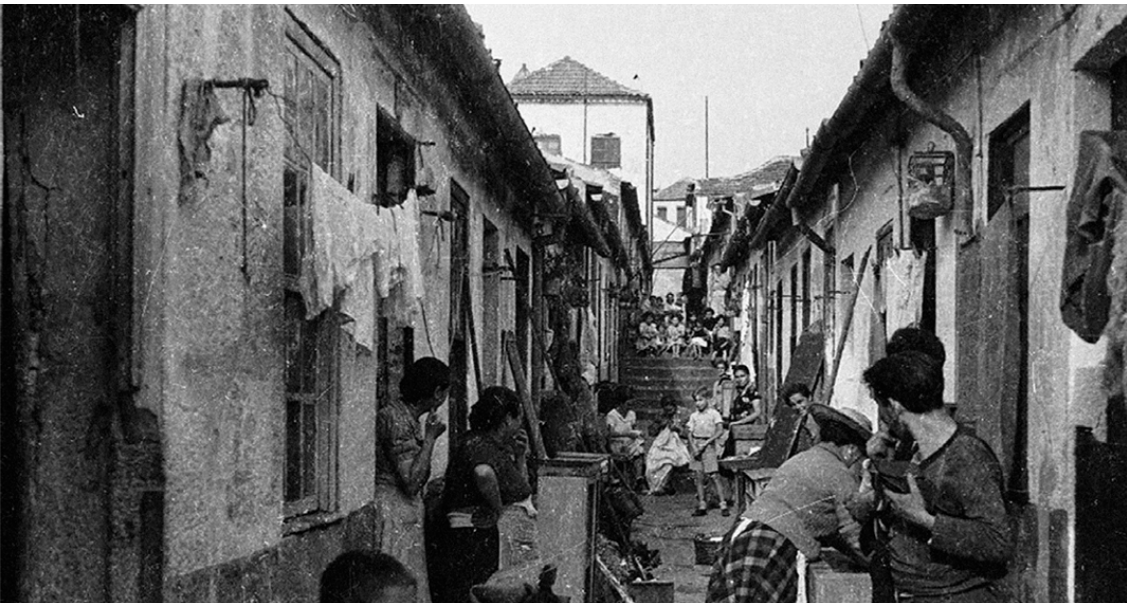


Fig.12.
“Ilha” na rua de São Victor.

Devido à exiguidade do espaço privado disponível, este inundava o espaço público, que era quase totalmente apropriado pelos moradores como prolongamento do espaço doméstico, criando a perceção de que não existia distinção entre ambos.

A “febre” imobiliária da época atraiu a atenção de diferentes setores sociais, interessados em investimentos de baixo risco e retorno rápido. Desde pequenos artesãos a comerciantes abastados, passando até por alguns proprietários de grandes indústrias, muitos viram na construção das ilhas uma oportunidade rentável. Estes últimos destinavam as habitações aos seus trabalhadores mais bem pagos, aqueles que eram, mais hábeis, mais assíduos e mais exemplares operários, como forma de recompensa e, simultaneamente, de melhoria das suas condições de vida. [21] Pensa-se que o caso da Ilha do Cruzinho, objeto de estudo e de análise mais aprofundada adiante nesta dissertação, seja um destes casos devido as características que a diferem da habitual ilha-operária.

As ilhas assumiram, assim, um papel relevante como espaços de acolhimento e socialização importantes, sustentados por redes de relações familiares, de vizinhança, de informação, de sociabilidade e de entreajuda entre os seus moradores. No entanto, residir numa ilha era socialmente percecionada como sinal de inferioridade. As classes mais altas associavam os seus habitantes a estilos de vidas marginais, e tal estigma era de tal forma interiorizado que os próprios moradores acabavam por incorporar essa visão negativa acerca do seu modo de habitar.

As famílias trabalhadoras, com os seus salários reduzidos e recursos limitados, tentavam adaptar-se às suas necessidades básicas de sobrevivência, nomeadamente alimentação e habitação. Nesse contexto, viver numa ilha, onde as rendas eram as mais acessíveis, constituía, na maioria dos casos, a única opção habitacional possível.

“Como lugar de sobrevivência, integração e resistência na cidade industrial, a ilha segregou «identidades continuadas», constituídas por espaços, hábitos e memórias partilhadas pelos seus habitantes.” [22]

21. Gaspar Martins Pereira, As Ilhas No Percurso Das Famílias Trabalhadoras Do Porto Em Finais Do Século XIX. 2013, p. 484-486

22. Ibidem. p. 493



Fig.13 “Ilha” no início do século XX



Fig.14. “Ilha”, em 1899

1.3 UMA “ILHA” NA CIDADE CONTEMPORÂNEA

Atualmente, as ilhas operárias do Porto continuam a constituir uma parte significativa da identidade urbana da cidade, embora apresentem realidades distintas consoante a zona em que se encontram. Em alguns casos, mantêm ainda a sua função habitacional original, noutros, foram alvo de intervenções de reabilitação, ou, em contrapartida, encontram-se em estado de abandono ou já foram demolidas. Esta diversidade de situações faz com que a habitação popular oitocentista seja hoje, em grande medida, representada por estruturas de baixa qualidade construtiva, frequentemente em processo de degradação, o que contribui para a perda progressiva do caráter cultural da cidade portuense.

Perto da praça da Galiza, no cruzamento da Rua do Campo Alegre com a Rua do Bom Sucesso, encontra-se um exemplo paradigmático desta tipologia, o Bairro do Cruzinho. Apesar de corresponder, na realidade, a uma ilha, os que lá moravam chamavam-lhe, “eufemisticamente ‘bairro’, para retirar aquela carga pejorativa que a palavra ‘ilha’ contém e que muitas vezes é identificada como um estendal de miséria.” [23] O que não é verdade indica Germano Silva, jornalista e antigo morador da ilha, numa das suas muitas entrevistas.

Edificado no fim do século XIX, “ (...) alheio à transformação em seu redor, está o último bairro operário desta zona da cidade do Porto” [24]. Este aglomerado populacional, criado para o alojamento das pessoas, que vinham do interior, para trabalhar na indústria, teve a sua denominação pelo facto, “ (...) de se encontrar no caminho de uma antiga Via Sacra que passaria também pelo sítio do Gólgota mais adiante, onde outrora esteve a Igreja da Boa Viagem.” [25] O batismo provém também de uma cruz, que ali existiu, cujos vestígios ainda hoje são visíveis: “Está praticamente apagada a data, mas ainda se lê: 1756” [26], disse o jornalista, durante uma entrevista, numa das suas visitas à ilha centenária, enquanto passava a mão naquela memória gravada na pedra.

Apesar das intenções sucessivamente afirmadas e dos diversos programas de realojamento o problema das ilhas perdura até aos nossos dias. Muitas continuam em condições precárias, com habitações degradadas, infraestrutura deficiente e falta de condições básicas de vida. A população residente é, em larga medida, envelhecida, composta por indivíduos que ali vivem durante grande parte da sua vida, enfrentando hoje dificuldades financeiras para manter ou melhorar as condições das suas casas, ou mesmo procurar alternativas habitacionais. Este envelhecimento acentuado dos habitantes, destes pequenos aglomerados, traduz-se numa reduzida capacidade de manutenção, favorecendo processos de abandono e contribuindo para o esquecimento destas zonas.

Este processo pode ser observado de forma paradigmática no caso em estudo. Em outubro de 2017, o proprietário das 45 casas do Bairro do Cruzinho informou os moradores a vontade de demolir o conjunto para dar lugar a um edifício de 10 pisos, com espaços comerciais, um ginásio e uma residência para estudantes. À data, apenas 13 inquilinos residiam na ilha, em casas com a promessa de obras de reabilitação que nunca chegaram a concretizar-se.

23.Lucília Monteiro, Bairristas, com muito gosto!: Germano Silva e a união do bairro na desgraça; Jornal Visão, 21/03/2016

24. Ana Francisca Gomes, Pressionaram moradores a sair, mas futuro do Bairro do Cruzinho no Porto continua por decidir. Porto Canal, 22/04/2024

25.Américo Conceição e Simão Gomes, 16. Bairros Socias e Operários, 27/05/2017

26.Mariana Correia Pinto, No risco de demolição do bairro do Germano cabem as angústias de uma cidade, Jornal Público, Porto, 02/11/2017

Fig.15. Ortofotografia da cidade do Porto, e localizaçao da Ilha do Cruzinho.

Fig.16. Vestígios da base da cruz que deu nome à ilha.

Fig.17. Fotografia aérea n.º 259 do levantamento da cidade do Porto, realizado em 1939, onde é possível observar o objeto de estudo.



15.

16.



17.







Fig.18. Germano Silva, jornalista, historiador e antigo morador do Cruzinho, durante uma das suas muitas visitas à “ilha”, onde viveu grande parte da sua infância.

Fig.19. Reencontro de Germano Silva com alguns dos ainda moradores da “ilha”, em 2017.

Perante este anúncio, os residentes foram obrigados a sair, tendo-lhes sido sugerida a possibilidade de realojamento num prédio na Corujeira em Campanhã. A reação dos moradores, contudo, revelou descontentamento, afirmado que so aceitariam sair se lhes fossem grantidas condiçoes adequadas e os pudessem permanecer juntos, preservando a comunidade existente.[27]

Passaram-se “anos e nem moradores, nem prédio, nem início das demolições. Na ilha que não quis para si o estigma da denominação, as casas esvaziaram-se, emparedaram-se as portas, selou-se a passagem e a única novidade são as ervas daninhas que acompanharam a passagem do tempo.” [28]

O abandono progressivo destes imóveis em zonas centrais da cidade, favorece a sua aquisição, tornando-os alvo de interesse por parte de investidores que os destinam a alojamento local ou a outros empreendimentos, com rendas mais valiosas monetariamente em relação ao arrendamento normal ou projetos de inclusão social. A argumentação frequentemente utilizada para justificar tais processos assenta no estado avançado de degradação de muitas destas construções.

O município, por sua vez, afirma a intenção de implementar mecanismos de apoio comunitário e financeiro dirigido aos proprietários privados das ilhas, de modo a incentivar a requalificação das suas habitações, para estes poderem beneficiar de arrendamentos sociais. Em 2017, o presidente da Câmara Municipal do Porto, Rui Moreira, propôs a possibilidade de comprar o Bairro do Cruzinho, reconhecendo tratar-se de “o único exemplo dos bairros operários do final do século XIX que ainda persiste na zona do Campo Alegre.” [29]

A eventual compra do bairro teria como objetivo a preservação deste património habitacional, a partir da sua reabilitação, garantindo assim a permanência dos seus moradores, oferecendo-lhes melhores condições de vida e evitando a descaracterização social e histórica do conjunto.

No entanto, os arrendamentos temporários e alojamentos locais relevam-se economicamente mais vantajosos no ponto de vista dos proprietários privados, o que compromete os objetivos de inclusão social e de salvaguarda do património habitacional popular da cidade. Desde 2021, o licenciamento para a construção de uma residência

27. Maria Cândida, moradora do bairro há 32 anos (em 2017), expressa durante a visita de Germano Silva ao Cruzinho- “Oh Germano, a gente até sai, mas é se nos derem condições e nos puserem juntos.” - Mariana Correia Pinto, No risco de demolição do bairro do Germano cabem as angústias de uma cidade, Jornal Público, Porto, 02/11/2017

28.Ana Francisca Gomes, Pressionaram moradores a sair, mas futuro do Bairro do Cruzinho no Porto continua por decidir. Porto Canal, 22/04/2024

29. Patrícia Carvalho, Rui Moreira disposto a “avaliar a possibilidade” de comprar o bairro operário do Cruzinho, Jornal Público, Porto, 31/10/2017

de estudantes no local do bairro passou a incluir um projeto de arquitetura, submetido em fevereiro de 2022. O terreno, propriedade da The Fladgate Partnership – Land Holdings desde 22 de setembro de 2017, parece ter sofrido uma alteração de planos quando, em 2023, o mesmo requerente dá entrada de um PIP, para a edificação de uma unidade multifamiliar com 189 fogos e espaços comerciais.

"Assistimos, portanto, à formação de dois perfis tipológicos, no centro da cidade;

> a. Uma primeira proveniente da recente reabilitação, pensado para o setor turístico e para a população de classes sociais médias e altas;
>
> b. E um segundo constituído pelos residentes nativos que, por resistência ou por falta de capacidades de se mudarem, vivem em condições lastimáveis, temendo as pressões que o mercado imobiliário tem evidenciado na procura de novas formas de rendimento." [30]

Algumas ilhas foram integradas em programas de reabilitação promovidos pela Câmara Municipal do Porto e outras entidades, com o objetivo de preservar a sua identidade histórica e, simultaneamente, melhorar as condições de vida dos residentes. Esta realidade demonstra que, em contextos de adversidade, os impactos não se distribuem de forma equitativa entre os diferentes grupos sociais. Por um lado, compete ao poder público assumir a responsabilidade pela proteção do tecido social e económico; por outro; as medidas implementadas pelo Estado nem sempre são igualmente acessíveis ou eficazes para todos os destinatários.

O caso das ilhas " (...) ilustra a convergência de vários fatores de desigualdades (fracas condições de habitabilidade, estado de saúde frágil, precariedade laboral, entre outros), que conduz a situação onde os riscos potenciais se tornam, com mais facilidade, em problemas consumados." [31]

30. Pedro Manuel Santos, *A habitação Popular Oitocentista na Cidade Contemporânea, O caso Portuense – Estratégias de Intervenção Para a Sua Requalificação*, 2020, p. 31

31. Aitor Varea Oro, *Ilhas do Porto: reabilitar para incluir*; Município do Porto, Porto Vivo, SRU, 2022, p. 28



Fig.20. Fotografia do carreiro central do Cruzinho, em 2017, quando algumas das habitações ainda se encontravam habitadas.

32. Idem, p. 24

33. Beatriz Gomes Almeida, Ilhas Do Lado De Lá Da Rua: Reflexões sobre a Habitação Popular e Social e a sua Integração na Cidade do Porto, Porto, 2015, p. 129

34. Aitor Varea Oro, Ilhas do Porto: reabilitar para incluir; Município do Porto, Porto Vivo, SRU, 2022, p. 30

Em certas áreas, projetos para as ilhas foram elaborados, prevendo que os usos desses espaços fossem utilizados como alojamentos locais, residências estudantis, espaços de coworking e centros culturais. Esse processo tem gerado debate sobre a descaracterização dessas estruturas e o impacto na habitação acessível. Contrariamente, algumas ilhas, têm sido revitalizadas como modelos de habitação coletiva e sustentável, preservando o conceito de proximidade e vida comunitária, através da introdução de infraestruturas modernas, como é o caso da ilha da Belavista ou os projetos desenvolvidos no âmbito de programas como o SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local).

As ilhas foram a maior parte das vezes esquecidas ou postas de lado pela autarquia, à exceção do programa SAAL, enquanto os problemas da habitação no Porto persistiam. As intervenções nestes territórios, assentavam apenas na deslocação, demolição e erradicação destes aglomerados e do seu valor sociocultural, pois esta seria a maneira mais fácil de resolver os problemas, que décadas de abandono e falta de atenção, causaram nestas áreas da cidade. As intervenções realizadas foram levadas a cabo, em grande parte pelo “Plano de Melhoramentos para a cidade do Porto” “que conduziu à construção, em localizações quase sempre periféricas, de 6072 fogos em 13 bairros camarários entre 1957/1967” [32], onde mais de seis mil fogos foram transferidos da área central da cidade para a periferia, entre 15% a 20% da população.

O Plano de Melhoramentos para a cidade do Porto, responsável pela construção dos grandes bairros sociais da cidade que ainda hoje existem, e o projeto SAAL, que afirmava o direito de as populações permanecerem nas respetivas zonas de residência, de modo a serem integradas na cidade, mostra-nos que a leitura do mesmo problema, tem duas aproximações antagónicas.

Com o fim do processo SAAL, que entre 1974 e finais da década de 1970 mobilizou moradores e técnicos em torno da melhoria da habitação popular, abriu-se um vazio nas políticas públicas. Até 2013, a reabilitação das ilhas deixou de estar presente nas intervenções estatais e municipais, o debate técnico em torno do tema manteve-se residual, favorecendo a sua degradação progressiva e a marginalização dos seus moradores.

As “políticas de habitação que incentivavam a procura de casa própria em detrimento do aluguer e dos realojamentos massivos em bairros camarários (que continuaram durante as últimas décadas do século XX a ser vistas como a forma mais “eficaz” de providenciar habitação digna para todos) potenciaram os problemas que são, ainda hoje, parte das problemáticas que a autarquia pretende resolver.” [33]

“Uma habitação inadequada viabiliza, em tese, rendas mais baixas, mas expõe os agregados a mais despesas adicionais (maior necessidade de consumo energético e cuidados de saúde) ou sacrifícios (pior alimentação, maior distância entre casa e o trabalho, maior dificuldade em conciliar a vida familiar)” [34]

Além das dificuldades no acesso a uma habitação acessível, as ilhas há muito se configuram, simultaneamente, como causa e consequência de processos de exclusão social. Na última década, o aumento expressivo das rendas praticadas pelos

proprietários privados conduz muitas famílias ao desalojamento, pois, não tem rendimentos suficientes para suportar as novas rendas elevadas. Este "fenómeno manifesta-se de forma mais aguda em Portugal (onde o crescimento das rendas é cinco pontos percentuais superiores à média europeia) e das suas grandes cidades." [35] Nesse contexto, as ilhas passaram a despertar o interesse das classes médias e altas, como oportunidade de investimento no setor imobiliário

35. Idem, p. 30

Em síntese, pode afirmar-se que o Cruzinho e como muitas outras ilhas operárias continua a ser um reflexo das transformações sociais e económicas da cidade do Porto. Entre a degradação e a revitalização, enfrentam desafios significativos, mas também oportunidades para se afirmarem como exemplos de regeneração urbana sustentável. O seu futuro dependerá de uma inclusão concreta no Plano de Gestão da Reabilitação Urbana, impedindo a crescente segregação destes espaços e da sua população, e do equilíbrio entre turismo e habitação acessível e da vontade de preservar este legado histórico sem comprometer a qualidade de vida dos seus moradores.

Fig.21. Fotografia aérea da Ilha do Cruzinho, onde é possível observar o conjunto esquecido no meio da cidade, em avançado estado de degradação.



PARTE 02.
CASOS DE ESTUDO

Neste capítulo, propomos identificar e analisar outros projetos e locais de características semelhantes ao nosso objeto de estudo, com o objetivo de distinguir intervenções bem-sucedidas de soluções que comprometem a integridade dos conjuntos, que poderão servir de referência para o presente trabalho. A observação de diferentes tipos de intervenções e práticas de projeto, permitirá compreender as abordagens mais adequadas à requalificação destes aglomerados, tantas vezes esquecidos por toda a cidade portuense.

Pretende-se igualmente identificar as características que podem transitar do modelo original para novas soluções habitacionais, sem comprometer a essência do lugar. Esta reflexão é fundamental para que, futuramente, seja possível reintegrar a Ilha do Cruzinho na cidade, de forma a acolher novamente pessoas, famílias e comunidades residentes que procuram habitação acessível numa cidade marcada pela escassez de oferta.

Com este propósito, serão analisados casos como o Bairro Rainha D. Leonor, o Bairro S. Vítor e a Ilha da Bela Vista. Todos estes exemplos, localizados no Porto, foram selecionados por apresentarem proximidades tipológicas com o caso em estudo, quer pela sua configuração em *ilhas*, quer por resultarem de processos de intervenção em conjuntos desta natureza.

A partir da análise destes exemplos, procurar-se-á avaliar a situação anterior e posterior à intervenção, de modo a compreender o impacto das propostas tanto nas comunidades como no contexto urbano em que se inserem.

2.1 BAIRRO RAINHA D. LEONOR

Nos anos 1950, enquanto o centro da cidade permanecia como o principal foco de crescimento urbano, começaram a surgir nas zonas periféricas pequenos núcleos de desenvolvimento urbano. Estas áreas, situadas fora da malha consolidada, revelavam-se particularmente propícias à expansão da cidade, oferecendo espaço e condições para o surgimento de novos bairros e soluções habitacionais.

O Bairro D. Leonor, " (...) edificou-se em conformidade com as exigências habitacionais da cidade, condicionadas pelos limites orçamentais para a construção de bairros camarários. A conceção da época (década de 50) da habitação mínima adequada aos modos de vida da população proveniente das ilhas conduziu a determinados modelos que, atualmente, seriam considerados excessivamente reduzidos." [36]

36. Ana Lima, Habitação mínima e apropriação do espaço: O bairro Rainha D. Leonor, Porto, 2012, p. 86/87

Fig.22. Bairro Rainha D. Leonor, sendo o primeiro empreendimento (1953) do lado direito e o segundo (1955) do lado esquerdo (Plano de Salubrização das "Ilhas" do Porto 1956).







Fig.23.e.24. Fotografia e alçado das habitações originais do Bairro Rainha D. Leonor em 1953

CONTEXTO

Construído nos anos 1950, inaugurado em 1953, projetado pelo arquiteto da Câmara, Luís Almeida d’Eça, , o Bairro Rainha D. Leonor, foi desenvolvido com o intuito de responder aos problemas levantados pelo Inquérito Geral às Ilhas do Porto de 1939, realojando maioritariamente, pessoas vindas das *ilhas*, onde viviam em condições precárias, ou pessoas vindas des habitações demolidas da cidade. Localizado entre as atuais freguesias de Foz do Douro e Lordelo do Ouro, na zona Sudoeste da cidade, o projeto foi desenvolvido em duas fases, a primeira em 1953, viu construídas habitações de acesso direto, em banda e com dois pisos que abrigavam 150 fogos de tipologias variadas como T2, T3 e T3 duplex. Na fase seguinte em 1955, o projeto foi concluído, com a construção de cinco blocos de habitação de quatro pisos, com acesso em galeria, num total de 100 habitações, todas elas T3. [37]

Localizado na zona sudoeste da cidade com frente ribeirinha para a barra do rio Douro, o conjunto instala-se numa topografia bastante acentuada. A topografia existente, levou a que na primeira fase de construção, as habitações tivessem implantações muito próprias, a inclinação natural dos terrenos, definida por socalcos, levou a que as construções de dois pisos tirassem proveito das cotas existentes e permitiu assim a entrada para os fogos nas duas frentes, criando assim espaços exteriores privados. Já na segunda fase de construção, apesar das variações topográficas a abordagem de implantação foi completamente diferente, onde antes se ergueram habitações de acesso direto, agora eram construídos blocos de habitação de quatro pisos com acesso em galeria.

O bairro atualmente localizado, numa zona residencial, na malha urbana consolidada da cidade, encontra-se perto do parque da Pasteleira e rodeado por edifícios de habitação em altura. Encontra-se também perto dos bairros camarários da Pasteleira, Bairro Pinheiro Torres, Bairro das Mouteiras e do Bairro Lordelo do Ouro.

A zona do bairro, distante do centro da cidade, era estranha para os habitantes realojados, que estavam habituados a viver no centro ou perto dele, isto não facilitava a sua vida normal, pois os eixos que ligavam o seu bairro e o resto da cidade, eram os mesmo que ligavam o centro histórico e a Foz velha, obrigando os moradores a deslocarem-se de transportes públicos, limitando assim as suas deslocações ao centro que estavam habituados a ir a pé.

37. Ana Lima, Habitação mínima e apropriação do espaço: O Bairro Rainha D. Leonor, Porto, 2012, p. 78

RENOVAR SEM APAGAR

"Construído na década de 50 sobre a encosta da Foz do Douro, o Bairro Rainha D. Leonor foi-se transformando ao longo do tempo através de um processo informal e desordenado de apropriação dos edifícios e dos quintais. Um processo inevitável e compreensível, tendo em conta a reduzida dimensão das habitações originais e dos seus compartimentos, incapazes de responder às necessidades e modos dos seus moradores." [38]

Alterações como ampliações improvisadas ou anexos foram respostas compreensíveis, devido à falta de espaço útil. No entanto, essa adaptação espontânea, embora legítima, levou à fragmentação da imagem urbana do bairro e à perda da sua coerência arquitetónica.

Entre 2005 e 2013, e de acordo com as premissas definidas no concurso promovido pela Câmara Municipal do Porto, a primeira fase do Bairro Rainha D. Leonor foi alvo de uma notável intervenção de requalificação, conduzida pelo atelier da arquiteta Inês Lobo. Apesar da sua aparente degradação, o Bairro revelou uma identidade forte e uma notável capacidade de regeneração. O projeto teve como objetivo, melhorar o espaço habitável e os espaços comuns, tentando sempre preservar a identidade original do bairro.

38. Inês Lobo, Arquitetos, Rainha D. Leonor" Social Housing Quarter" Porto, PT. 2005-2013



Fig.25. Vista do bairro implantado na encosta sobre a foz do rio Douro, registada durante o processo de reabilitação em 2013. Ao fundo, distingue-se o conjunto habitacional das Torres Vermelhas da Pasteleira.

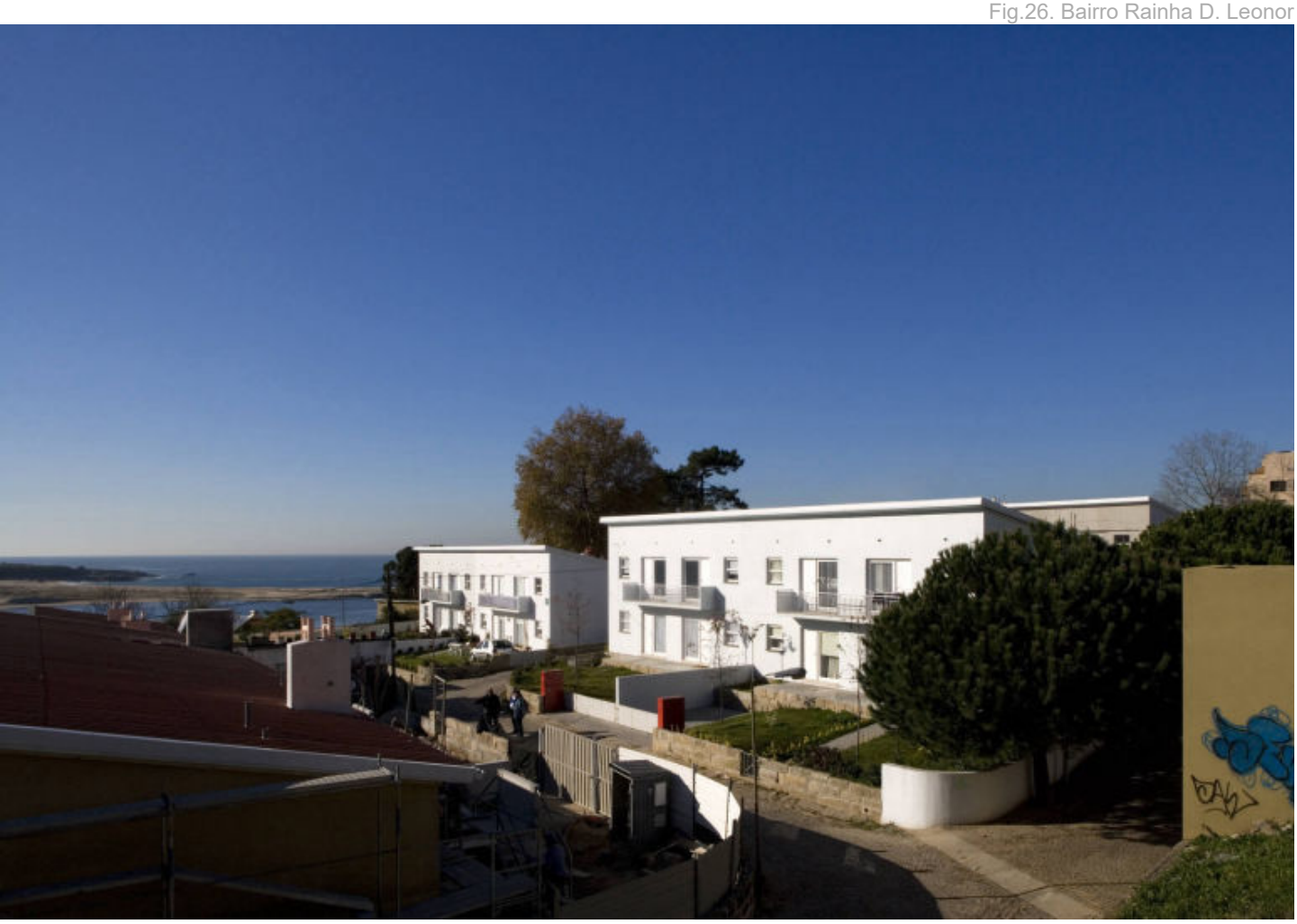
39. Inês Lobo, Arquitetos, Rainha D. Leonor” Social Housing Quarter” Porto, PT. 2005-2013

Mantendo os volumes, fachadas e coberturas, idênticos aos originais, foram removidas as construções espúrias e replicadas as regras e materiais originais. Portas, janelas e acessos foram restaurados ou substituídos por peças semelhantes. Para uma reestruturação, discreta, mas significativa dos espaços exteriores, demoliram-se os anexos e reaproveitou-se o granito original em muros, pavimentos e escadas, integrando-se ainda uma rede contínua de espaços verdes entre o público e o privado.[39]

O interior, ao contrário do exterior, sofreu alterações significativas, as tipologias foram reorganizadas, promovendo a fusão de fogos e a criação de uma novidade espacial face à organização anterior, criando habitações mais amplas e adequadas às necessidades contemporâneas, mas, ao mesmo tempo, mantendo elementos característicos da identidade do bairro.

A intervenção foi amplamente reconhecida por integrar os moradores no processo de reabilitação.

Fig.26. Bairro Rainha D. Leonor



COMENTÁRIO

O projeto original do Bairro D. Leonor, introduz tipologias habitacionais com áreas reduzidas para habitações com as medidas mínimas, aceitáveis. O programa de distribuição de áreas e espaços, é similar em todas as habitações, "sendo as únicas variantes o número de quartos e a distribuição por pisos (simplex ou duplex)." [40] Estas medidas desproporcionais ao mínimo habitável, eram influência das medidas utilizadas nas *ilhas* operárias por toda a cidade. Para os que eram realojados das *ilhas*, as casas eram uma clara melhoria e aumento do seu espaço e qualidade de vida, mas para aqueles que se mudavam do centro para os bairros da periferia, as condições não diferiam muito das que já estavam habituados, muitas vezes piorando dependendo da situação.

"A perceção da dimensão espacial das habitações alterou-se com a evolução das famílias e das necessidades que se alteravam com o passar dos anos. O tamanho do alojamento depende dos hábitos e das experiências de cada indivíduo permitem adaptar-se à sua habitação." [41]

A perceção espacial de cada alojamento está diretamente ligada aos hábitos e experiências de cada morador, por isso é que se as casas fossem só para uma pessoa a sua organização espacial seria fácil, pois só teria de responder às necessidades de um morador, mas como no Bairro D. Leonor, e em muitos outros esse não era o caso, onde naquelas habitações de dimensões reduzidas, habitavam famílias numerosas, muitas vezes tinham de fazer dos espaços comuns, salas nestes casos, das suas casas, funcionar como espaços híbridos/transformáveis, que de dia eram zonas de estar e de refeição e de noite tinham de ser utilizados como dormitório, por falta de espaço nos quartos, devido ao número de pessoas que viviam naquela habitação. "Nas habitações originais do bairro a sala não passava muito além dos 9m2 de área nas tipologias T2 e T3 e cerca de 10m2 na tipologia T3 duplex (…). Estas dimensões extremamente reduzidas pareciam limitar o uso nas práticas correntes do espaço da sala,". [42]

Conseguimos perceber que as dimensões apresentadas pelo bairro, já não suportavam as necessidades dos moradores, pois os mesmos transformavam varandas em marquises e anexos em extensões da casa, à procura de mais uns metros para tornar a sua habitabilidade mais confortável.

Em 2005, quando a Câmara Municipal do Porto, apresentou a ideia de requalificação do bairro ao atelier da arquiteta Inês Lobo, devido aos problemas de espaço reduzido, foi exigido que as habitações fossem associadas duas a duas, na vertical, para manter o efeito de casa moradia. A arquiteta discordou, dizendo que seria um mau aproveitamento das áreas, e propôs então associação de duas habitações sim, mas na horizontal num único piso, poupando espaço, a não precisar de integrar acessos verticais nas áreas úteis.

"Eles propunham isso: associar casas em duplex. (...) Passava-se a ter dois pisos, mas não era fácil de desenhar uma casa com condições mínimas com a introdução da escada. Então, rapidamente tivemos esta ideia de propor não a construção em

40. Ana Lima, Habitação mínima e apropriação do espaço: O bairro Rainha D. Leonor, Porto, 2012, p. 88

41. Ibidem. p. 89

42. Ibidem, p. 90

43.Inês Lobo

44.Ana Lima, Habitação mínima e apropriação do espaço: O bairro Rainha D. Leonor, Porto, 2012, p. 119

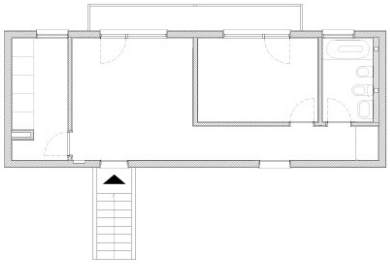
duplex, mas sim, juntar casas duas a duas, mas na horizontal.” [43]

A proposta da arquiteta Inês Lobo reorganizou os espaços interiores das habitações, mantendo uma correspondência direta entre as tipologias originais e as reabilitadas — T2 para T2, T3 para T3 — com exceção dos T3 duplex, sendo convertidos em T1 simplex. Esta reorganização resultou da fusão de duas habitações e refletiu-se também no exterior. Por exemplo, num edifício originalmente composto por oito apartamentos T2 distribuídos por dois pisos, passaram a existir apenas quatro T2. Como cada fração já dispunha de um pátio exterior privativo, a nova configuração permitiu manter essa relação entre habitação e exterior, agora com a vantagem de duplicar a área útil do pátio. Na situação dos T3 duplex, como estes se articulam em dois pisos, e na nova versão a articulação é feita na horizontal, a área dos T1 é obtida a partir da junção de duas metades de um T3 duplex.

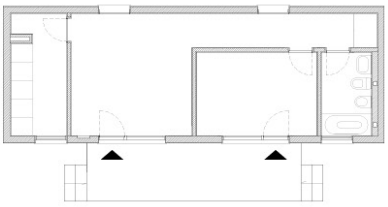
Apesar da associação de frações duas a duas, a redução do número de habitações não foram diretamente 50%. “Consegue-se verificar que das 150 habitações originais vai-se perfazer um total de 90. Das 88 habitações T2 passarão a existir 44, das 32 habitações T3 existirão 16 e dos 30 T3 duplex manter-se-ão 30 T1 requalificados. Assim o bairro ficará reduzido a 60% do número total das suas habitações.” [44]



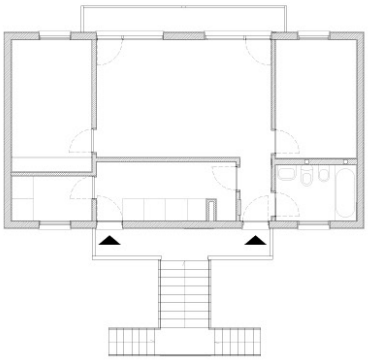
Fig.27. Planta de implantação do Bairro Rainha D. Leonor, com a distribuição tipológica após a requalificação.



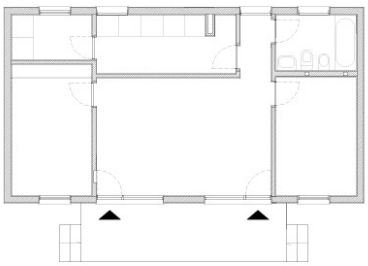
T1 superior



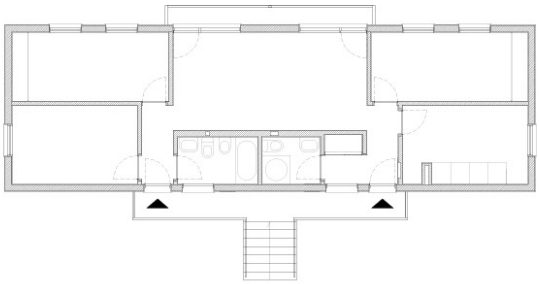
T1 inferior



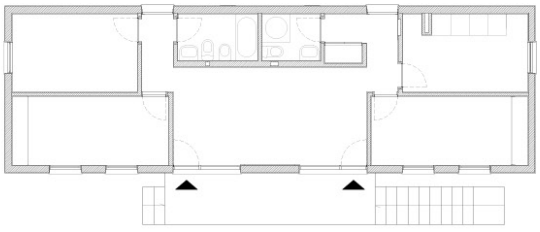
T2 superior



T2 inferior



T3 superior



T3 inferior

Fig.28. Plantas representativas das diferentes tipologias de habitações após o processo de requalificação.

45. Inês Lobo

46. Inês Lobo

47. Ana Lima, Habitação mínima e apropriação do espaço: O bairro Rainha D. Leonor, Porto, 2012, p. 121

O desenho original do bairro, proporciona de forma generosa um espaço exterior a cada habitação, que se traduz em qualidade de vida, porque as “pessoas apesar de viverem em casas muito pequenas, sempre tiveram aquele lugar, o jardim” [45], este conceito de manter o espaço exterior, manteve-se desde o projeto inicial, na requalificação foi uma questão de devolvê-lo, demolindo os anexos que estavam a ocupar espaço necessário.

“O que eu acho muito interessante, quando a casa tem uma varanda ou um pátio, portanto, um espaço exterior privado, é que isso te possibilita viver do exterior de uma forma completa. Podes vivê-lo quando te aproximas da casa e podes vivê-lo, também, da tua privacidade e podes usufruir do sítio onde vives. É uma coisa que numa casa que não tem um espaço exterior tu não consegues fazer. Portanto, é um momento bastante importante e interessante numa casa, é aquela passagem (...) do público para o privado.” [46]

A ideia principal da requalificação das habitações baseava-se, no melhor aproveitamento de espaço útil possível e numa solução nova que não esquecesse as referências da anterior, medida imposta para ajudar a respeitar a contenção de custos imposta pela Câmara. Assim vemos, que as divisões interiores tentam ao máximo respeitar a matriz antiga, tanto as salas, como os quartos continuam no mesmo sítio, a diferença é o seu tamanho, claramente maior, e a sala assume a posição central da casa, o que antes era duas salas pequenas, transforma-se numa única sala ampla. Umas das maiores mudanças da organização espacial interior, foi a adição de um espaço próprio para a cozinha, antes um anexo da sala é agora um espaço autónomo. Todos os espaços da casa viram as suas áreas aumentadas, que era um dos objetivos do projeto, ainda que cumpram os requisitos mínimos, as divisões continuaram com dimensões pouco generosas. [47]

A otimização espacial foi alcançada através da redução ao mínimo dos espaços de distribuição. A sala passou a assumir um papel central na organização da casa, funcionando como espaço de circulação a partir do qual se acede diretamente às restantes divisões. Esta estratégia é visível na maioria das tipologias, com exceção dos T1, onde subsiste um pequeno corredor que liga a sala ao quarto e à casa de banho, contrariando, nesse caso, o princípio de eliminação total dos espaços de distribuição.

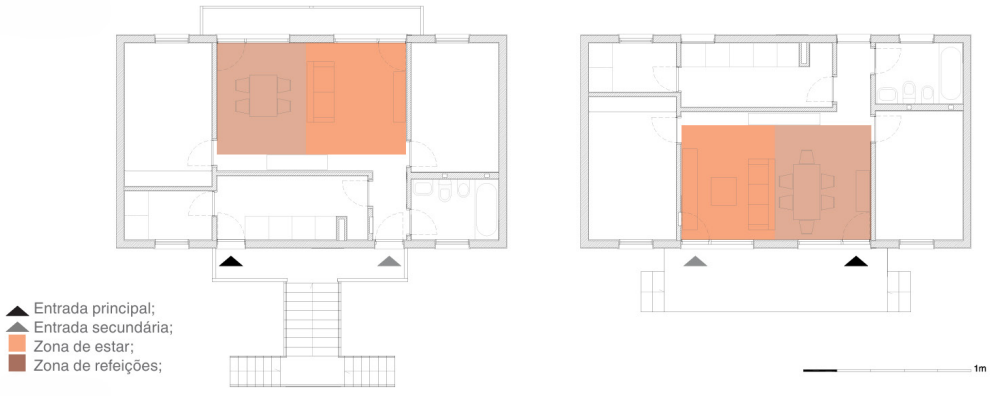


Fig.29. Esquema representativo da dinâmica e interação espacial no interior das habitações de tipologia T2.

"O que os arquitetos experimentaram muito antes (...) é uma ideia de casa (...) que quanto a mim, é a mais flexível de todas. (...) Nada de especial, mas que tinha esta ideia por trás, que é: teres uma casa que é constituída por um conjunto de espaços, aproximadamente da mesma dimensão, e que são todos comunicantes entre si." [48]

O projeto de Inês Lobo para o Bairro Rainha D. Leonor constitui um excelente exemplo da forma como é explorada a associação modular sem perturbar a estrutura pré-existente, conceito que se pretende introduzir também na proposta de requalificação do nosso caso de estudo. A intervenção neste assume-se como uma requalificação arquitetónica social que respeita e revitaliza a herança original do bairro, criando habitações renovadas com uma nova organização espacial, distinta da configuração inicial. Ao mesmo tempo, os elementos comuns a cada habitação estabelecem uma coesão espacial no bairro, garantindo a preservação da sua identidade.

48. Inês Lobo

Fig.30.31.e.32. Fotografias do interior e das facahdas das habitações reablitadas no Bairro Rainha D. Leonor.

30.



31.



32.



2.2 BAIRRO S. VÍCTOR

No ano de 1818, *“a abertura da rua de S. Víctor, desencadeou o desenvolvimento desta área que, apesar de relativamente periférica em relação ao centro da cidade, reunia condições para se tornar uma área residencial burguesa.”* [49]

O crescimento e desenvolvimento do setor fabril naquela zona da cidade contribuiu para a progressiva degradação do seu estatuto urbano e social, dando origem à formação de um dos maiores aglomerados de *ilhas* operárias do Porto. O tecido urbano de S. Vítor era predominantemente composto por habitação operária, edificada de forma precária ao longo do século XIX. As “ilhas” concentravam, assim, diversas famílias em casas exíguas, muitas vezes sem luz natural ou ventilação adequada.

CONTEXTO

Situado na freguesia do Bonfim, na zona oriental do Porto, o Bairro de S. Vítor formou-se principalmente ao longo do século XIX, era “ (...)um bairro da zona oriental do Porto, cujos interiores de quarteirão eram quase integralmente preenchidos por bandas de habitação pobre e degradada: as Ilhas.” [50]

“A zona de S. Víctor compreende dois sectores (Srª das Dores e S. Víctor) situados respectivamente a norte e a sul da Praça da Alegria, local muito próximo do centro histórico do Porto”. [51] Era predominantemente composta por habitações destinadas

Fig.33. Ilha na Rua de S. Víctor



49. Ana Catarina Costa, O campo da arquitectura na construção da cidade democrática: Processo SAAL/Porto, Porto, 2022, p. 247

50. VISÃO. Siza Vieira e as cidades inacabadas. Jornal de Letras / Visão, 4 dez. 2019.

51. AAVV, Álvaro Siza Vieira, Cidade participada: arquitectura e democracia: S. Victor, coord. Ana Alves Costa, Ana Catarina Costa, Sergio Fernandez, Lisboa, 2019, p. 33

Fig.34.
“Ilhas” na Rua de S. Victor



à classe operária, cuja construção teve início após a abertura da Rua de S. Vítor, em 1818 e detinha a maior taxa de mortalidade da cidade. Na planta redonda de George Black, datada de 1813, é possível identificarmos que esta zona correspondia à antiga Quinta da Fraga. As construções existentes na parte ocidental integravam-se então no quarteirão de Sr.ª das Dores. Através da mesma planta, é ainda possível localizar a Viela Sr.ª das Dores, que estabelecia a ligação entre o Largo do Camarão e o Asilo Portuense da Mendicidade, situado nas Fontaínhas. [52] A segregação desta zona foi ainda agravada pela demora na concretização das vias projetadas por Almeida Machado em 1883, em especial da rua que ligaria a Rua do Heroísmo à Rua de São Vítor, atravessando todo o quarteirão. A ausência desta ligação limitou significativamente a permeabilidade urbana do bairro, contribuindo para o seu isolamento e marginalização face ao resto da cidade.

A divisão dos parcelamentos na antiga Quinta da Fraga seguiu a prática recorrente na construção das *ilhas* do Porto: lotes estreitos e profundos, adaptados à lógica da habitação operária. Contudo, devido ao estatuto social reduzido da zona, os investimentos foram realizados de forma económica, adequando-se às limitadas capacidades financeiras do proletariado. Era habitual, como noutras partes da cidade, a implantação de uma casa burguesa voltada para a rua, funcionar como fachada do lote, enquanto no logradouro posterior se desenvolviam as *ilhas*. No entanto, em S. Vítor, esta tipologia foi por vezes levada ao extremo — onde “Nuns casos verifica-se a edificação das casas burguesas à face da rua com a construção das ilhas no espaço de logradouro (por vezes em simultâneo), noutros casos a ilha ocupa todo o lote, podendo uma das células habitacionais ter frente para a rua”. [53]

REESCREVER O LUGAR

A carta enviada pelos moradores em 16 de setembro de 1974 assinalou a urgência das condições de vida em S. Vítor, mas também o início de um processo de mobilização comunitária que viria a marcar profundamente a atuação do SAAL no Porto. No documento, os habitantes denunciavam o estado de insalubridade extrema em que viviam, agravado pela sobrelotação, pela ausência de saneamento básico e pela degradação generalizada das habitações. Estas condições contribuíam para que a zona

52. Ana Catarina Costa, O campo da arquitectura na construção da cidade democrática: Processo SAAL/Porto, Porto, 2022, p. 247

53. AAVV, Álvaro Siza Vieira, Cidade participada: arquitectura e democracia: S. Victor, coord. Ana ALves Costa, Ana Catarina Costa, Sergio Fernandez, Lisboa, 2019, p. 77



Fig.35. Planta da proposta de intervenção no setor de Senhora das Dores, com os edifícios construídos assinalados a azul.

fosse reconhecida como uma das áreas com maior taxa de mortalidade da cidade, sobretudo entre as populações mais vulneráveis.

A resposta a este apelo resultou na integração da zona de São Vítor no programa de reabilitação urbana promovido pelo SAAL, sob coordenação do arquiteto Álvaro Siza Vieira. A intervenção procurou articular a participação ativa dos moradores com uma abordagem arquitetónica atenta à escala humana, ao tecido urbano pré-existente e à memória coletiva do lugar. [54]

“O trabalho tinha como ponto de partida o entendimento do processo de produção do espaço urbanizado, não para perpetuar o status, mas para perceber qual a melhor maneira de o transformar.” [55]

Foi elaborado um plano de conjunto, do qual apenas se concretizou parcialmente uma banda de doze habitações no interior do quarteirão, a reconstrução de três e a reabilitação de outras cinco, localizadas nas ruas em redor de S. Vítor.(Fig.) Nos quarteirões de S. Vítor, correspondentes ao segundo sector de intervenção, foram apenas delineadas orientações gerais e foi elaborado apenas o projeto de recuperação de uma *ilha* habitacional, que nunca foi executado.

54. Ana Catarina Costa, O campo da arquitectura na construção da cidade democrática: Processo SAAL/Porto, Porto, 2022, p. 247

55. VISÃO. Siza Vieira e as cidades inacabadas. Jornal de Letras / Visão, 4 dez. 2019.

Um século e meio depois, aproximadamente, *"uma obra de Siza tinha ficado incompleta, morrera praticamente à nascença. Criada pela circunstância política, fora também asfixiada pela circunstância política. Refiro-me ao projecto para São Vítor, um bairro da zona oriental do Porto cujos interiores de quarteirão eram quase integralmente preenchidos por bandas de habitação pobre e degradada: as Ilhas. Siza dirigiu uma brigada para intervir nesta área."* [56]

Devido às fracas condições de habitabilidade dos moradores de S. Vítor, e com o seu pedido de apoio, formalizado na carta que escreveram ao SAAL, S. Vítor, foi uma das primeiras operações a ser iniciada em novembro de 1974. O contacto prévio, por parte de estudantes de arquitetura da ESBAP, agilizou o processo, tendo sido esses estudantes a convidar Álvaro Siza e Domingos Tavares, para chefiar a intervenção do SAAL em S. Vítor. Devido à quantidade de operações de trabalho em curso, a brigada teve de ser dividida, ficando somente Álvaro Siza encarregue de S. Vítor.

O curto prazo de ação do processo SAAL, de um período de apenas dois anos, resultou em diferentes níveis de desenvolvimento dos projetos previstos. Por razões de operacionalidade, a intervenção teve início no quarteirão Sr.ª das Dores, onde, previamente, a câmara teria exigido a expropriação e a demolição de *ilhas* para a construção de um estacionamento.

"Aqui, como noutras zonas, esta era a medida para a expulsão de uma população pobre e para a adaptação capitalista do núcleo central da cidade." [57]

56. VISÃO. Siza Vieira e as cidades inacabadas. Jornal de Letras / Visão, 4 dez. 2019.

57. AAVV, Álvaro Siza Vieira, Cidade participada: arquitectura e democracia: S. Victor, coord. Ana Alves Costa, Ana Catarina Costa, Sergio Fernandez, Lisboa, 2019, p. 33



Fig.36. Banda de habitações construídas do Bloco A1.

58. Idem, p. 80

Os trabalhos tiveram início com uma análise da evolução histórica e morfológica da zona, incluindo a consideração da proposta do Plano Diretor (Auzelle, 1962), este plano previa a demolição integral das habitações existentes no interior do quarteirão da Senhora das Dores — uma solução da qual a equipa do SAAL se veio a afastar, optando por uma abordagem mais respeitadora do tecido urbano e social pré-existente. A partir dessa análise, definiram-se dois sectores de intervenção distintos: São Vítor e a Nossa Senhora das Dores.

Esses terrenos foram posteriormente reclamados pelos moradores, facilitando o arranque da intervenção naquela área. Para este sector foi elaborado um plano de conjunto, do qual apenas se concretizou a construção de doze fogos, que constituem, o principal foco de interesse da nossa análise.

A primeira proposta de Álvaro Siza para o quarteirão Sr.ª das dores previa a construção de bandas de casas que seguiam o alinhamento dos muros de suporte das ilhas que tinham sido demolidas, prolongando-as até à Rua Sr.ª das Dores. Na segunda proposta, que foi parcialmente construída, vemos uma alteração às ideias previamente propostas, onde antes as casas seguiam os antigos alinhamentos, agora uma nova banda de casas forma uma nova frente no interior do quarteirão, organizando-se “paralelamente à Rua de S. Dionísio e à Rua Sr.ª das Dores, adapta-se à topografia do terreno e forma uma nova frente no interior do quarteirão. Pontualmente, é interrompido pela intersecção com elementos preexistentes, muros e desníveis, e para a criação de passagens.” [58]

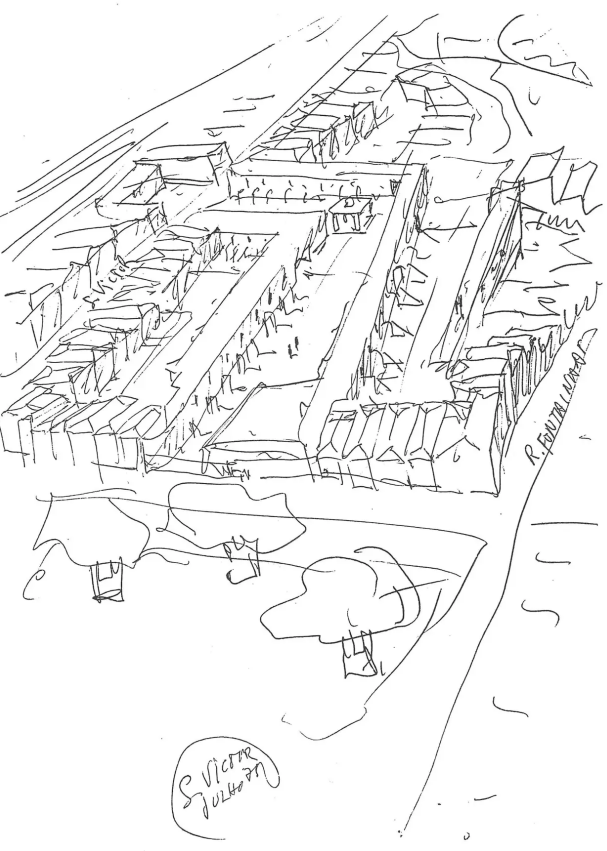


Fig.37. Esquisso de uma ilha a atravessar o quarteirão entre a Praça da Alegria e a Rua de S. Victor.

Fig.38. Vista do Bloco A1, onde se observam as habitações em relação com o muro preservado como elemento de memória do passado.



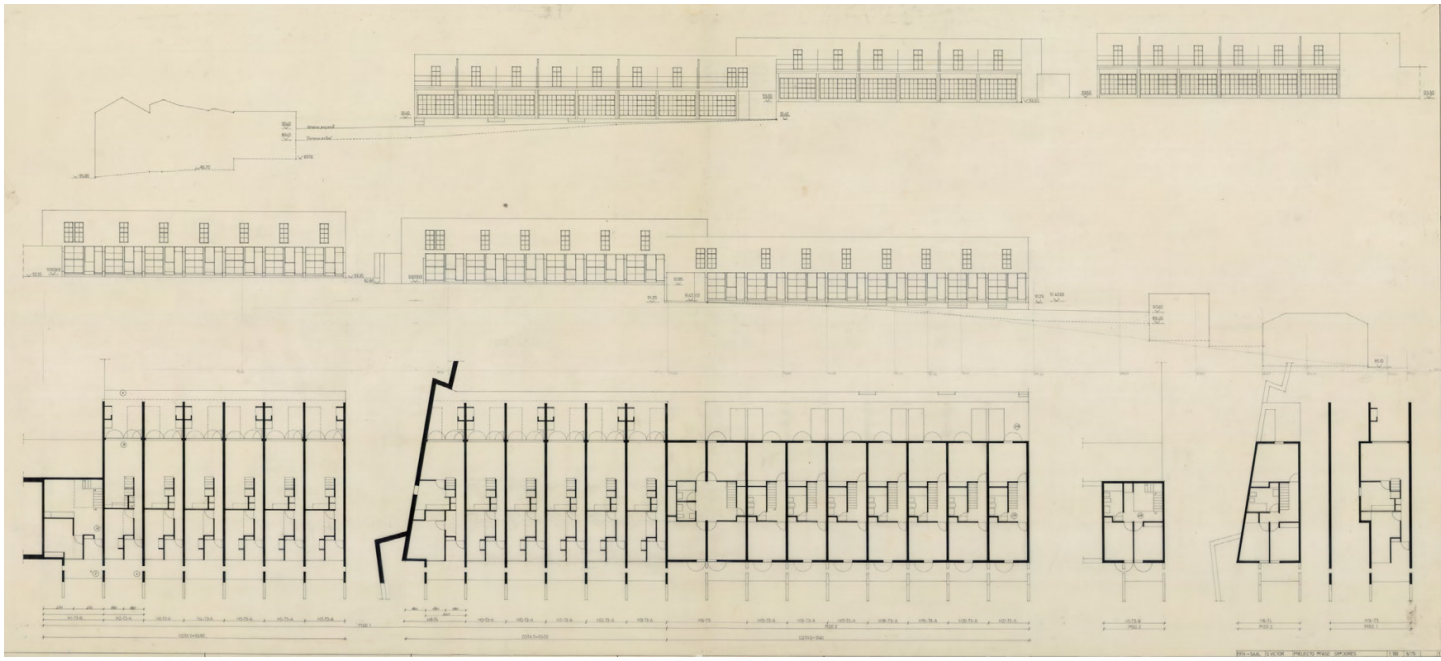


Fig.39. Plantas e alçados do bloco A1 do Conjunto Habitacional Social SAAL S. Victor, Porto, Portugal

COMENTÁRIO

A forma como a nova construção é implantada no quarteirão contraria a lógica do parcelamento típico das ilhas, alterando significativamente a sua organização espacial. O resultado é um tecido urbano mais aberto, articulado e fluído, rompendo com a compartimentação rígida e a densidade excessiva que caracterizavam a morfologia anterior. Este romper para com o ordenamento espacial antigo pode ser visto como um momento de rutura, em que a arquitetura, influenciada por uma ideia, procura uma renovação da organização espacial. O muro das ilhas demolidas, é deixada em ruína, e funciona como memória do passado, "permitindo que uma nova ordem nasça fazendo já parte do lugar." [59] A banda foi apenas parcialmente construída, 12 fogos, ficando por construir os fogos nos topos da cota mais baixa, e sete fogos da banda da cota mais alta.

59. AAVV, Álvaro Siza Vieira, Cidade participada: arquitectura e democracia: S. Victor, coord. Ana Alves Costa, Ana Catarina Costa, Sergio Fernandez, Lisboa, 2019, p. 81

A habitação-tipo da banda construída apresentava apenas 3,6 metros de largura, o que condicionou de forma significativa o desenho da sua organização espacial. Esta limitação levou a uma otimização do aproveitamento do espaço interior, privilegiando soluções funcionais e eficientes. A reduzida largura contribuiu também para a contenção dos custos de construção, tirando proveito do "vão económico", uma vez que o tamanho reduzido do vão faz com que as quantidades de materiais sejam menores, otimizando assim os custos da estrutura. Paralelamente, esta configuração preservou a sensação de proximidade entre vizinhos, característica marcante das antigas tipologias das ilhas.

A organização das casas divide-se então em 2 pisos. No primeiro a entrada encontra-se recuada em relação ao alinhamento da fachada, criando uma zona exterior resguardada, que no interior dá acesso a um corredor que faz a distribuição para o primeiro quarto e de seguida para os restantes espaços da habitação. Este corredor é conformado por uma escada de um só lanço que se afasta paralelamente da parede de





Fig.40. Fotografia do alçado de tardoz do Bloco A1 em fase de construção, onde ainda se observam vestígios das antigas ilhas já demolidas.

Fig.41. Fotografia da escada interior do fogo localizado no piso inferior do Bloco A1.

meação e sobe em sentido oposto ao da entrada. A sala vai-se revelando visualmente à medida que a escada desce, abrindo progressivamente a perspetiva do espaço e criando uma ligação direta com o logradouro. O vão sob a escada é por sua vez aproveitado para albergar um dos braços da cozinha em “L”, que, permanece aberta para a sala, estabelecendo com esta uma relação de continuidade funcional e espacial.

No piso superior, encontramos dois quartos e uma casa de banho, que tem a sua distribuição feita, a partir de um pequeno hall iluminado por uma claraboia. A mesma é aproveitada para a iluminação natural do quarto-de-banho, como também da sala, através do vão da escada. O quarto voltado para o pátio traseiro, tem acesso a um terraço sobre o logradouro, onde se preserva uma abertura que permite a entrada de luz na sala e a manutenção das árvores existentes. [60]

No exterior, as superfícies revestidas a reboco remetem mais para a linguagem das construções dos anos 1920 e 1930, influenciadas pelos arquitetos modernos, contrastando com características construtivas originais. Nas fachadas, os pequenos vãos verticais e centrais dos andares superiores contrastam com os grandes rasgos horizontais dos pisos térreos, estabelecendo um jogo de escalas e proporções que confere ritmo e hierarquia à composição. O módulo de janela utilizado nos pisos superiores repete-se quer na fachada principal, quer na de tardoz. Na fachada frontal, o módulo é composto por dois panos fixos inferiores e uma abertura em guilhotina na parte superior, já o aposto acontece na fachada posterior, onde os panos fixos e móveis invertem-se, e os elementos inferiores abrem-se para o exterior, permitindo o acesso à cobertura do logradouro, caso necessário. O vão da sala, por sua vez, é composto por quatro módulos repetidos, formando uma abertura ampla e contínua. Já a janela do quarto junto à entrada, na fachada principal, embora respeite a largura dos restantes vãos, rompe com a repetição do módulo, simulando-a através da alteração da métrica do desenho do caixilho.

“A repetição na composição do alçado é quebrada nos topos e no momento de transição de cotas, que coincidem com a colocação de fogos de excepção.” [61]

E tal como descreve Ana Catarina Costa na sua análise detalhada sobre a operação SAAL em S. Vítor, é possível identificar elementos de outras obras de Álvaro Siza, reutilizados em S. Vítor. [62]

60. Ana Catarina Costa, O campo da arquitectura na construção da cidade democrática: Processo SAAL/Porto, Porto, 2022, p. 250

61. Ibidem. p. 250

62. Tanto na sua tese de doutoramento –O campo da arquitectura na construção da cidade democrática: Processo SAAL/Porto; e no seu excerto escrito no livro - Cidade participada: arquitectura e democracia: S. Victor; Ana Catarina Costa descreve que é possível identificar elementos de outras obras de Álvaro Siza, reutilizados em S. Vítor, como a forma curva no banco de Oliveira de Azeméis, a composição dos alçados semelhante à Bouça, as caixilharias pintadas como na casa Alcino Cardoso, as janelas em guilhotina utilizadas na casa Beires e o uso de cor já experimentado na casa Beires e no edifício plurifamiliar projetado para Caxias.

Antes da intervenção do SAAL, o bairro de São Vítor consistia num aglomerado de habitações operárias marcadas por uma profunda degradação física e social. Apesar das condições adversas, persistia entre os seus moradores um forte espírito de vizinhança e entreajuda comunitária, que desempenhou um papel fundamental no processo que se veio a desencadear. Apesar de alvo de reabilitação, os quarteirões da Rua de S. Vítor mantêm uma configuração muito próxima da representada na planta de Teles Ferreira de 1892. Esta semelhança deve-se, em grande parte, à dificuldade em implementar uma estratégia de intervenção coesa, condicionada pela fragmentação fundiária e pelo elevado número de proprietários e parcelas existentes.

Nos dias de hoje, a organização interior do quarteirão encontra-se profundamente alterada, tornando-se praticamente irreconhecível face à configuração original. A ruína que estabelecia uma ligação simbólica entre o projeto de Siza Vieira e a memória do lugar foi demolida, interrompendo essa continuidade histórica. Como afirma Ana Catarina Costa, os novos edifícios, projetados pelos arquitetos, Hélder Casal Ribeiro e Ana Sousa Costa entre 1995 e 1998, também eles apenas parcialmente executados, perturbam a escala do lugar e apagaram qualquer vestígio da antiga rua de Sr.ª das Dores, que outrora constituíra o eixo estruturante da proposta de Siza Vieira. [63]

Embora todos estes fatores tenham contribuído para a sensação de uma "cidade inacabada", onde a tentativa de transformação urbana se perdeu no interior de um dos quarteirões do Porto, onde restaram apenas fragmentos de uma intenção coletiva interrompida, a proposta parcialmente construída constitui um exemplo bastante importante da forma como o arquiteto consegue renovar a essência de um lugar, preservando simultaneamente a essência do que é habitar numa *ilha*. Este conceito revela-se particularmente importante e deverá ser considerado na elaboração da nossa proposta de reabilitação para o Cruzinho, onde será igualmente necessário introduzir soluções de projeto capazes de responder às exigências habitacionais dos dias de hoje, sem comprometer a identidade histórica e social do lugar.

63. Ana Catarina Costa, O campo da arquitectura na construção da cidade democrática: Processo SAAL/Porto, Porto, 2022, p. 262



Fig.42. Fotografia do estado atual do Bairro de São Vítor.

2.3 ILHA DA BELA VISTA

Na frente do conjunto, voltado para a Rua D. João IV, foram construídas cinco habitações de dois pisos, destinadas à burguesia. Nas traseiras do terreno, à semelhança do que sucedia na maioria das *ilhas* do Porto, desenvolveu-se um conjunto habitacional de carácter operário, implantado de forma a maximizar a ocupação do espaço disponível. O acesso fazia-se através de um corredor estreito a céu aberto, a partir do qual as habitações se distribuíam por quatro filas paralelas, duas situadas no interior do lote e duas encostadas aos limites do terreno, onde a circulação era assegurada por dois corredores de distribuição.

Em 1974, insatisfeitos e preocupados com as condições precárias de habitabilidade, os moradores apresentaram um pedido de intervenção ao Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL). Apesar de a solicitação ter recebido uma resposta célere e de terem sido elaborados diversos projetos de reabilitação para a Ilha da Bela Vista, nenhum deles chegou a ser executado, mantendo-se inalteradas as condições existentes. Com a interrupção do processo do SAAL, a ilha passou para a propriedade municipal. Apenas quatro décadas mais tarde, entre 2013 e 2015, foi alvo de uma intervenção de reabilitação, conduzida pelo gabinete de arquitetura Cerejeira Fontes, no âmbito do Laboratório de Habitação Básica e Social, procurando conciliar a preservação da sua morfologia original com a melhoria das condições de vida dos residentes.

“Depois de anos de luta, Domingos Aloísio, que vive na ilha há cerca de 40 anos, revisita o passado de «muitas promessas que nunca foram cumpridas». Também Rosa Pinto, nascida ali há 69 anos, recorda que «diziam que isto ia a baixo, andaram muitos anos a vir cá e depois nunca mais voltaram». Mas, agora, os primeiros ventos de mudança parecem começar a fazer sentir-se: «isto nunca foi encarado como é agora». E as dúvidas em relação ao futuro dão lugar à expectativa. Hoje surge esperança: quando se veem «as pessoas a vir cá, acredito mais que isto vai andar»”.[64]

64. Bárbara Silva, Ilha da Bela Vista: Passado e Futuro, Jornal Universitário do Porto, 06/03/2014



Fig.43. “Ilha” da Bela Vista antes da reaqualificação.



Fig.44. Excerto da planta de Telles Ferreira de 1892 com a área da Bela Vista assinalada.

CONTEXTO

A urbanização do Monte dos Congregados deu origem à Ilha da Bela Vista, construída no final da década de 1870, em terreno pertencente a Ermelinda Barbosa e de Freitas e ao seu marido, João Baptista Alves Braga. A ilha situava-se na antiga *Rua da Duquesa de Bragança* (atual Rua D. João IV), aberta em 1843. Estabelecia ligação entre o Jardim de São Lázaro e a periferia norte da cidade, conforme podemos observar nas plantas de Teles Ferreira.

Esta área do Porto caracterizava-se, como uma importante zona burguesa. No entanto, na zona mais afastada do centro, surgiram conjuntos habitacionais destinados a diferentes estratos sociais, incluindo habitação operária. O terreno onde se implantou a Ilha da Bela Vista foi subdividido em cinco lotes, com larguras entre 6 e 6,25 metros e uma profundidade de 25 metros, onde a frente voltada para a rua foi ocupada por cinco casas de dois pisos, destinadas à burguesia, ficando a zona posterior reservada para a construção de habitação operária.

No ano da sua construção, foram erguidos 43 fogos, distribuídos pelas 4 filas de casas que ocupavam os 5 lotes do terreno. A construção intensiva de casas de classe operária, no terreno arrendado a Luís Ferreira Dias Guimarães, foi a consequência do baixo estatuto de leis, que viam os que arrendavam ter o poder absoluto sobre o terreno arrendado aos proprietários privados. Esta falta de controlo levou a que o terreno fosse vendido a Inácio de Miranda Vasconcelos em 1878. [65]

65. Fernando Matos Rodrigues, ILHA DA BELA VISTA - Um Programa, um Projecto de Habitação Básica Partic pada, 10/06/2014



Fig.45. Alçados da Ilha da Bela Vista

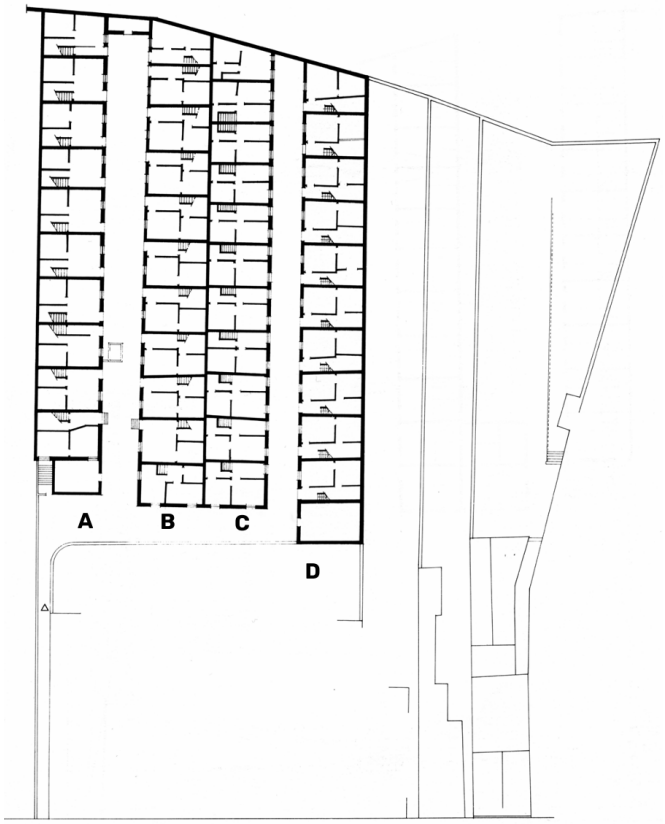


Fig.46. Planta da ilha da Bela Vista, piso térreo, com a identificação das alas.
© Teixeira, Manuel C., Habitação popular na cidade oitocentista: as ilhas do Porto, Lisboa: F.C.G., 1996, p. 399.

Das 43 habitações iniciais, 22 disponham de dois pisos, localizadas nas alas A e C, bem como no topo poente da ala B, cada uma com uma área aproximada de 48 m². As outras 21 eram de um único piso, situadas nas alas B e D, com uma área média de 24 m²; como podemos observar na planta. Em 1974, uma nova contabilização dos fogos mostrou a existência de 52 unidades habitacionais, o que sugere que algumas das casas haviam sido subdivididas, levando a ocupação do terreno ao limite. Neste sentido, os dois corredores de distribuição interna constituíam então o único espaço livre disponível, assumindo o papel central na vida comunitária, onde decorria grande parte da vivência social entre os moradores, bem como atividades quotidianas como a lavagem e a secagem da roupa.

Em 1974, aquando do pedido de intervenção apresentado pelos moradores da Bela Vista ao SAAL, a generalidade das habitações encontrava-se em avançado estado de deterioração e desprovida de instalações sanitárias próprias. Existiam apenas duas casas de banho comuns, equipadas com dez chuveiros e dez sanitas no total, situação que comprometia gravemente as condições mínimas de habitabilidade e gerava desconforto significativo entre os residentes.

A primeira proposta de intervenção, elaborada pela brigada do SAAL, composta pelo arquiteto Fernando Lucena e pelo arquiteto de Henrique Vanez [66], abrangia não apenas os cinco lotes da Bela Vista, sujeitos a uma reabilitação integral das quatro alas da ilha existente, mas também três lotes localizados a sul, para a expansão do bairro, onde se previa a construção de um novo volume habitacional com 4 pisos.

66. Facto comprovado pelo documento assinado por Mário Moura a 30 de Abril de 1975

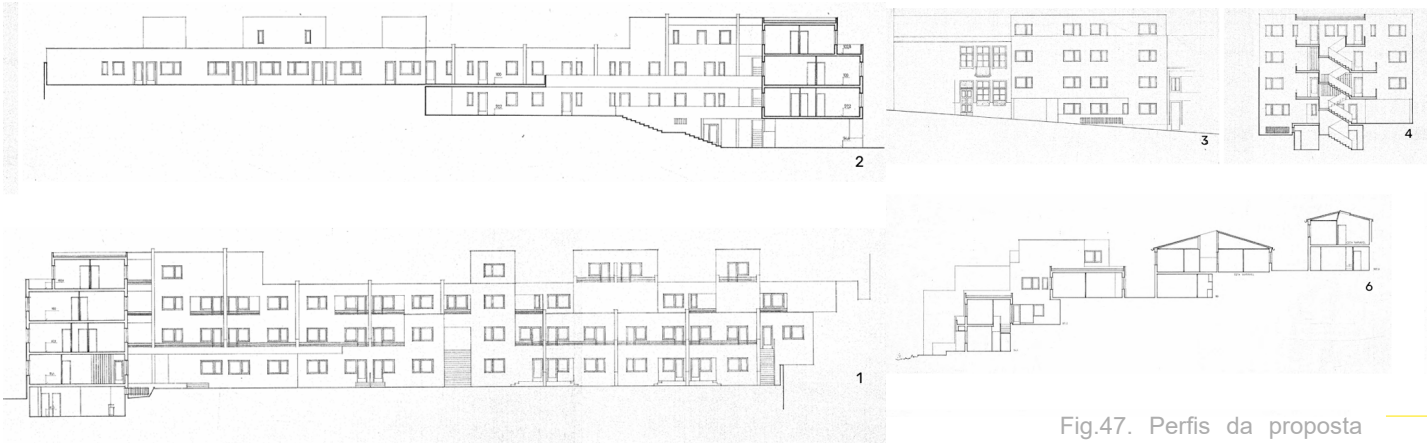


Fig.47. Perfis da proposta elaborada para a operação SAAL da Bela Vista, Julho 1975.

O novo edifício ocuparia os três lotes adjacentes, e crescia até à face da rua, sendo que, num deles, o piso térreo seria deixado livre, de modo a criar uma nova entrada de acesso ao bairro.

Nas alas pré-existentes, o objetivo consistia em preservar ao máximo a aparência original das habitações, mantendo as paredes de meação e procedendo apenas à substituição das coberturas em mau estado. Mesmo os caixilhos seriam recuperados sempre que possível, privilegiando-se a conservação em detrimento da substituição.

Na ala mais a norte, a ala A, os fogos manteriam uma organização próxima da existente, distribuídos em tipologias duplex. O piso inferior seria composto por sala com Kitchnet, quarto de banho, arrumos e as escadas para o piso superior, reservado aos quartos.

As alas centrais, B e C, iriam sofrer uma transformação mais profunda, uma vez que seriam unificadas num único corpo, criando assim fogos tipologia T3 duplex, que teriam entrada pelo corredor mais a sul, á exceção de um único fogo T1, que teria acesso pelo corredor mais a norte. A organização interior dos T3, previa que a sala, a cozinha e os arrumos fossem inseridos somente na ala C, à cota mais baixa, correspondente ao nível de entrada da habitação. O piso superior, reservado aos quartos e uma casa de banho, ocuparia a profundidade total resultante da junção das duas alas. Devido às estreitas medidas das células habitacionais, um dos quartos e a casa de banho abririam para um pátio criado no andar superior, garantindo ventilação e iluminação natural.

A ala D seria, de todas, a que sofreria alterações mais significativas face à pré-existência, uma vez que se previa a sua integração no novo volume habitacional a desenvolver nos três lotes situados a sul, acoplados ao projeto de reabilitação da Bela Vista. As novas habitações projetadas para essa zona constituíam um conjunto diversificado, integrando tipologias T1, T2 e T3, em soluções simplex e duplex, dotadas de varandas e pátios orientados a sul e a norte, contrastando com a morfologia do existente. A transição entre a pré-existência e a zona expandida previa a criação de novas plataformas e espaços livres no centro do bairro, articulados por escadas que asseguravam a ligação entra as diferentes cotas.

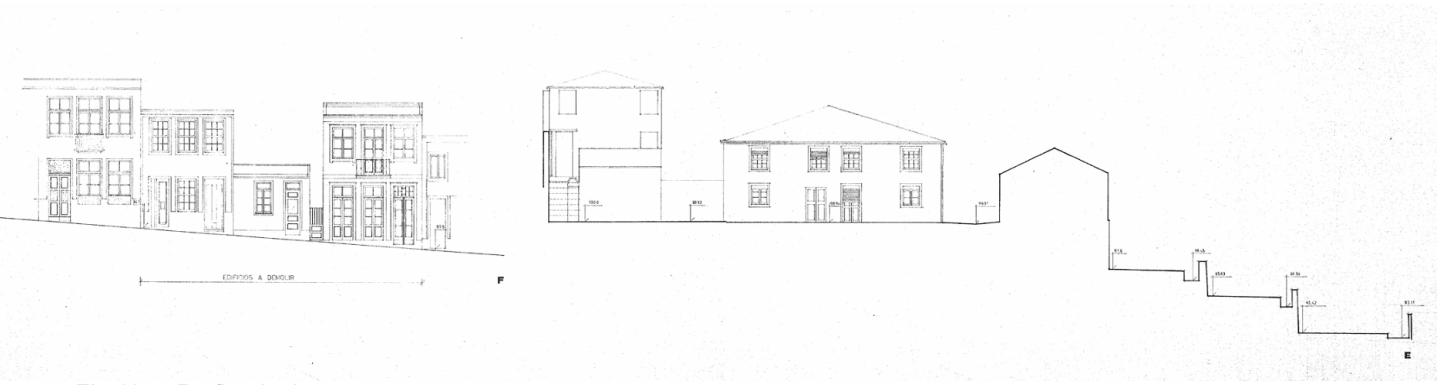


Fig.48. Perfis de levantamento da ilha da Bela Vista, Julho 1975.

O projeto propunha ainda a demolição dos edifícios na frente de rua nos três lotes a sul, onde seria erguida a nova fachada da articulação do bairro. O novo edifício, com quatro pisos e cave, previa no piso de entrada dois apartamentos T1, ligeiramente elevados em relação à rua, e ocupando apenas dois dos lotes, sendo o terceiro destinado a uma nova entrada de acesso ao bairro pelo lado sul. Nos pisos seguintes, o programa habitacional distribuía-se em dois fogos T4 duplex, com uma habitação T1 em intermédio dos dois, no piso superior. O último piso recuado, acolheria dois fogos T2, aos quais se somava mais um T2, parte integrante do novo volume edificado no interior do quarteirão, reforçando a diversidade tipológica e densidade do conjunto.

Apesar da ambição e da inovação do projeto, a proposta do SAAL nunca chegou a ser executada, devido a uma interrupção do processo e às mudanças políticas e administrativas que se seguiram. Considera-se provável que os serviços SAAL/Norte tenham solicitado uma revisão de projeto, devido à vontade de demolir as casas à face da rua D. João IV; intervenção que iria alterar a escala e carácter do lugar. As indicações dos serviços recomendavam, sempre que possível, preservar as estruturas pré-existentes, tanto para assegurar o reconhecimento do seu valor patrimonial como construir uma solução mais económica de reabilitação de edifícios.

Uma segunda hipótese começou a ser pensada, na qual já não se previa a demolição das casas da frente de rua, nem a construção de um novo volume com uma linguagem distinta da original, cujo custo da construção se revelava demasiado elevado para o número de fogos propostos. Em conjunto com a falta de entendimento da brigada de intervenção e os serviços, os trabalhos foram abandonados e o processo SAAL acabou por ser paralisado, não tendo tido seguimento, ao contrário do que sucedeu em grande parte das restantes operações.

A ilha da bela Vista, apesar de dispor de um projeto pronto para construção, com terrenos já expropriados, teve a sua reabilitação interrompida, e manteve-se assim, em condições precárias durante décadas, sendo eventualmente passada para propriedade municipal.

REQUALIFICAÇÃO ESSENCIAL

Depois da tentativa falhada de pedido de apoio ao SAAL, os moradores, que tinham depositado esperanças na melhoria das suas condições habitacionais, acabaram por ser abandonados, a Bela Vista continuou esquecida no interior da Rua D. João IV. Apenas 40 anos após a interrupção do processo SAAL, que parecia estar prestes a concretizar-se, é que a ilha da Bela Vista conheceu finalmente a tão aguardada reabilitação.

Já em posse municipal, entre 2013 e 2015, a ilha da Bela Vista foi finalmente alvo de uma reabilitação, no âmbito do Laboratório de Habitação Básica e Social, num projeto de autoria do gabinete de arquitetura Cerejeira Fontes, com apoio da Câmara do Porto.

O projeto, procurou conciliar a preservação da morfologia original com a melhoria das condições de vida dos residentes. A intervenção incidiu apenas sobre as habitações localizadas na atual ilha da Bela Vista, conforme proposto na última versão do SAAL, tendo sido integrados os lotes a sul, para a criação de espaços coletivos. O programa de reabilitação teve como princípio orientador a adaptação da habitação básica à morfologia arquitetónica pré-existente.

"Não é objetivo destruir um programa para de forma dogmática e impositiva colocar outro sem sentido e sem relação com a memória e as idiossincrasias do habitar que lhe já está subjacente."[67]

A operação assentou numa lógica de valorização da memória e da identidade do lugar, procurando compatibilizar a preservação das pré-existências com soluções arquitetónicas capazes de responder às exigências contemporâneas de conforto e habitabilidade. Neste processo foram mantidas as principais características morfológicas das ilhas, os corredores de distribuição e a disposição em alas. Embora, enquanto se introduziram melhorias significativas ao nível das condições sanitárias, da ventilação e da iluminação natural das habitações, renovaram-se as estruturas, fachadas e coberturas.

67. Fernando Matos Rodrigues, ILHA DA BELA VISTA - Um Programa, um Projecto de Habitação Básica Participada, 10/06/2014





Fig.49. Ilha da Bela Vista durante as obras de requalificação



Fig.50. Ilha da Bela Vista antes da reaqualificação.

“Este programa recupera o conceito de casa como espaço da intimidade e da domesticidade, numa nova ideologia de habitar próprio das sociedades pós-contemporâneas. Um programa que permita experiência individual e coletiva dentro e fora de portas, que articule espaço ocupado com espaço habitado, que possibilite uma maior interação entre espaço interior e espaço exterior, que casa e rua, largo e corredor sejam condições positivas de inclusão e de socialização alargada.” [68]

Até ao período de intervenção, entre 2013 e 2015, o terreno da Bela Vista manteve-se praticamente inalterado, conservando o mesmo número de células habitacionais, com a exceção da variação do número de residentes. Muitas das casas forma encontradas vazias, uma vez que grande parte dos seus antigos moradores se mudaram para os novos bairros camarários situados na periferia da cidade, à semelhança do que ocorreu em diversas outras ilhas. O longo período de abandono contribui para que a maioria das células se encontrasse em avançado estado de ruína, sem qualquer tipo de manutenção ou reparação desde a saída dos seus moradores. Nos fogos ainda habitados, persistiam igualmente graves problemas, nomeadamente a falta de ventilação e iluminação natural no interior dos fogos, bem como a ausência de instalações sanitárias próprias de cada unidade. Estas carências traduziam-se em situações de humidade e infiltrações permanentes, que condicionavam de forma severa a qualidade de vida dos moradores. [69]

No “século XXI, a viver com a falta de condições das classes mais pobres dos séculos anteriores.” [70]

COMENTÁRIO

Foi, portanto, a partir da soma de todos os factos e acontecimentos, bem como a intenção de preservar a ilha enquanto memória da cidade, que se desenvolveu o projeto de reabilitação da ilha da Bela Vista. Desde o início, foi dada prioridade à escuta e opinião dos habitantes, promovendo um projeto de arquitetura básica participada, no qual técnicos e moradores procuraram, em conjunto, as soluções mais eficazes, económicas e confortáveis para quem ali residia.

68. Fernando Matos Rodrigues, ILHA DA BELA VISTA - Um Programa, um Projecto de Habitação Básica Participada, 10/06/2014

69. Beatriz Gomes Almeida, Ilhas Do Lado De Lá Da Rua: Reflexões sobre a Habitação Popular e Social e a sua Integração na Cidade do Porto, Porto, 2015, p. 153

70. Ibidem. p. 153

O principal objetivo da reabilitação consistiu em manter e reforçar o espírito comunitário característico da ilha. O programa contemplou a renovação das 32 células habitacionais e a criação de espaços comuns, incluindo praças, jardins, 20 hortas sociais, uma lavandaria, um centro de convívio e uma associação de moradores. Estes três últimos equipamentos foram reunidos num novo edifício no lote a sul, destinado também à criação da nova entrada do conjunto, aproveitando o terreno de uma antiga ilha em ruína. articulada com o novo edifício, reforçando o carácter coletivo e de vizinhança do conjunto

A introdução destes novos espaços de convívio mais amplos, contrariava, em certa medida a lógica do corredor estreito que anteriormente desempenhava a função de espaço de interação entre vizinhos. Contudo, em complemento aos tanques de lavagem de roupa, mantidos de maneira quase nostálgica, foram integrados bancos na fachada das habitações, que preservaram o corredor como extensão da casa e espaço privilegiado de sociabilidade. Esta operação permitiu a ampliação e a melhoria dos espaços de convívio e de circulação, aumentando a área total da ilha.

Quem entra na Bela Vista pelo novo ponto de acesso a sul, no piso térreo do edifício coletivo, encontra no tardoz do lote uma praça, desenhada como espaço de interação entre os moradores e de articulação da ilha com a cidade. É a partir desse espaço que se desenvolve o percurso principal da “ilha”, marcado por uma escadaria ampla, que vence as diferentes cotas do conjunto e estabelece a ligação com as ruas internas. No topo norte, junto à entrada pré-existente, foi igualmente criada uma pequena praça, a praça da Magnólia, que constitui mais um momento de encontro e de pausa para os residentes.



Fig.51. Um dos corredores da Ilha da Bela Vista após a requalificação, onde se verifica a permanência do corredor como espaço de convivência e sociabilidade.

“O programa para a Ilha da Bela Vista contempla várias tipologias de habitação, que têm como matriz referencial o habitáculo pré-existente, na sua morfologia, área bruta disponível, organização e diversas apropriações do espaço interior em função das funções que uma casa deve dar resposta: lazer, comer, descanso, convívio, higiene, segurança e conforto, etc.” [71]

A volumetria das células habitacionais, manteve-se praticamente idêntica à original, registando-se apenas um ligeiro aumento da cércea, de modo a permitir o melhoramento e arejamento dos espaços interiores. O novo desenho arquitetónico procurou assegurar a ventilação cruzada e o acesso direto à luz natural, fatores essenciais para garantir a salubridade e a qualidade ambiental dos interiores. Para reforçar estas condições foi ainda criado um saguão, que possibilitou uma maior entrada de luz e uma melhor circulação do ar. Para a introdução do saguão, foi necessário alterar minimamente as coberturas das duas alas centrais, dispostas costas-com-costas, que passaram a apresentar uma cobertura de duas águas. Esta solução permitiu igualmente melhorar a exposição solar, até então deficiente, nos fogos localizados nessas alas.

Todas as células habitacionais organizam-se em torno de um bloco técnico, situado junto ao pequeno pátio (saguão), onde se concentram todas as infraestruturas essenciais para a cozinha, casa de banho e ventilação. “Este bloco técnico é um dos pontos fulcrais do projecto, por aglomerar todo o programa de infra-estruturas condensa também os custos de obra num único ponto, tornando assim a execução deste projecto, com fundos limitados, mais económico.” [72]

Na Bela Vista foram construídos dois tipos de habitação, tipologia A e tipologia B, ambos concebidos para garantir o melhor aproveitamento do espaço disponível, ajustado às necessidades dos moradores, mas diferenciados na sua estrutura e organização.

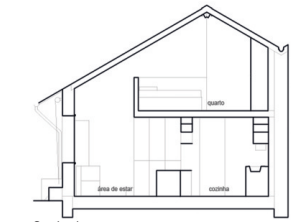
Na tipologia A, as habitações funcionam como estúdios mezanino. Existem dois modelos semelhantes, nos quais o piso inferior reúne as zonas comuns, beneficiado a entrada de um pé direito mais elevado, resultado do recuo do quarto e da varanda interior, sendo esta delimitada por um móvel que faz de guarda no interior da célula. A principal diferença entre os dois modelos verifica-se na Casa-Alcova, um T1 com mezanino, desenhado para responder a moradores com mobilidade reduzida. Esta variante dispunha de duas zonas de dormir, e caracteriza-se por ter um quarto no piso inferior, de entrada.

Na tipologia B surgem as habitações T2+1, constituídas por 2 pisos e sótão, dimensionadas para famílias de 4 a 5 pessoas. O sótão, acessível por uma escada em caracol, pode ser utilizado como zona de arrumo ou dormitório adicional, consoante as necessidades da família. Esta tipologia apresenta duas variações, a Casa-Colmeia, na qual os dois quartos se localizam no 1º piso, um aberto para o saguão, e outro, de maior dimensão, voltado para a fachada principal, e a Casa-Camarata, que difere por dispor, no piso superior, um único quarto aberto, permitindo maior flexibilidade de ocupação, nomeadamente através do uso de beliches.

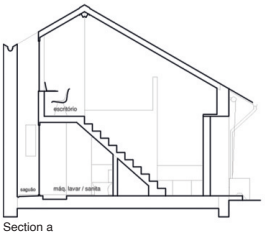
71. Fernando Matos Rodrigues, ILHA DA BELA VISTA - Um Programa, um Projecto de Habitação Básica Participada, 10/06/2014

72Beatriz Gomes Almeida, Ilhas Do Lado De Lá Da Rua: Reflexões sobre a Habitação Popular e Social e a sua Integração na Cidade do Porto, Porto, 2015, p. 157

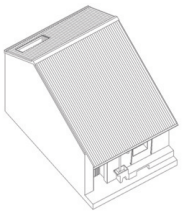
Tipologia A

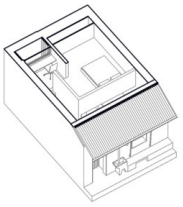


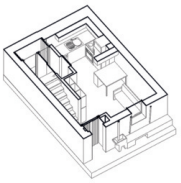
Section b



Section a

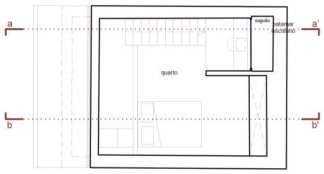








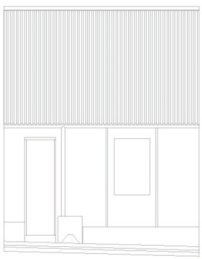
Floor 0



Floor 1

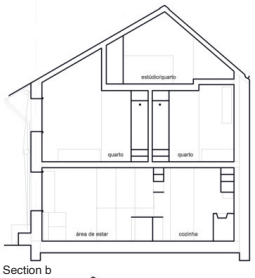


Floor 0 - typology variation

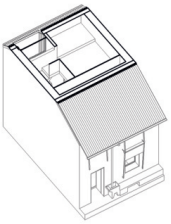


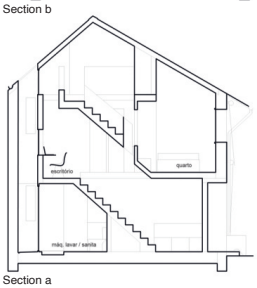
frontal elevation

Tipologia B

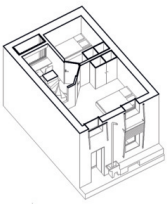


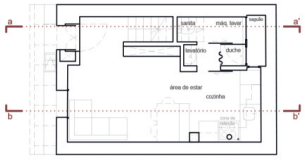
Section b



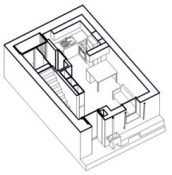


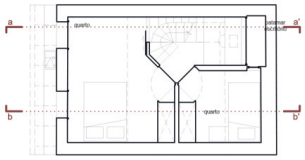
Section a



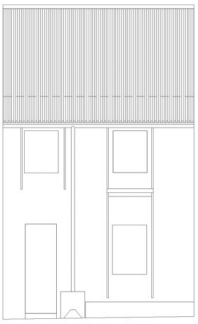


Floor 0

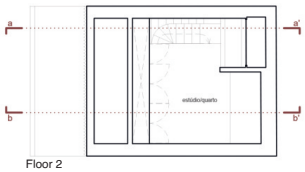




Floor 1



frontal elevation



Floor 2



Fig.52. Plantas e perfis das novas tipologias

Fig.53. Planta da Ilha da Bela Vista com as variações tipológicas assinaladas



54.



55.



56.

Fig.54.55. Fotografias dos pisos inferiores das habitações requalificadas

Fig.56. Escada que liga os dois corredores da “Ilha” da Bela Vista

A morfologia arquitetónica interior dos fogos foi pensada de forma a privilegiar a funcionalidade e fluidez espacial. Assim, no piso de entrada concentram-se as zonas comuns, como a sala, a cozinha e a instalação sanitária, organizadas em regime de *open-space*, conferindo maior amplitude e continuidade visual. Nos pisos superiores encontram-se as áreas privadas, destinadas a quartos, pequenos estúdios e arrumos.

“Assim, com a excepção da Casa Alcova, o piso inferior tem as zonas sociais, e zona de banho. A porta dá para um pequeno espaço de entrada, de frente para a escada que se desenvolve em U, e é iluminado pela janela que se abre para o saguão, e pela da janela da sala. No patamar das escadas encontra-se um curto espaço de estudo ou escritório, composto por uma pequena secretária e cadeira. A sala abre-se para a zona da cozinha, que se organiza em L. É neste piso que se encontra também o quarto de banho de pequena dimensão, no espaço debaixo da escada de acesso ao piso superior.” [73]

A reabilitação da ilha da Bela Vista, apesar de todas as propostas, contratempos, e interrupções, representa uma mudança significativa face à degradação acumulada na cidade do Porto.

73. Beatriz Gomes Almeida, Ilhas Do Lado De Lá Da Rua: Reflexões sobre a Habitação Popular e Social e a sua Integração na Cidade do Porto, Porto, 2015, p. 159

As áreas comuns foram valorizadas como espaços de sociabilidade, recuperando o papel central dos corredores, dos pequenos pátios e das praças enquanto locais de encontro e convivência entre vizinhos. No edificado, intervieram-se as estruturas e coberturas, restauraram-se as fachadas e foram introduzidas melhorias funcionais.

O programa da Bela Vista, teve sempre como objetivo principal a valorização e a preservação da identidade arquitetónica e a organização espacial tão característica da tipologia das ilhas. As novas tipologias resultaram, assim da adaptação da estrutura existente, combinada com soluções capazes de acolher agregados familiares diversos. Foram o produto de um processo básico de arquitetura, em que os técnicos desenhavam ao mesmo tempo que escutavam as necessidades dos moradores, analisando e interpretando a forma como descreviam a experiência de habitar na ilha.

Este processo demonstrou ainda que a arquitetura participativa é mais rica quando o próprio arquiteto vive o lugar, incorporando a sua vivência pessoal como inspiração e referência para o desenho arquitetónico.

"A abordagem ao projeto assenta no privilégio de uma vivência de quase dois anos na Bela Vista. Mais do que um olhar externo sobre a problemática, essa experiência intensa permitiu acrescentar uma perspetiva de proximidade e de pertença ao lugar." [74]

Deste modo, a intervenção de reabilitação não se limitou a atualizar as condições de habitabilidade, mas configurou-se como um exercício de continuidade histórica e urbana, em que a memória da forma original da ilha foi reinterpretada à luz das necessidades do presente.

74. Cerejeira Fontes Architects, Belavista HOUSING PORTO, PORTUGAL, Porto, 2018



Fig.57. Bancos e espaços comuns na Ilha da Bela Vista.

PARTE 03.
REABILITAÇÃO DE UMA “ILHA” DO PORTO

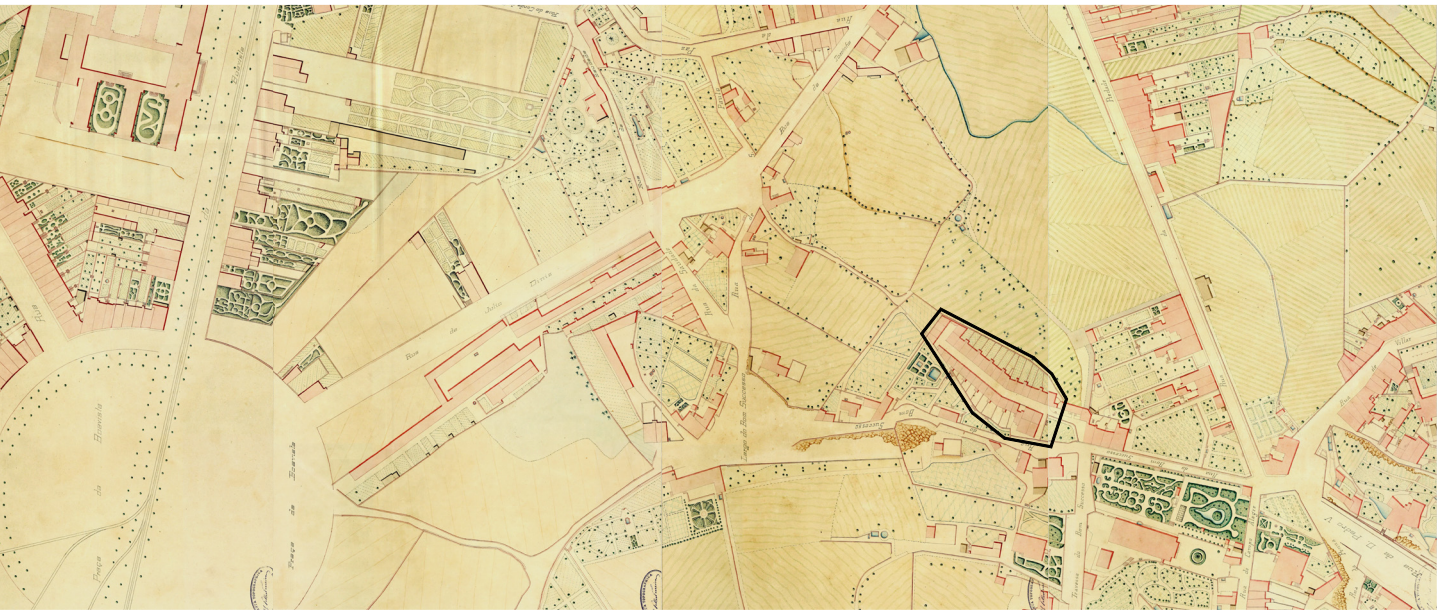


Fig.58. Excerto da planta de Telles Ferreira de 1892 com a área do Cruzinho assinalada.

3.1 APROXIMAÇÃO AO PROGRAMA EXISTENTE

Atualmente, a “Ilha” do Cruzinho, como referido anteriormente, recebeu a sua denominação a partir de uma cruz existente no local, da qual sobra apenas um marco, com uma inscrição datada de 1756. Apresenta-se hoje à cidade como uma urbanização esquecida no interior de um dos quarteirões da cidade do Porto. O conjunto edificado remonta ao final do século XIX e, embora não seja possível determinar com exatidão a sua data de construção, pode-se afirmar que já existia em 1892, ano em que surge representado na sua totalidade na planta da cidade do Porto elaborada por Telles Ferreira.

Localizada na atual Rua do Campo Alegre, no cruzamento com a Rua do Bom Sucesso, a “Ilha” do Cruzinho preserva a sua implantação original, quase como se tivesse permanecido invisível ao longo do tempo. Para além da preservação de si e do seu espaço, conserva ainda uma fonte que subsiste desde a sua construção, elemento também representado nas plantas antigas e atuais. As fontes constituíam um recurso essencial nestes conjuntos, uma vez que assegurava o abastecimento de água potável às habitações e aos seus moradores.

Numa cidade em constante transformação, as únicas alterações visíveis dizem respeito ao número de células habitacionais, que em 1892 estavam representadas 39, enquanto nas plantas mais recentes são contabilizadas 45. Tal discrepância pode dever-se, por um lado, a um erro de levantamentos na planta de Teles Ferreira, onde a contagem dos fogos foi errada, por outro, à subdivisão de alguns fogos para dar resposta à elevada procura por habitação acessível. Estas hipóteses podem ser meramente inferidas pela comparação entre plantas antigas e atuais, dado que o interior do conjunto e das habitações permanecem desconhecidos, pela impossibilidade de entrada no lote. Desde 2023, a única entrada de acesso encontra-se encerrada pelo proprietário, e as ervas, e vegetação, agora quase como os últimos habitantes do espaço, crescem e impedem qualquer visita ou levantamento detalhado do mesmo.



Fig.59. Ortofotografia da zona da Praça da Galiza, com a área do Cruzinho assinalada.

Paralelamente, o contexto urbano em redor sofreu transformações significativas. A antiga Travessa do Bom Sucesso corresponde hoje à Rua do Campo Alegre, enquanto a Rua do Bom Sucesso, inalterada, mantém-se como uma das duas ruas que delimitam o conjunto. Os terrenos circundantes foram progressivamente ocupados por edifícios em altura, que, em conjunto com a vegetação, reduziram ainda mais a visibilidade da “ilha”, contribuindo para o apagamento gradual da sua memória, na Cidade do Porto, numa zona como a do Campo Alegre. A Este, ergue-se atualmente a Escola Básica do 2º e 3º Ciclo Gomes Teixeira, cuja implantação demonstra uma relação indiferente com o terreno vizinho. O edifício volta-lhe as costas e reforça a separação com a plantação de árvores nos limites do lote. Esta solução, embora adequada para garantir uma maior privacidade de um edifício como uma escola, acentua o isolamento e o enclausuramento do Cruzinho.

Embora o Cruzinho constitue uma “ilha” operária, nunca foi designado pelos seus moradores como tal. Estes preferiam chamá-lo de bairro, numa tentativa de evitar o estigma associado ao termo “ilha”. No entanto, o conjunto apresenta todas as características típicas desta tipologia habitacional: casas de dimensões reduzidas, coberturas inclinadas, organizadas em duas filas paralelas, com fachadas compostas por uma porta e uma janela, todas voltadas para o mesmo carreiro central que as articula.

Este carreiro, além de assegurar o acesso direto às células habitacionais, estabelece a ligação entre entrada da “ilha”, localizada na cota mais baixa, e o fundo do conjunto, situado na cota mais alta. O declive acentuado do terreno condicionou a implantação das habitações, que resulta numa disposição em escada. Esta configuração realizada em patamares confere ao conjunto uma leitura singular, quer quando é percorrido no seu interior, quer quando observado do exterior, lembrando a imagem de uma pequena aldeia isolada no cimo de um pequeno monte, inserida no meio da cidade.

O Cruzinho apresenta-se como um caso singular no âmbito da tipologia das “ilhas”. Embora partilhe características com muitos outros conjuntos habitacionais desta natureza, espalhados pela cidade do Porto, distingue-se por particularidades que o tornam um exemplo excecional. Uma das diferenças mais marcantes reside no modo como o lote foi utilizado, as células habitacionais constituem a própria frente de rua. Esta solução, embora não seja única, verificando-se também no Bairro de S. Víctor, não corresponde à implantação habitual das ilhas.

Outra distinção fundamental encontra-se nos habitáculos operários. Nas ilhas tradicionais os fogos dispunham apenas de uma fachada, quer por se encontrarem adossados aos limites do lote, quer por se encostarem a outras fiadas de casas, como sucede na Ilha da Bela Vista. No Cruzinho, pelo contrário, as habitações apresentam duas fachadas, permitindo uma maior entrada de luz para o interior e a ventilação cruzada dos espaços. Além disso, cada fogo dispunha de logradouro próprio, com quintal e jardim privado, característica praticamente inexistente em conjuntos desta tipologia. A presença de uma segunda fachada e a existência de espaço de tardoz resultam da forma incomum de como as casas foram implantadas no centro do lote: não se encostam a outra fila de habitações, apesar de espaço disponível, nem se encostam aos limites do terreno.

A dimensão dos fogos é igualmente um aspeto diferenciador. Numa “ilha-tipo”, as células apresentam, em regra, cerca de 4 a 5 metros de fachada por 4 a 5 metros de profundidade, resultando em áreas médias próximas dos 20 metros quadrados. No Cruzinho, as dimensões médias são de 4 a 5 metros de fachada por 7 a 8 metros de profundidade, duplicando praticamente a área útil e alcançando valores na ordem dos 40 metros quadrados, um aumento de cerca de 50% relativamente à tipologia corrente.

Quanto à organização interior das células, não dispomos de informação direta. Ainda assim, é plausível supor que não diferissem substancialmente da distribuição espacial típica das ilhas convencionais. Nestes casos, a configuração mais comum incluía apenas duas divisões, separadas por paredes de tabique: uma zona de entrada que acumulava as funções de sala, espaço de refeição e de convívio, e uma segunda zona de descanso, constituída por uma pequena alcova com uma só cama, devido às dimensões exíguas.

No caso do Cruzinho, a maior área disponível poderia ter possibilitado a criação de uma divisão adicional, eventualmente outra alcova, hipótese analisada durante o estudo do conjunto. Coloca-se ainda a possibilidade de existir ainda uma zona privativa destinada a instalações sanitárias. Contudo, tal cenário parece improvável, tendo em conta que a maioria das ilhas estudadas apresentavam balneários comuns. Esta hipótese permanece em aberto, uma vez que, além da impossibilidade de acesso físico às habitações, também a análise das plantas antigas e atuais não permite identificar claramente a localização de um eventual balneário coletivo.

Ainda assim, e apesar deste ganho espacial, podemos afirmar que as dimensões das habitações do Cruzinho apresentam em grande maioria dimensões extremamente

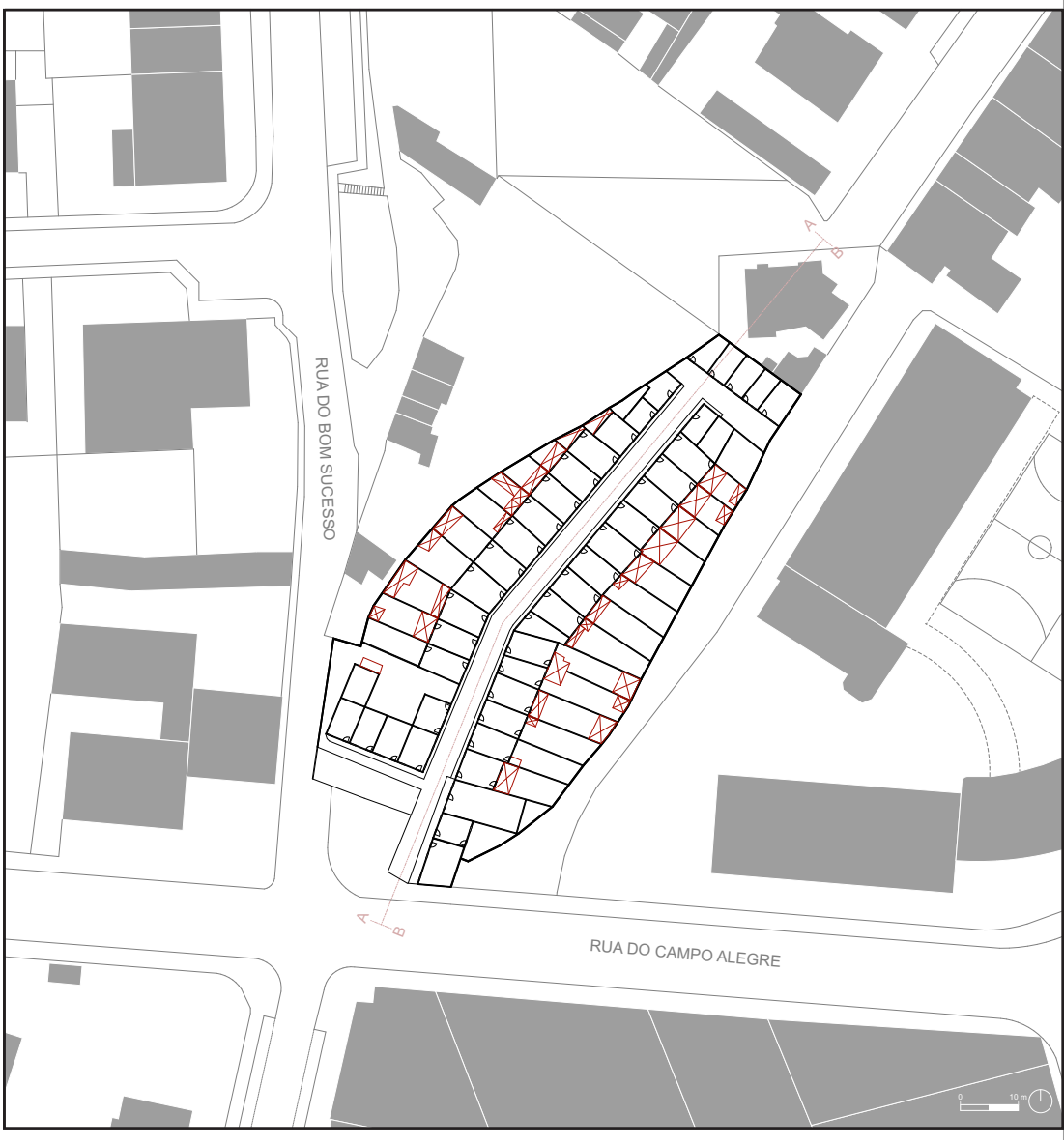
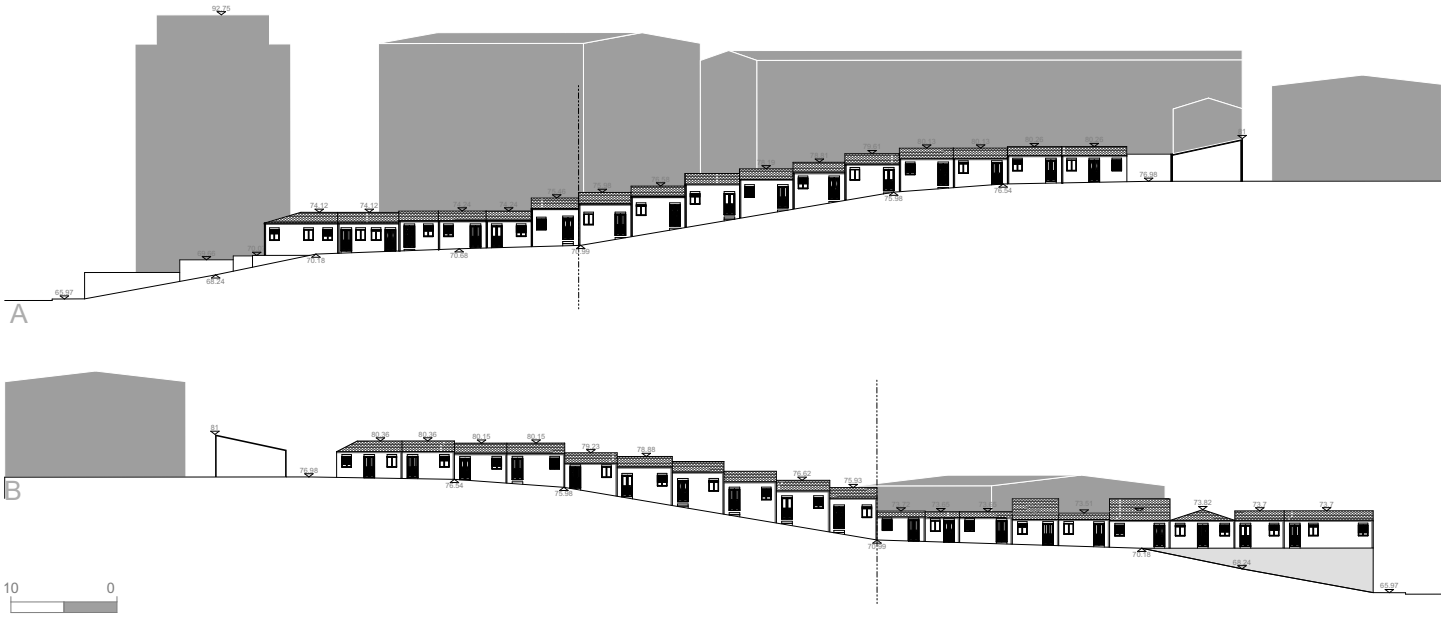


Fig.60. Planta da Ilha do Cruzinho, com os anexos e acrescentos informais assinalados a vermelho.PF

Fig.61. Alçados das filas de habitações A e B da Ilha do Cruzinho.PF



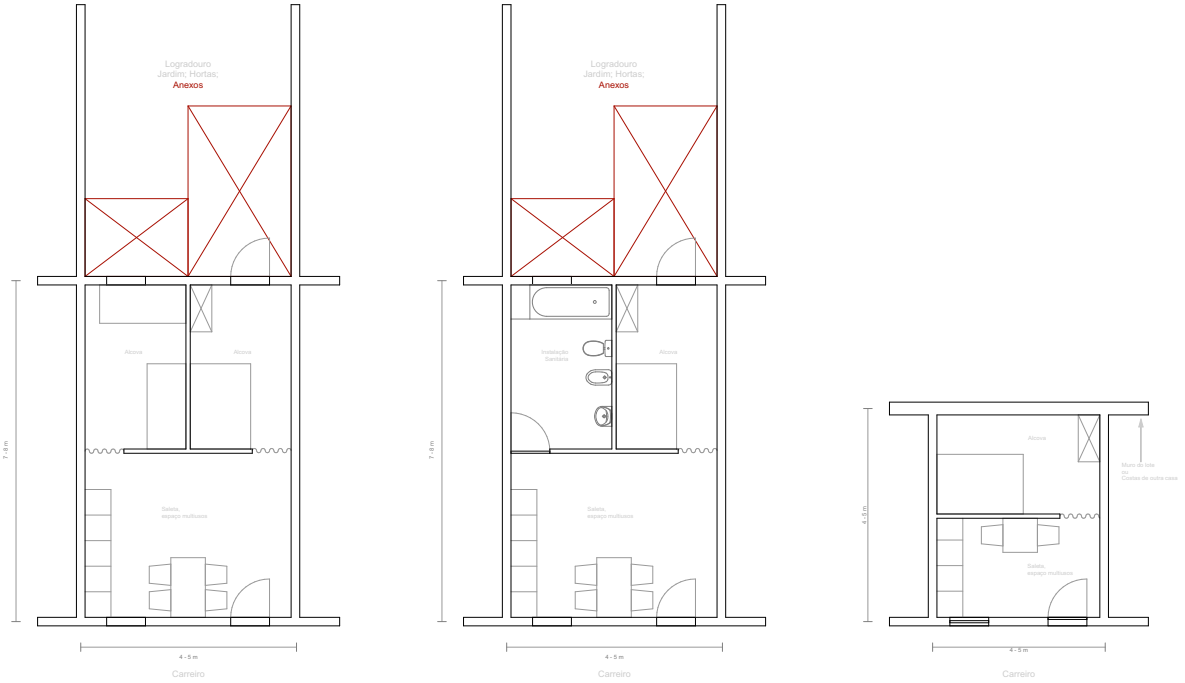


Fig.62. Esquema das possíveis organizações internas das habitações do Cruzinho, comparadas com a configuração típica de uma habitação de “ilha”.PF

fora dos parâmetros habitacionais mínimos aceitáveis, sobretudo devido à proliferação de anexos e acrescentos erguidos nos logradouros e coberturas de cada habitação, numa tentativa de ampliar as aéreas disponíveis. Estas construções secundárias, adossadas às fachadas posteriores, dificultam a leitura integral do conjunto através de fotografias aéreas, que apenas permite uma análise clara das fachadas principais. Por este motivo, não é possível compreender com exatidão a organização das fachadas de tardoz. Contudo, podemos inferir que estas deveriam apresentar, no mínimo, uma porta de acesso ao logradouro e uma janela, reproduzindo de algum modo, a lógica funcional das fachadas frontais.

Todos estes fatores contribuem para o caráter singular do Cruzinho. Contudo, com a saída dos últimos moradores, pressionados pelo proprietário, interessado em erguer um edifico no local, e com o consequente encerramento do acesso principal ao conjunto, as habitações entraram num acentuado estado de degradação. A desocupação, associada à ausência de manutenção, permitiu que o tempo e a vegetação se apoderassem do lugar, expondo ainda mais a fragilidade das suas estruturas originalmente precárias. O Cruzinho constitui, assim, mais um exemplo de como a lógica especulativa dos proprietários privados pode conduzir à ruína espaços de elevado valor identitário, originando a perda de memória e a descaracterização de um património essencial da arquitetura popular do Porto.

Este trabalho tem, por isso, como objetivo compreender e analisar as especificidades destas habitações e as razões que justificam a sua não valorização. Para tal, propõe-se a elaboração de um projeto de reabilitação para a “Ilha” do Cruzinho, capaz de responder à atual necessidade de habitação a custos acessíveis, preservando, tanto quanto possível a identidade do conjunto e contribuindo para a sua revitalização. Pretende-se deste modo, encontrar soluções arquitetónicas viáveis que conciliem as exigências contemporâneas com a preservação da essência de habitar numa centenária “ilha” operária.

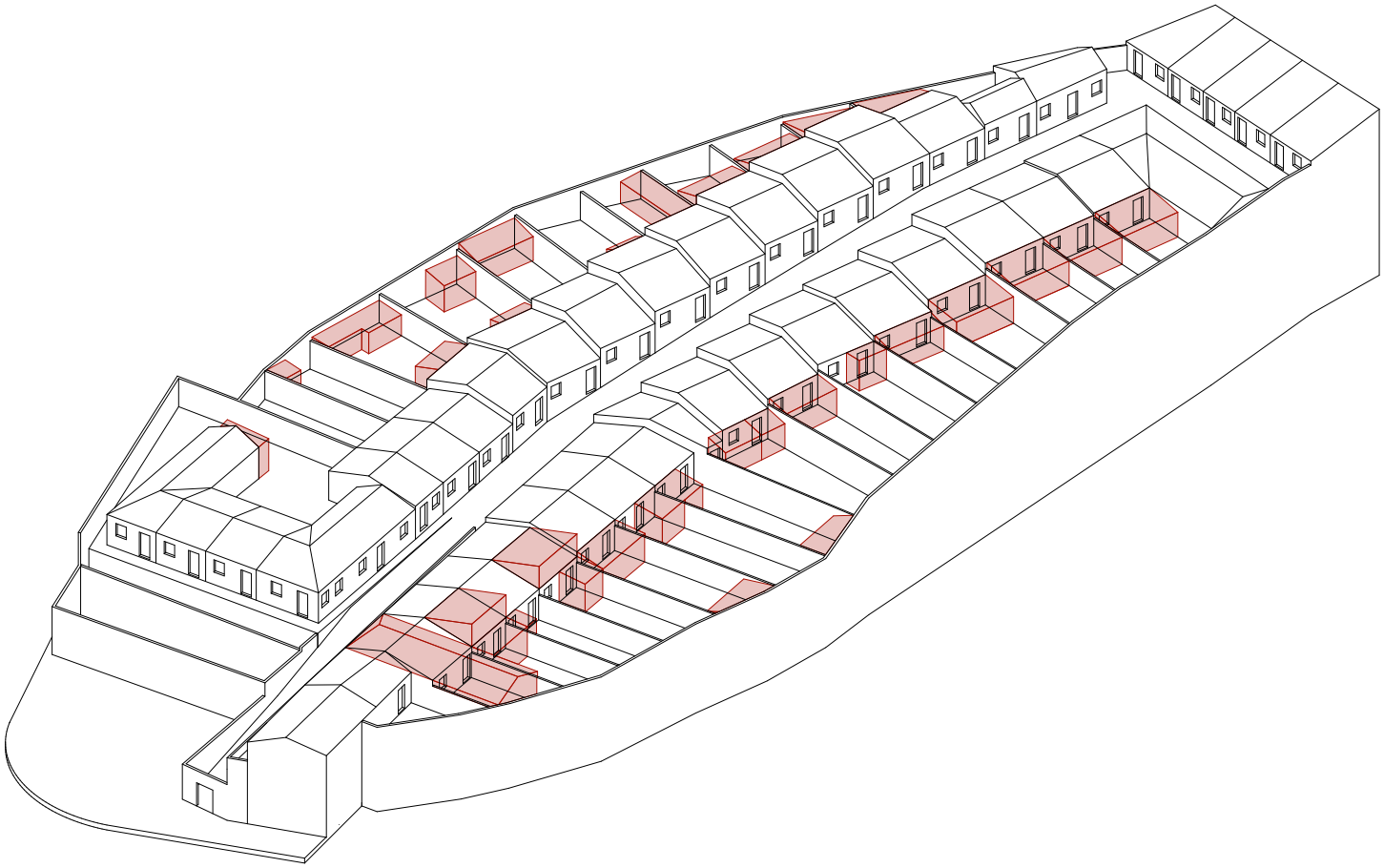


Fig.63. Axonometria da volumetria existente do conjunto do Cruzinho, incluindo os anexos e acrescentos informais posteriormente construídos pelos moradores, assinalados a vermelho. Representação elaborada a partir da análise de fotografias aéreas e das plantas do conjunto. PF

3.2 DISPOSITIVOS ARQUITETÓNICOS

Para que seja possível desenvolver uma proposta de intervenção num conjunto edificado como uma “ilha-operária”, é fundamental compreender previamente as dimensões, a organização e as relações entre os espaços domésticos. Este entendimento permite não apenas reconhecer as limitações impostas pelas tipologias originais, mas também identificar o seu potenciail enquanto elemento de identidade e memória coletiva. Só assim se poderá projetar habitações capazes de responder às exigências e modos de habitar contemporâneos, assegurando condições de conforto, salubridade e dignidade, sem comprometer a essência e modo de habitar que caracteriza estas estruturas históricas.

Os dispositivos arquitetónicos correspondem a todos os elementos espaciais e construtivos que organizam e articulam uma habitação. São eles que determinam como o espaço é vivido, usado e compreendido, podendo ser divididos em três categorias: **dipositivos de organização espacial**, **dispositivos de uso e apropriação do espaço** e **dispositivos de construção e materialidade**. Elementos como orientação solar, a ventilação cruzada, a relação dos espaços interiores, exteriores e a hierarquia entres as zonas públicas e privadas determinam a funcionalidade e o conforto da habitação.

Nas ilhas-operárias, estas estratégias surgiram de forma empírica, mais como resultado da adaptação às condições económicas e construtivas do contexto do que uma intenção projetual. Essa condição levou às dimensões reduzidas e formatos compactos, que hoje reconhecemos como características desta tipologia. No entanto, a simplicidade construtiva e a ausência de infraestruturas adequadas limitavam o desempenho funcional destas soluções, transformando aquilo que era uma resposta pragmática em situações de precariedade habitacional.

No contexto do Cruzinho, o nosso objeto de estudo, podemos destacar também como dispositivos arquitetónicos relevantes, o carreiro central, elemento de circulação e socialização, as fachadas duplas, que favorecem a ventilação cruzada e os logradouros privados que funciona como uma extensão do espaço doméstico para o exterior. Estes elementos característicos asseguravam a iluminação e ventilação naturais, bem como a proximidade social entre vizinhos. A análise destes dispositivos será, portanto, essencial para orientar a proposta reabilitação do conjunto.



Fig.64. Fotografia do carreiro central do Cruzinho, onde se observa a apropriação do espaço pelos moradores através do uso de vasos, plantas e tanques de lavagem de roupa. A maior dimensão deste carreiro, quando comparada com a de outras “ilhas”, contribui para melhores condições de salubridade e ventilação do espaço.

DISPOSITIVOS DE ORGANIZAÇÃO ESPACIAL

Nos dispositivos de organização espacial, podemos destacar elementos como a planta e a compartimentação, os espaços de circulação e transição, a orientação solar e espaços de mediação. A análise destes aspetos permite compreender de que forma a organização física e construtiva do conjunto contribui para moldar o modo de habitar característico das “ilhas”. Torna-se, assim, fundamental estudar as dimensões e relações espaciais das células habitacionais.

Nas propostas de habitação, o aspeto mais relevante continua a ser a noção do mínimo habitável, condição “que se adopta como limite quantitativo para a satisfação de certas exigências, nomeadamente as de espaço habitável.” [75] Paralelamente é necessário ter em conta as exigências psicossomáticas dos espaços.

A noção do mínimo habitável pode então ser analisada sob dois aspetos: em primeiro lugar, o espaço físico deve ser suficiente para a realização das ações próprias da habitação, o segundo significa que o espaço deve garantir que não surjam distúrbios ou insatisfações por parte dos moradores, uma vez que o espaço “que para uma actividade é aceitável, poderá não o ser quando se aumenta o número de funções dentro do mesmo.” [76] Deste modo, torna-se evidente que espaço mínimo suficiente, não é o mesmo que o espaço mínimo confortável, sendo o último dependente das condições qualitativas e de bem-estar dos seus ocupantes.

Em Portugal, as dimensões mínimas habitáveis são reguladas pelo Regulamento Geral das Edificações Urbana (RGEU), documento que define os parâmetros mínimas exigidos para os diferentes compartimentos na construção de uma habitação. Publicado em 1951, este regulamento permanece, ainda hoje, como referência normativa na construção habitacional, apesar de muitos profissionais da área reconhecerem a necessidade urgente da sua atualização face às transformações sociais e às novas exigências do habitar contemporâneo.

75. Nuno Portas, Funções e exigências de áreas de habitação, Lisboa: LNEC, 1969 p. 7

76. Ana Lima, Habitação mínima e apropriação do espaço: O bairro Rainha D. Leonor, Porto, 2012; p. 88

	número de compartimentos por fogo							
	2 T0	3 T1	4 T2	5 T3	6 T4	7 T5	8 T6	Mais de 8 Tx>6
	áreas em metros quadrados							
Quarto casal	___	10,5	10,5	10,5	10,5	10,5	10,5	10,5
Quarto duplo	___	___	9	9	9	9	9	
Quarto duplo	___	___	___	9	9	9	9	
Quarto duplo	___	___	___	___	___	9	9	restantes quartos 9m2
Quarto simples	___	___	___	___	6,5	6,5	6,5	6,5
Quarto simples	___	___	___	___	___	___	6,5	6,5
Sala	10	10	12	12	12	16	16	16
Cozinha	6	6	6	6	6	6	6	6
Suplemento de área obrigatório.....	6	4	6	8	8	8	10	(x + 4)m2 (x= n.º de quartos)

Fig.65. Decreto-Lei nº 38 382 de 7 de agosto de 1951; Artigo 66º;

77. Artigo 66º do RGEU

De acordo com o artigo 66º do RGEU, as habitações devem garantir compartimentos com áreas mínimas, que assegurem condições de salubridade, conforto e funcionalidade. Assim, uma sala deve possuir uma área mínima entre 10 e 16 m^2, que aumenta gradualmente, em relação ao número de compartimentos por fogo, enquanto a cozinha não deve ter uma área inferior a 6 m^2, permitindo a instalação de utensílios, equipamentos e espaço para a confeção de alimentos. Os quartos duplos devem ter uma dimensão média de 10 m^2, sejam de casal ou duplos, ou 6 m^2 quando destinados a uma só pessoa. Já as instalações sanitárias, embora de dimensões reduzidas deviam garantir a presença de pelo menos uma banheira, um lavatório e de uma retrete, dependendo da tipologia, teriam no mínimo 3,5 m^2 nas habitações T0, T1 e T2, enquanto nas habitações T3 e T4 teria 4,5 m^2, em habitações com mais de seis compartimentos as instalações sanitárias devem ter 6 m^2 de área mínima, podendo-se se desdobrar em dois compartimentos, como descrito no Artigo 68º do RGEU. “O tipo de fogo é definido pelo número de quartos de dormir.” [77]

A partir de uma análise comparativa das dimensões mínimas legais de habitabilidade e as medidas das células habitacionais do Cruzinho, verifica-se que, mesmo considerando a área média de 40 m^2 por unidade, as habitações continuam a apresentar dimensões bastante reduzidas. A área ultrapassa apenas os valores de uma habitação T0, o que se revela insuficiente, e que nos permite concluir com facilidade que estas dimensões não satisfazem as condições mínimas de conforto impostas pela legislação, sobretudo se tivermos em conta que as casas eram ocupadas por famílias e não por um único morador, na maioria dos casos. Este facto é comprovado pelo diagrama seguinte, onde mesmo admitindo uma organização interior eficiente, uma sala com 10 m^2 exigidos e de uma cozinha com 6 m^2 mínimos, dificilmente seria possível realizar uma habitaçao que ultrapasse a tipologia T1, de acordo com o RGEU.

	Tipo de fogo							
área bruta em metros quadrados	T0	T1	T2	T3	T4	T5	T6	Tx>6
	35	52	72	91	105	122	134	1,6 x Ah

Fig.66. Decreto-Lei nº 38 382 de 7 de agosto de 1951; Artigo 67º; 1- As áreas brutas dos fogos terão os seguintes valores mínimos:

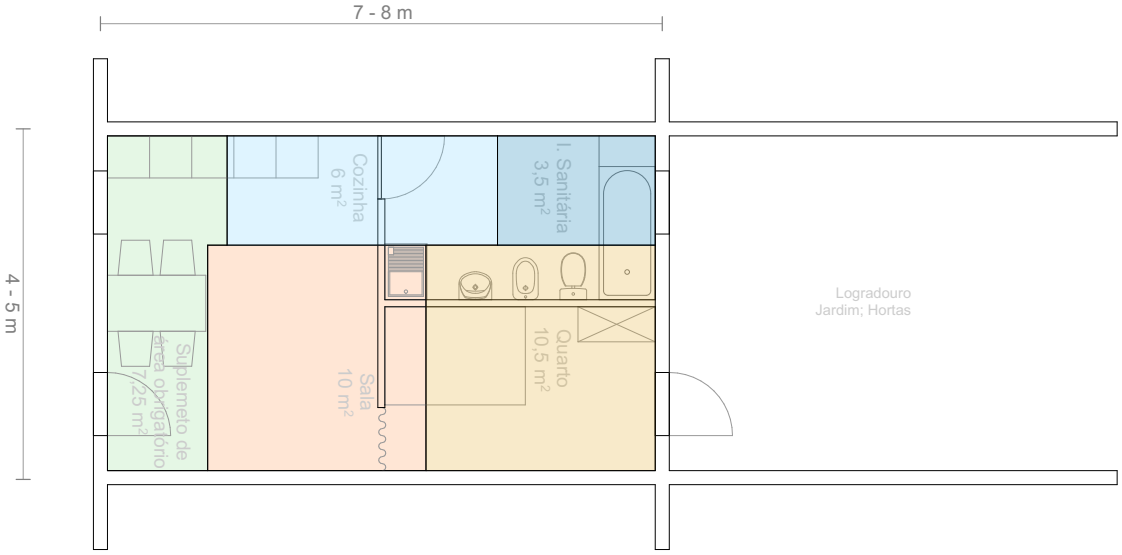


Fig.67. Esquema representativo de uma habitação da “Ilha” do Cruzinho, demonstrando a aplicação das áreas mínimas regulamentares definidas pelo RGEU.PF

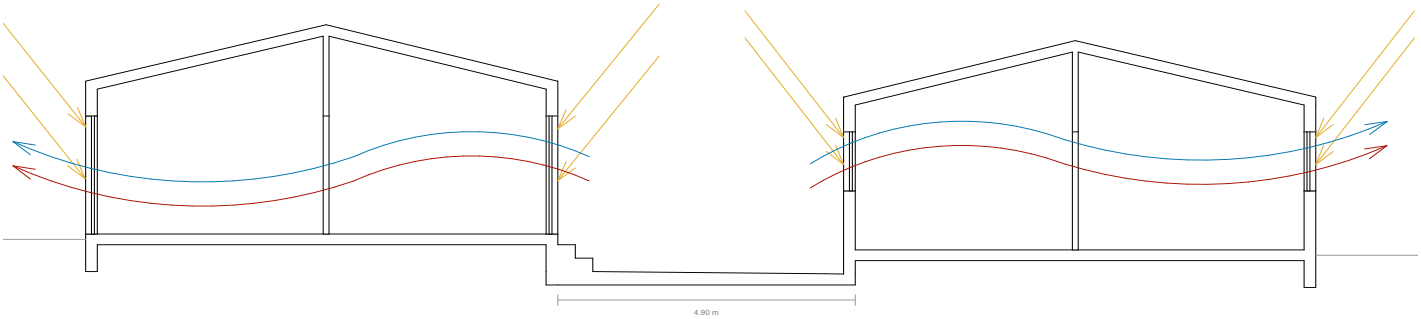


Fig.68. Corte representativo das habitações do Cruzinho, com o esquema de ventilação e iluminação natural evidenciado.PF

Para além das áreas, o regulamento estabelece ainda requisitos mínimos de ventilação e iluminação natural, exigindo que cada compartimento disponha de um ou mais vãos exteriores proporcionais à respetiva área útil, assegurando uma renovação do ar e entrada de luz natural. Parâmetros que podem ser cumpridos na reabilitação do Cruzinho, devido à existência de dupla fachada.

Apesar de tudo devemos ter em conta que as “dimensões mínimas estabelecidas pelo RGEU são um ponto de partida, não um ideal a seguir cegamente. Ao planear uma casa, é crucial pensar além dos números e considerar como os espaços serão vividos. Um bom projeto arquitetónico não se limita a cumprir regulamentos, mas cria ambientes que melhoram a vida das pessoas” [78]

Atualmente, e como descrito na lei, todas as edificações, seja qual for a sua natureza, deverão ser construídas com perfeita observância das melhores normas da arte de construir e com todos os requisitos necessários para que lhes fiquem asseguradas, de modo duradouro, as condições de segurança, salubridade e estética mais adequadas à sua utilização e as funções educativas que devem exercer. [79]

Além da análise das dimensões dos espaços, é igualmente importante compreender a hierarquia funcional das divisões que compõem o espaço doméstico. Estas podem ser classificadas em espaços comuns e espaços privados, conforme o nível de partilha e intimidade que proporcionam.

Os espaços comuns, correspondem às áreas partilhadas pelos membros do agregado familiar e, ocasionalmente, por visitantes, sem estes sentirem que ultrapassam o limite da privacidade. Nestes incluem-se a sala e a cozinha, zonas que promovem a convivência, sociabilidade e atividades coletivas, como ver televisão, conversar, preparar e partilhar refeições ou desempenhar tarefas domésticas. Caracterizam-se, habitualmente, por uma maior abertura física e visual, iluminação mais intensa e organização espacial fluída, de forma a promover a circulação e a socialização entre os utilizadores.

A sala e a cozinha, embora ambas se integrem na categoria dos espaços comuns,

78. Ana Carolina Santos, Dimensões mínimas para uma casa confortável: O que diz a lei

79. Decreto-Lei nº 38 382 de 7 de agosto de 1951, TÍTULO II Condições gerais das edificações, CAPÍTULO I Generalidades, Artigo 15º

apresentam naturezas distintas quanto à sua utilização e flexibilidade funcional. A cozinha constitui um espaço mais restrito, destinado a atividades específicas do quotidiano, como a confeção de alimentos e algumas lides domésticas. O seu dimensionamento tende a seguir padrões estandardizados, de modo a integrar mobiliário, equipamentos e eletrodomésticos cujas dimensões e funções estão previamente definidas. Estas condições impõem limitações na sua organização formal, tornando a cozinha num espaço menos maleável e menos suscetível a transformações ao longo do tempo.

Por outro lado, a sala assume-se como a divisão com maior importância da sociedade atual, pela sua não rigidez. Trata-se de um espaço capaz de acolher várias atividades – de lazer, convívio ou descanso – e além de ser favorável à mudança adapta-se às necessidades e dinâmicas dos seus moradores. A sala funciona, assim, como espaço polivalente, que aceita qualquer utilização, não impondo sob si mesma um uso predestinado como a cozinha, permitindo assim uma maior apropriação do espaço.

Nas últimas décadas, a evolução dos modos de habitar conduziu à integração da aérea de refeições no espaço da sala – uma função que, tradicionalmente, se encontrava associada à cozinha. Este fenómeno atingiu o seu auge com a difusão do conceito de open space, em que sala, cozinha e zona de jantar, se fundem num único espaço contínuo. Nesta configuração, as delimitações físicas e visuais destas divisões tornaram-se difusas, fazendo com um espaço inunde o outro, promovendo uma sensação de amplitude e fluidez espacial. Contudo, esta solução, ainda que permita que a dimensão da habitação seja menor, exige uma utilização mais consciente e organizada do espaço, uma vez que diferentes funções coexistem no mesmo ambiente, partilhando luz, ruído e movimento. Podemos, assim, considerar o caso das “ilhas” como uma expressão extrema do conceito de open space, onde um espaço de dimensões exíguas, desprovido de paredes concretas, concentra e acolhe todas as atividades domésticas.

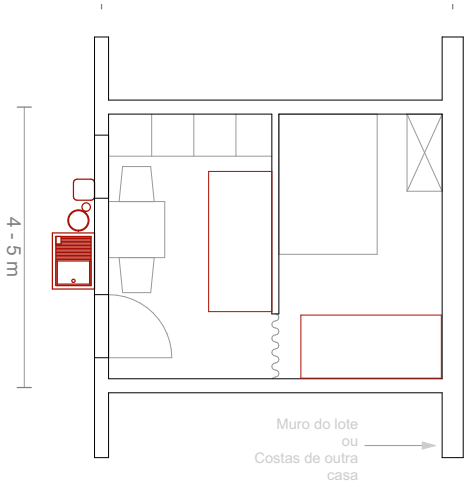


Fig.69. Esquema representativo de uma habitação típica de uma “ilha”, ilustrando como um único espaço de dimensões mínimas acolhe, de forma concentrada, todas as divisões e atividades domésticas.PF

Os espaços privados da habitação, como os quartos, casas de banho e em alguns casos, os escritórios, são divisões exclusivas ao uso dos moradores, sendo neles que se desenvolvem as atividades mais íntimas e reservadas do agregado familiar. Estas por sua vez localizam-se, regra geral, mais afastadas da entrada e das zonas sociais, garantindo assim um maior grau de privacidade e de controlo de som, luz e temperatura. O conceito de espaço privado numa habitação tipo-ilha é praticamente inexistente, reforçando a ideia anterior, estas casas não dispunham de divisões que pudessem responder à noção de intimidade, visto que o mesmo espaço muitas vezes divido apenas por uma simples cortina, era partilhado por todos os membros do agregado familiar.

O quarto constitui, por excelência, o espaço mais íntimo da casa. Devido ao seu uso específico, dedicado ao descanso e à vida pessoal dos seus ocupantes, distingue-se e afasta-se das restantes divisões pela necessidade da sua independência e recolhimento. Apesar do seu uso específico, o quarto pode assumir diferentes usos e formas, adaptando-se à vivência de cada morador – seja como espaço de estudo, lazer ou simples refúgio pessoal. Tal como a sala, é uma divisão capaz de acolher a diversidade das apropriações humanas, refletindo a multiplicidade e complexidade dos modos contemporâneos de habitar.

A casa de banho, embora possa ser utilizada por visitantes, exceção dos casos em que se integre num regime de suite, não é considerada um espaço comum da casa. Trata-se de um espaço essencial ao dia-a-dia, cuja configuração é fortemente condicionada pelo tipo e disposição do equipamento sanitário, o que lhe confere uma baixa flexibilidade funcional.

Entre os espaços comuns e os espaços privados existem ainda espaços de transição, zonas híbridas cuja natureza depende diretamente da organização espacial da habitação. A casa de banho, referida anteriormente, em conjunto com os halls e corredores, coexistem entre o domínio comum e privado. Embora não serem essências para a realização das atividades do quotidiano, desempenham um papel fundamental como filtros de intimidade, graduando o acesso e o contacto entres pessoas e espaços. As varandas e pátios, também considerados espaços de transição, neste caso entre o interior e o exterior, assumem-se como elementos de mediação entre a casa e o envolvente. Estes espaços permitem a expansão funcional e percetiva do interior, ampliando a dimensão dos espaços através da entrada de luz e da extensão do campo visual.

DISPOSITIVOS DE USO E APROPRIAÇÃO

Os dipositivos de uso correspondem aos elementos que a arquitetura propõe ao utilizador, e são eles que configuram o modo de habitar. A disposição do mobiliário fixo, como as cozinhas e casas de banho, a localização e forma das janelas e portas, que estruturam os acessos, bem como a forma e proporção das divisões, que determinam as atividades possíveis, são fatores que condicionam a utilização do espaço. Por exemplo, uma divisão ampla tende a favorecer o convívio enquanto uma divisão menor convida a um uso funcional e específico.

A apropriação do espaço, por sua vez, ocorre através de elementos físicos ou simbólicos que permitem ao morador adaptar o espaço às suas necessidades. O uso de mobiliário móvel, que pode ser rearranjado, a decoração e personalização das divisões ou mesmo a construção de divisórias improvisadas, são os elementos que nos permitem compreender a diferença entre o espaço vivido e o espaço projetado. No caso das “ilhas” — e de forma ainda mais evidente no Cruzinho — a construção de anexos e acrescentos pode ser entendida como uma forma de apropriação ilegal, através da qual os moradores procuraram aumentar espaços existentes a partir da criação de espaços inexistentes, tenteando responder de alguma maneira às suas necessidades de conforto e funcionalidade habitacional.

“As liberdades de apropriação do espaço são limitadas, acima de tudo, pelos seus habitantes e não pela conformação do espaço. São eles, quem no final, tomam a decisão sobre como apropriar e adaptar a sua habitação. (…) O habitante procura através da apropriação criar um *habitat* a partir do primeiro espaço físico que encontraram. O espaço deixa de ser um local impessoal para passar a constituir um espaço de referência, um espaço construído pelos próprios habitantes, conferindo-lhe um sentido de identidade. As diferentes maneiras de habitar vão produzir diferentes habitats, ou seja, vão variar conforme cada pessoa ou família.” [80] - Ver Fernando Távora , Da organização do espaço

80. Ana Lima, Habitação mínima e apropriação do espaço: O bairro Rainha D. Leonor, Porto, 2012, p. 90

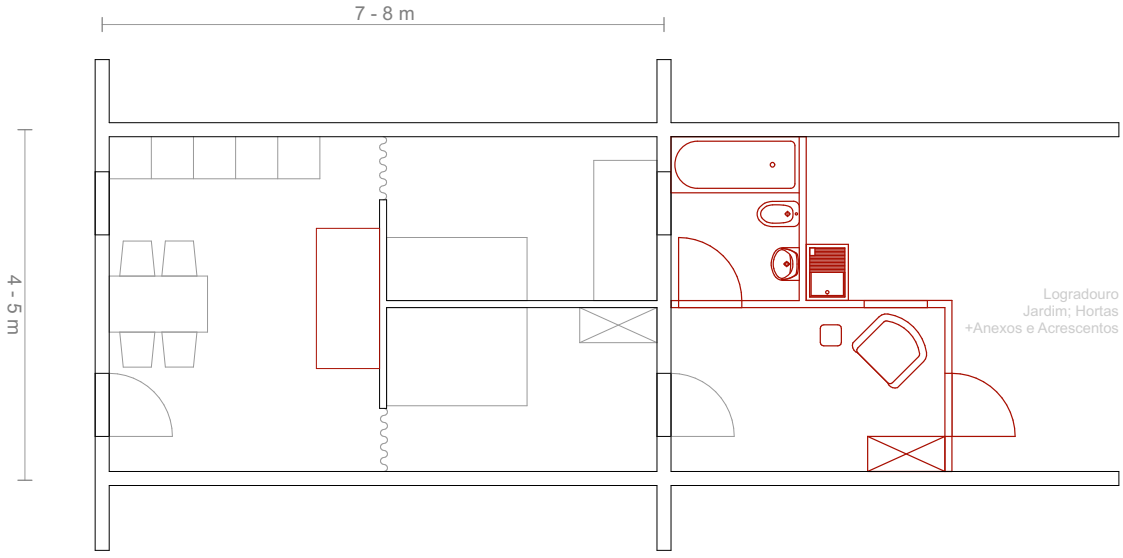


Fig.70. Planta representativa de uma possível organização interna de uma habitação do Cruzinho, evidenciando o aproveitamento do espaço adicional obtido através dos acrescentos.PF

DISPOSITIVOS DE CONSTRUÇÃO E MATERIALIDADE

Os dispositivos de construção e materialidade constituem ferramentas fundamentais para a compreensão de como a forma, a técnica e a escolha dos materiais influenciam o uso e a forma do espaço arquitetónico.

Os dipositivos de construção, referem-se ao conjunto de soluções técnicas, estruturais e construtivas que permitem que a arquitetura se concretize. Por sua vez, os dispositivos de materialidade dizem respeito à presença e expressão dos materiais, visto que são estes que conferem caráter, atmosfera e identidade ao espaço, através da cor, das texturas e de como estes interagem com a luz e com o espaço no ambiente envolvente.

No caso do Cruzinho, tal como na maioria das “ilhas” do Porto, estes conceitos foram executados de forma extremamente simplificada. A fraca qualidade dos materiais e técnicas utilizadas é evidente no atual estado degradado do conjunto. A ausência da expressão material, foi consequência direta da necessidade de reduzir os custos de construção, o que levou a uma arquitetura simples e despojada, onde a função prevaleceu sobre a forma e estética do lugar.



Fig.71. Fotografia onde é possível observar a fraca e degradada qualidade construtiva da Ilha do Cruzinho.

3.3 PROPOSTA DE REABILITAÇÃO

Compreender a organização e a natureza dos espaços domésticos revelou-se fundamental para interpretar e intervir em contextos habitacionais de origem operária, como é o caso da “Ilha” do Cruzinho. A leitura das dimensões espaciais, das hierarquias e das relações entre os diferentes espaços, constituiu a base para o desenvolvimento da nossa proposta de reabilitação, que procura simultaneamente preservar a identidade do conjunto e adaptá-lo às condições de habitabilidade contemporânea, conciliando memória e funcionalidade no mesmo projeto.

Com mais de um século de existência, o conjunto apresenta evidentes sinais da passagem do tempo, desde as condições precárias de habitabilidade às reduzidas dimensões das habitações. O Cruzinho encontra-se, assim, num urgente estado de intervenção. Como referido anteriormente, os antigos moradores sentiram necessidade de ampliar as suas casas através da construção de anexos e acrescentos informais, fazendo-as ultrapassar as limitações espaciais originais. Estes fatores constituíram, por isso, um dos principais pontos de referência para o nosso projeto.

De forma a ultrapassar as restrições dimensionais das células originais, definiu-se desde o início como premissa de projeto a necessidade de associação de fogos entre si, com o objetivo de alcançar áreas compatíveis com os padrões mínimos de conforto e funcionalidade contemporâneos. A decisão de proceder à reestruturação dos espaços interiores e exteriores das habitações, surgiu da necessidade de garantir melhores condições de habitabilidade sem comprometer a leitura formal do conjunto.

No local onde anteriormente se encontravam as exíguas habitações, divididas por finas paredes e compostas por três ou quatro pequenas divisões, foram projetadas novas unidades habitacionais e edifícios com tipologias e programas distintos. A reabilitação do conjunto, composto por 45 células habitacionais pré-existentes, seguindo uma estratégia de associação de módulos, permitiu a recuperação de 30 fogos originais, dos quais resultaram 16 novas células habitacionais. Estas distribuem-se em nove T2, um T2+1, um T1, dois T0 e cinco módulos de tipologias variáveis, adaptáveis às diferentes necessidades de utilização.

Dos restantes fogos, sete foram reformulados e transformados para acolher uma pequena creche destinada ao futuro uso do bairro e da comunidade envolvente, enquanto outros sete, em avançado estado de degradação e ruína, foram demolidos. No seu lugar, propõe-se a construção de um pequeno bloco habitacional coletivo em galeria, composto por cinco T2 e cinco T1, complementado por uma lavandaria, um café e uma sala destinada à associação de futuros moradores. Este pequeno bloco permitiu-nos assim, compensar a perda de algumas unidades habitacionais decorrente da associação de módulos.

O último dos fogos originais, ainda não mencionado, será igualmente reabilitado e reestruturado, assumindo a função de entrada simbólica do conjunto e preservado como elemento de memória ativa da antiga identidade da “Ilha” do Cruzinho. No total, o projeto comtempla 26 células habitacionais – 16 resultantes da reabilitação e 10 de nova construção.

Podemos assim agrupar as habitações desenvolvidas na proposta em três tipos distintos: tipologia variável, habitações T2 reabilitadas e habitações de nova construção, sendo estas últimas subdivididas em T2 e T1.

Todas as decisões de projeto foram tomadas pelo princípio de preservar, tanto quanto possível, a implantação, a volumetria, as fachadas e a leitura modular do conjunto, na tentativa de manter a identidade coletiva. As demolições realizadas corresponderam apenas aos edifícios cuja implantação ou estado de conservação impossibilitavam a sua reabilitação, possibilitando, em contrapartida, a criação de um novo edifício que responde à escala urbana envolvente e se assume como a nova face do Cruzinho perante a cidade do Porto.

A intervenção proposta, depois de definida a decisão, e a necessidade de associação de células, estrutura-se em torno de duas estratégias fundamentais: a reorganização tipológica das habitações e a redefinição dos espaços privados e comuns.

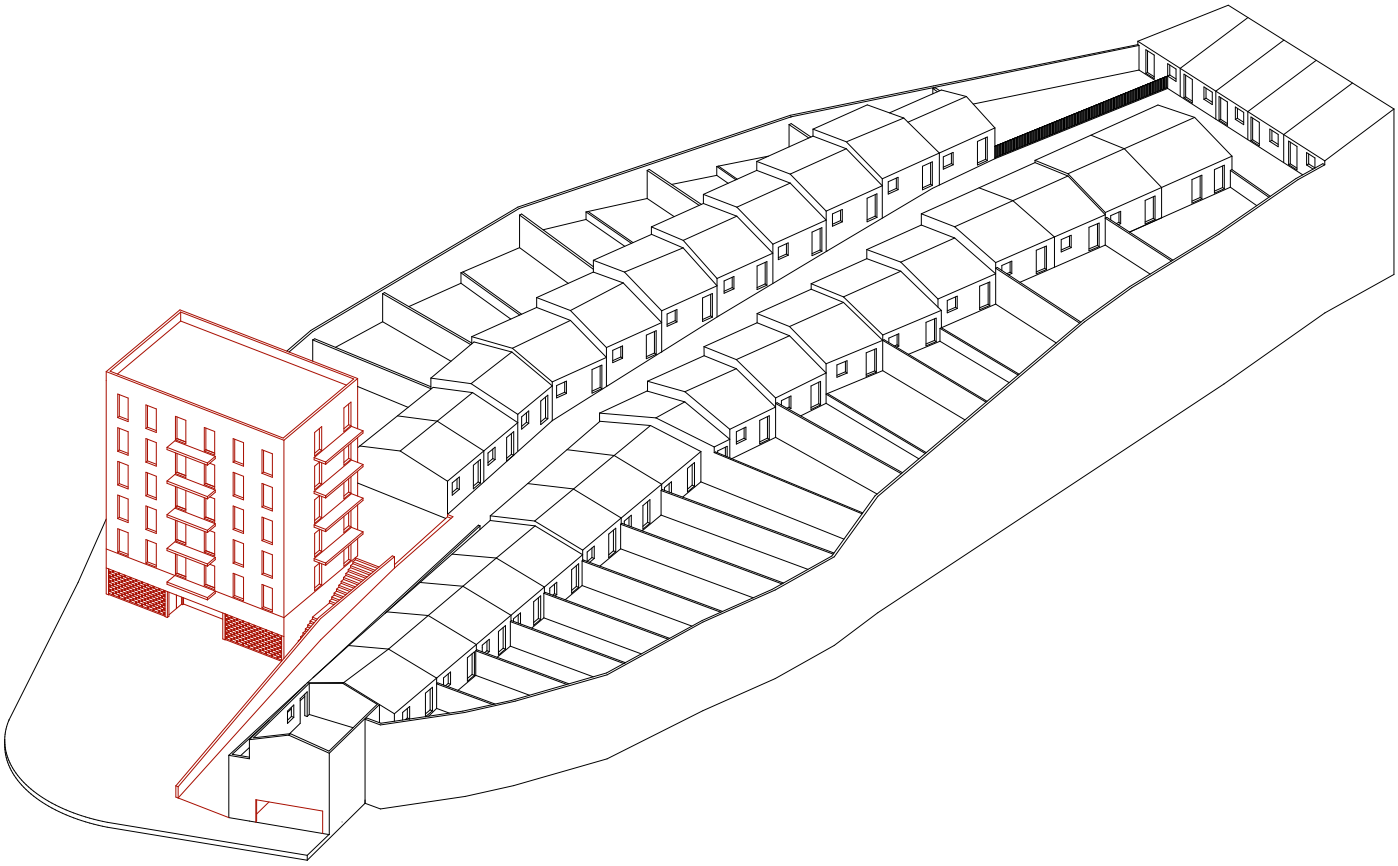
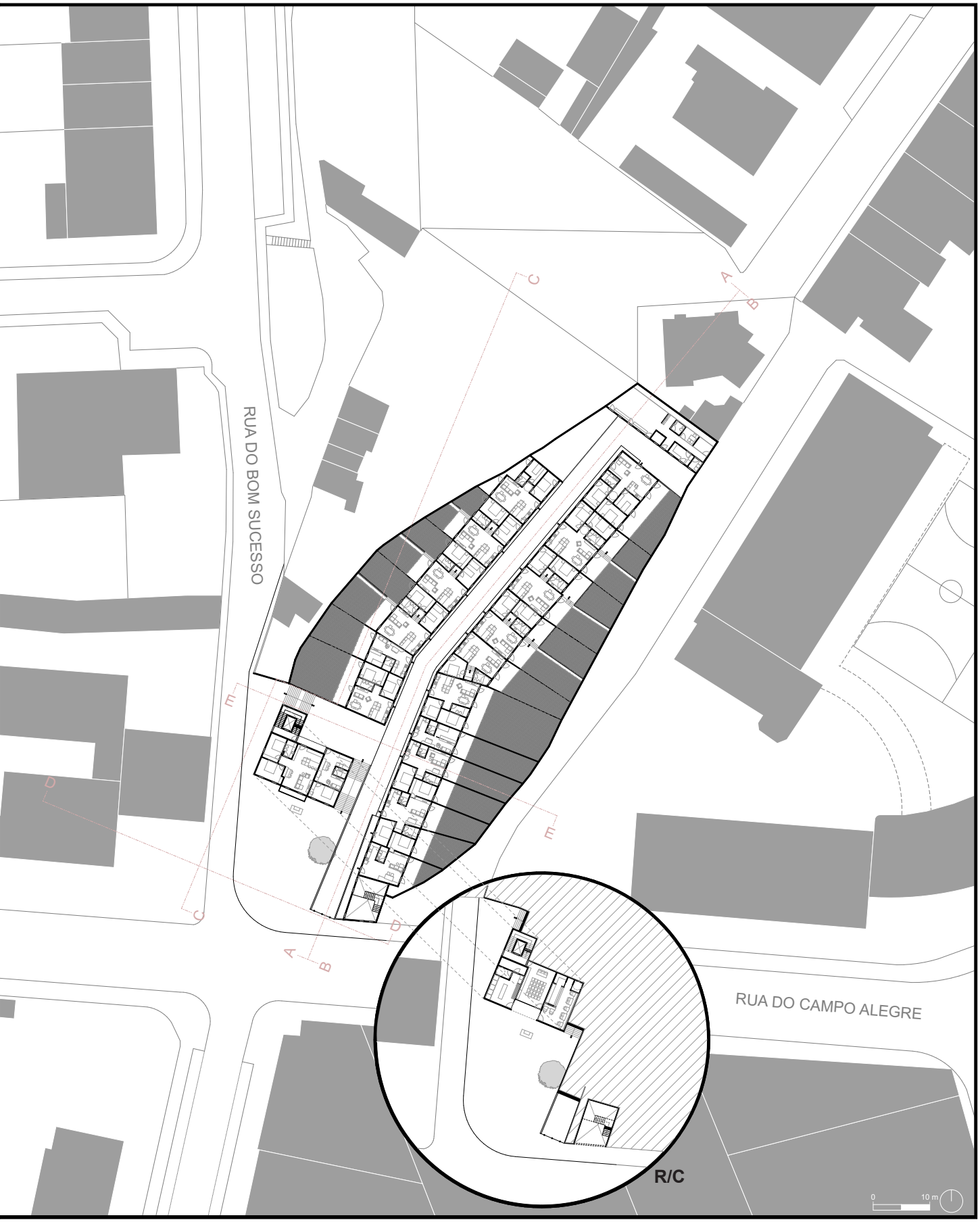
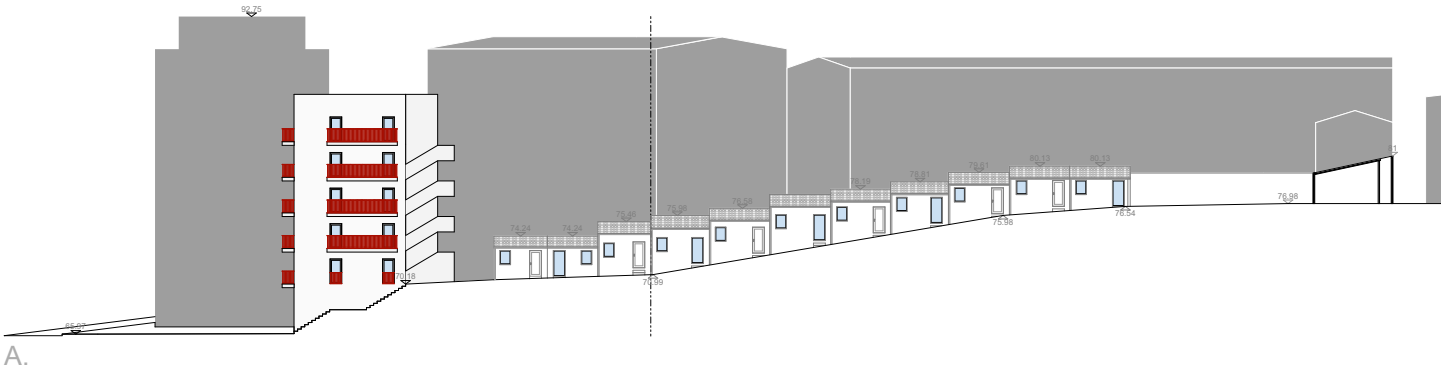
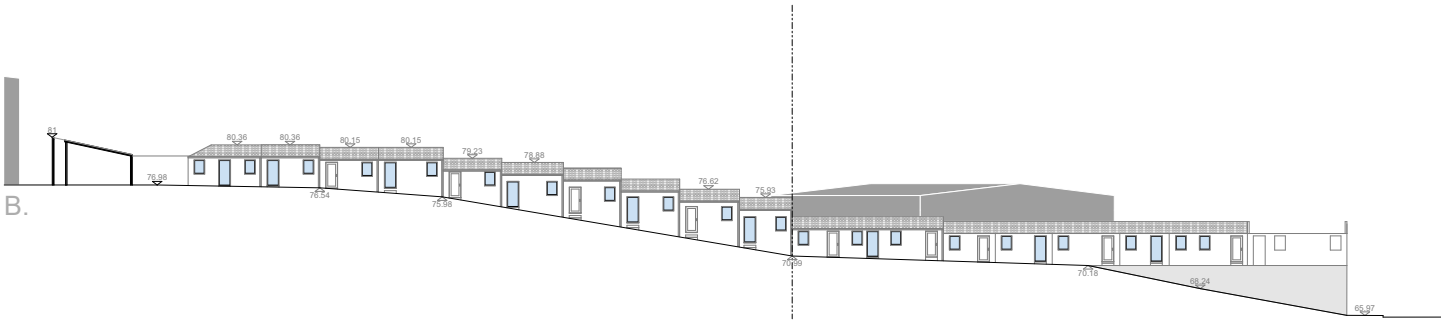


Fig.72. Axonometria da volumetria proposta do conjunto do Cruzinho, com as novas volumetrias assinaladas a vernelho.PF

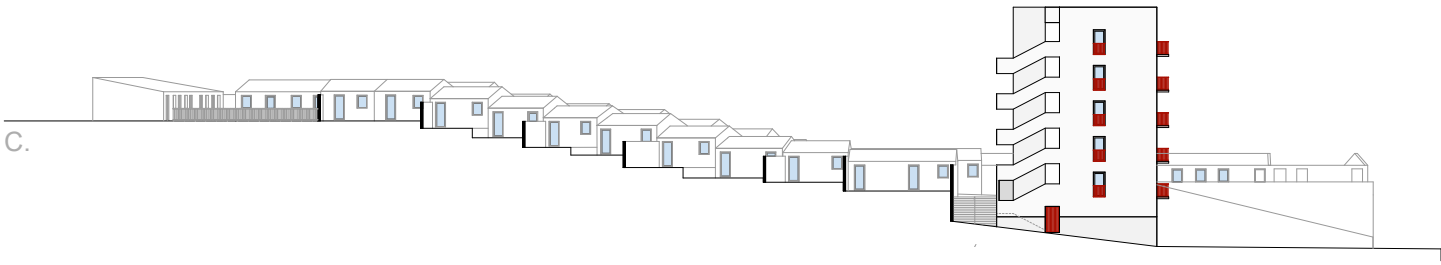

RUA DO BOM SUCESSO
RUA DO CAMPO ALEGRE
A
B
C
D
E
R/C
0
10 m



A.



B.



C.



E. D.

Fig.73. Plantas da proposta de reabilitação da “Ilha” do Cruzinho. PF

Fig.74. Perfis da proposta de reablitação da “Ilha” do Cruzinho. PF

0 10 m

TIPOLOGIA VARIÁVEL

A ideia inicial da proposta previa a possibilidade de todas as células apresentarem tipologias variáveis, capazes de se adaptar à necessidade e à procura dos futuros moradores. No entanto, as características físicas do terreno da Ilha do Cruzinho condicionaram essa flexibilidade, limitando-a a apenas quatro células localizadas na zona de cotas mais planas, onde a articulação entre módulos era possível sem recurso a desníveis ou degraus interiores.

A tipologia variável só é possível quando pelo menos um dos módulos associados é autossuficiente, isto é, contém no mínimo uma zona de cozinha e uma instalação sanitária, correspondendo assim, na sua forma mais reduzida, a uma habitação do tipo T0. Para esse efeito, foi desenvolvido o módulo-tipo T0 (Fig.), que e além dos requisitos referidos, tem de permitir a sua associação tanto à direita como à esquerda, facilitando a ligação com módulos não autossuficientes, compostos apenas pelos quartos e uma instalação sanitária. Para um melhor aproveitamento das aéreas e das tipologias possíveis, estes módulos devem ser associados preferencialmente em conjuntos de três células – um módulo tipo T0 e dois módulos-tipo de zonas privadas – permitindo a otimização das infraestruturas e das ligações entre habitações

Podemos então distinguir dois módulos-tipo fundamentais:

- um módulo (A) de zonas comuns, que integra sala, cozinha, zona de refeições e pelo menos uma instalação sanitária;

- um módulo (B) de zonas privadas, composto por dois quartos e uma casa de banho;

O módulo A, tal como todas as habitações originais e reabilitadas, mantém o acesso principal pelo carreiro central, preservando a fachada tradicional composta por uma porta e uma janela. Ao entrar no módulo, encontra-se uma pequena zona de entrada que nos guia diretamente à cozinha, localizada à direita ou à esquerda conforme a posição original da porta nas células antigas.

A localização da cozinha na fachada principal permite que as zonas de estar e descanso se abram para o tardoz, estabelecendo uma hierarquia espacial progressiva, onde os espaços se tornam mais íntimos e reservados à medida que se avança no interior do módulo. Já a segunda fachada, voltada para o logradouro, garante a iluminação natural, ventilação e a ligação visual e física com o exterior privado, onde foram removidos e demolidos todos os anexos e acrescentos informais.

A organização interna é definida por um corredor longitudinal, que estrutura a circulação e separa as diferentes áreas funcionais, sendo a casa de banho o elemento central que divide a zona de cozinha da sala e área de descanso, assegurando uma distinção clara entre os espaços comuns e privados dentro de uma área compacta como num T0.

O módulo B, por sua vez, distingue-se pela maior compartimentação interna, resultado da introdução de paredes que definem os espaços mais privados de uma habita-

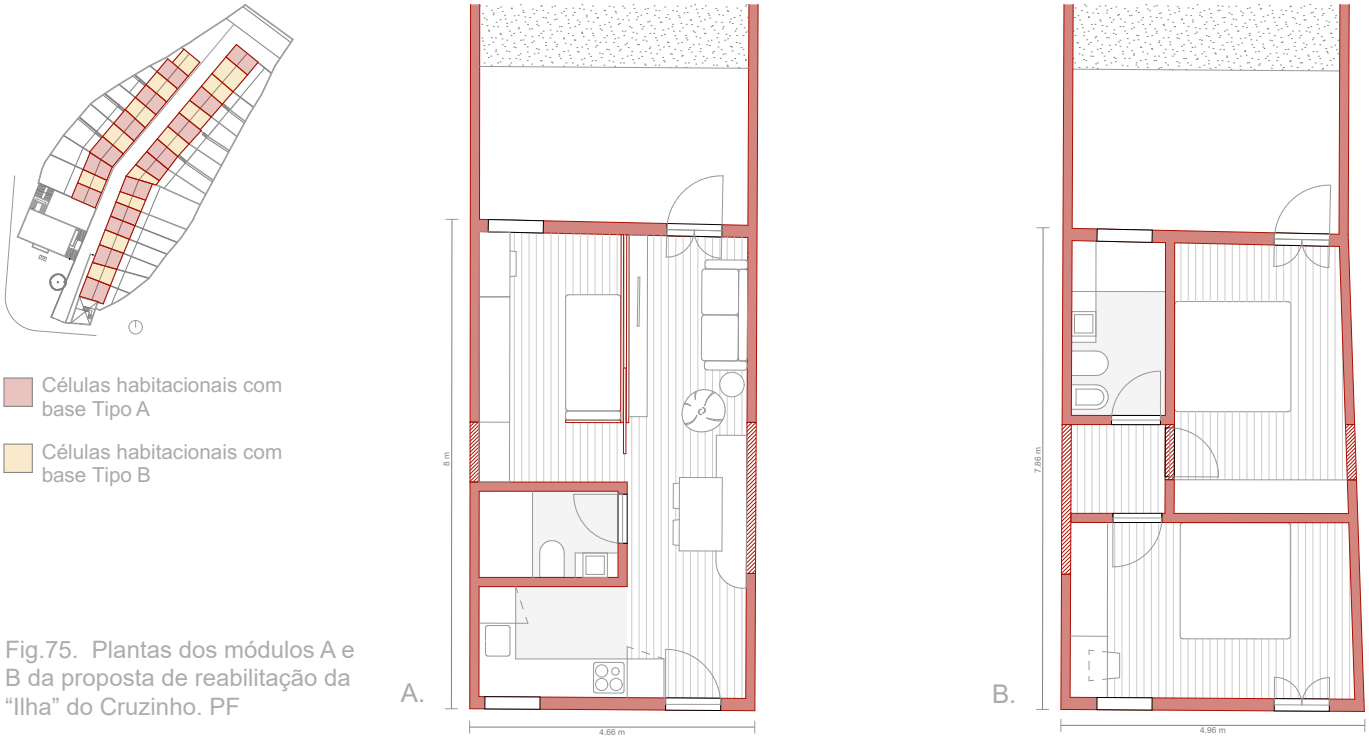


Fig.75. Plantas dos módulos A e B da proposta de reabilitação da “Ilha” do Cruzinho. PF

ção, os quartos. Este módulo é composto por dois quartos e uma casa de banho, organizados de forma a otimizar a relação entre intimidade, conforto e funcionalidade.

Um dos quartos dispõe-se paralelamente à fachada principal ocupando-a na totalidade. O segundo por sua vez é implantando perpendicularmente à fachada de tardoz, onde se irá encostar também a casa de banho, criando uma disposição compacta e eficiente. Toda a organização interna parte de um pequeno hall de distribuição central, que articula os acessos a todas as divisões e, quando o módulo é associado a um módulo A, contribui para dar continuidade à hierarquia espacial entre zonas comuns e privadas. Esta relação entre os dois módulos, reforça a coerência formal e funcional de toda a proposta. Tal como no módulo A, todos os vãos do módulo B foram mantidos, preservando a leitura original das fachadas. A única exceção é a antiga porta voltada para o carreiro, que foi substituída por uma janela de maiores dimensões, permitindo melhorar a iluminação e ventilação natural do quarto na fachada principal. Esta nova abertura pode também funcionar como uma segunda entrada, reforçando a flexibilidade de uso e a ligação entre o espaço interior e o exterior.

Para garantir o nível de privacidade e conforto exigido num espaço como um quarto, que neste caso, se abre diretamente para o carreiro central, foi desenha uma portada composta por quatro segmentos articulados, permitindo diferentes modos de abertura consoante o grau de privacidade desejado. A portada organiza-se em duas folhas de batente verticais, cada uma subdividida em dois painéis, possibilitando o seu funcionamento integral, como uma portada tradicional, ou de forma seccionada, abrindo apenas os dois segmentos superiores ou os inferiores. Desta forma é possível assegurar simultaneamente a ventilação, a iluminação e a proteção visual do interior. A mesma solução foi igualmente aplicada nas antigas portas, agora convertidas em

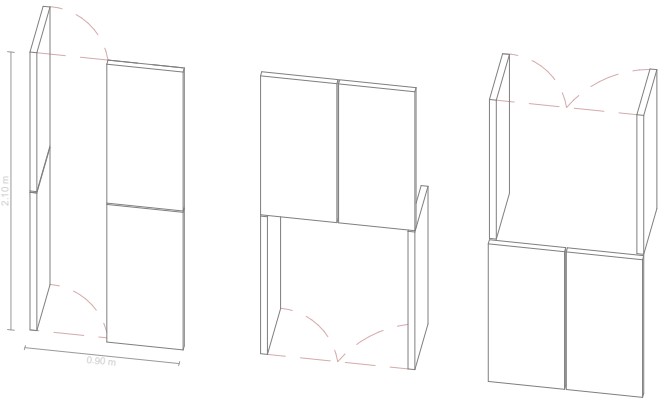


Fig.76. Esquema das possíveis configurações de abertura das portadas desenhadas para o Cruzinho. PF

janelas traseiras das habitações reabilitadas, bem como nas janelas do novo bloco em galeria, garantindo uma coerência formal e material entre as diferentes tipologias do conjunto.

Estes dois módulos constituem a base de toda a reorganização tipológica do conjunto, aplicando-se tanto nas células reabilitadas como nas de nova construção. Desta forma, a proposta demonstra que uma solução bem concebida pode responder a diferentes contextos e necessidades, garantindo simultaneamente coerência formal, flexibilidade funcional e eficiência construtiva, numa intervenção de conjunto com esta natureza. Importa, contudo, referir que nos módulos reabilitados se verificam pequenas variações formais na organização interior, devido aos perímetros irregulares e das especificidades dimensionais de cada célula habitacional pré-existente.

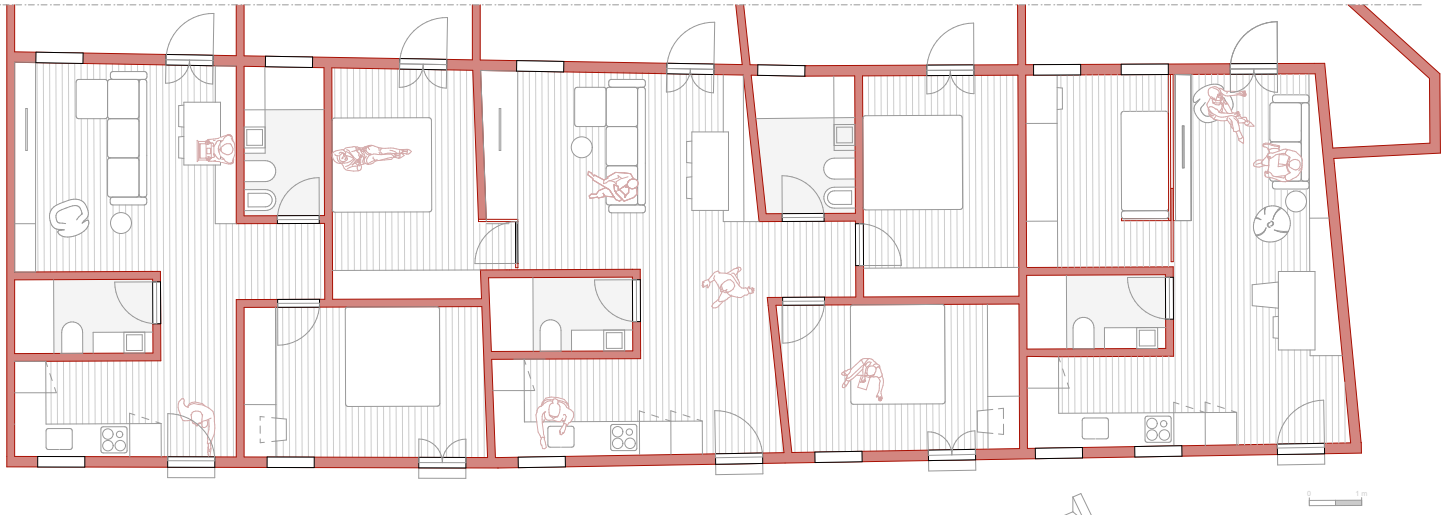
Esta organização modular permite a variação tipológica das habitações, desde o tipo T0 até ao tipo T3, conforme ilustrado na (Fig.), garantindo uma elevada adaptabilidade. Esta flexibilidade tipológica assume particular relevância quando pensada como um sistema flexível e adaptável, capaz de acompanhar as transformações do ciclo de vida dos seus ocupantes.

Imaginemos, um casal jovem que poderá inicialmente habitar um módulo tipo T0 e, após algum tempo, opta por adicionar um quarto, transformando a sua habitação num T1. Posteriormente, com o crescimento da família, a habitação pode ser novamente ampliada, transformando a habitação num T2 ou T3, ajustando-se às novas necessidades dos moradores. Este pensamento pode ser continuado fazendo sempre com que tipologia anterior seja aumentada dependendo da necessidade e da disponibilidade modular existente. O processo pode também ocorrer no sentido inverso, como no caso do casal, agora numa fase de vida avançada, que já não necessita de um quarto adicional, pode regressar a habitação a uma configuração mais reduzida, readaptando-se às novas condições de vida.

Deste modo, a habitação evoluí ao ritmo de vida dos seus moradores, permitindo que o mesmo agregado permaneça no mesmo lugar, realizando apenas obras mínimas, já que a organização formal dos módulos foi pensada para acomodar essa variação e evolução tipológica, alterando apenas o espaço e a sua dimensão, mas nunca a sua localização. Naturalmente, esta flexibilidade deveria ser acompanhada por um sistema de rendas variáveis, ajustado ao tipo e à dimensão da habitação em cada fase da sua transformação.



Fig.77 Esquema de diferentes variações tipológicas possíveis. PF





Células habitacionais de Tipologia Variável

Fig.78. Planta e axonometria das habitações de Tipologia Variável. PF

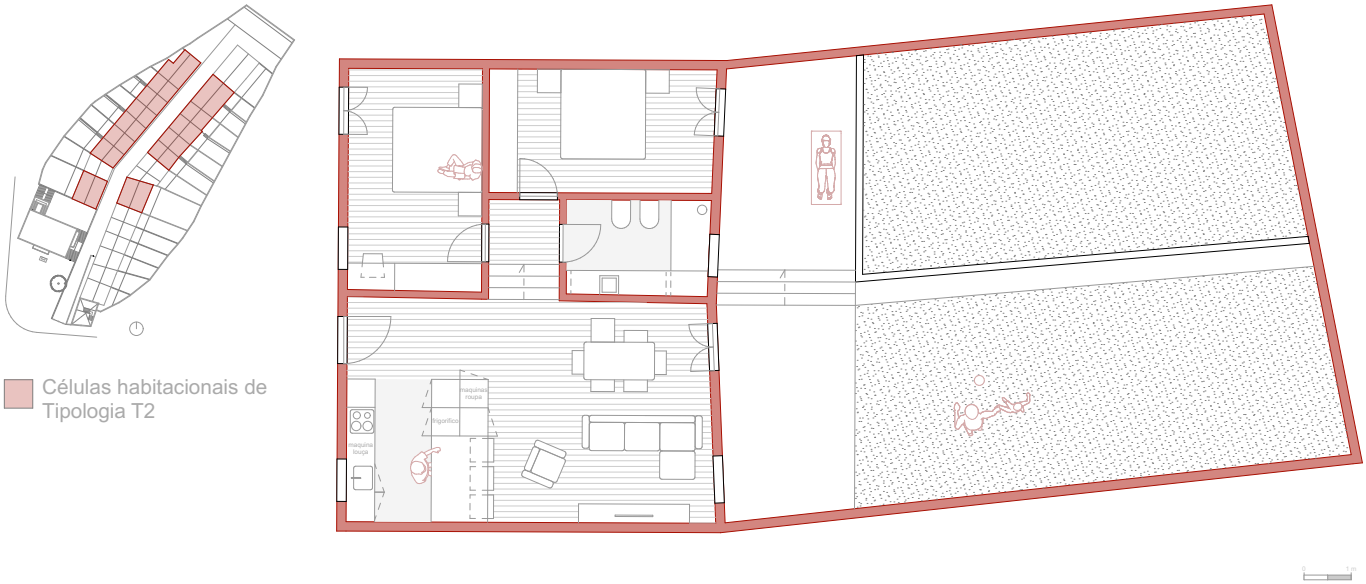
TIPOLOGIA T2

Como referido anteriormente, devido às características físicas do terreno, a ideia original não pôde ser concretizada na sua totalidade. Assim, a proposta foi ajustada de forma a responder da melhor maneira possível às diferentes cotas do lote. Para um melhor aproveitamento espacial e tipológico, a solução T2, revelou-se a mais adequada às necessidades do projeto, sendo consequentemente a que mais se repete. A associação das células duas as duas permitiu conceber unidades habitacionais com áreas mais amplas, capazes de responder às necessidades contemporâneas e de garantir um nível de conforto habitacional previamente inexistente. Esta estratégia mostrou-se também a mais eficaz em termos de adaptação topográfica, uma vez que possibilitou a junção de células situadas na mesma cota ou em cotas distintas, sem que a introdução dos desníveis e dos consequentes degraus comprometessem a área útil das habitações.

A sua organização formal segue, portanto, a mesma lógica da tipologia variável, em que a junção dos dois módulos-tipo fundamentais origina uma única habitação – um T2 = A + B. No entanto, ao contrário da tipologia anterior, estas unidades não possuem a mesma flexibilidade, uma vez que a sua implantação topográfica no lote condiciona a possibilidade de transformação. Assim, foram concebidas como habitações do tipo T2, permanecendo como tais.

Por terem sido projetadas como T2 de raiz, uma das adaptações introduzidas foi a eliminação da casa de banho no módulo de zonas comuns (A), considerando que uma habitação com dois quartos funciona adequadamente com uma única instalação sanitária. Esta remoção, permitiu, por sua vez, ampliar as aéreas destinadas à sala, à cozinha e à zona de refeições, agora em conceito de open-space, otimizando o conforto e a habitabilidade do módulo. Podemos denominar esta variação de módulo em (A’), ou seja, um T2 = A’ + B. (Fig.)

A associação de duas células, permite assim, duplicar a área disponível da habitação em relação à configuração original, passando de uma média de 40 m^2 para cerca de 80 m^2, sem comprometer a escala e o carácter do conjunto. (Fig.) Simultaneamente, esta solução permite o cumprimento das dimensões mínimas regulamentares de 72 m^2 para uma habitação T2, conforme estabelecido no RGEU. (Fig.)



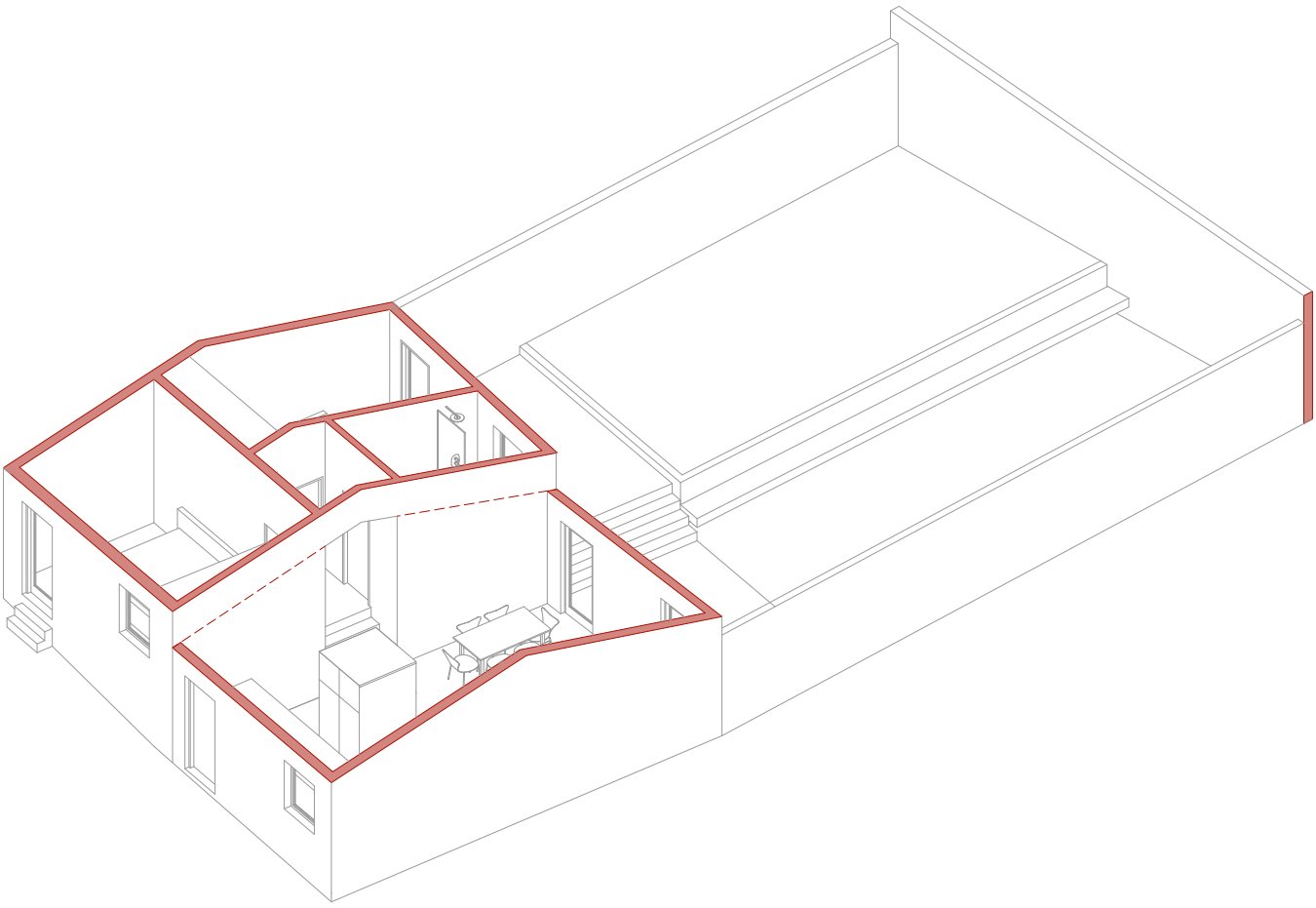


Fig.79. Planta e axonometria das habitações T2 reablitadas da “Ilha” do Cruzinho.

NOVA CONSTRUÇÃO

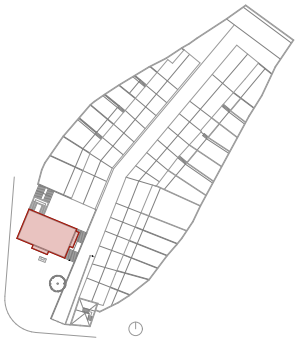
A nova construção corresponde ao bloco coletivo em galeria, implantado na frente do lote, que assume o papel de nova face do Cruzinho perante a cidade. Este edifício localiza-se no terreno anteriormente ocupado pelas sete células demolidas, cuja substituição se justificou pelo seu avançado estado de degradação e pela sua implantação desorganizada e sobreposta, que inviabilizavam um aproveitamento eficiente do espaço e a criação de habitações com duas fachadas, essenciais para garantir ventilação e iluminação adequadas. A disposição em galeria, em junção com a decisão de deixar a caixa de escadas ao ar livre com o elevador no centro, permitiu preservar o espírito de convivência e sociabilidade característico do carreiro central das “ilhas”, agora reinterpretado na verticalidade do novo edifício. Esta solução assegura a continuidade da vida comunitária e promove a interação entre vizinhos através da partilha dos espaços de circulação, mantendo viva a identidade social e relacional que sempre definiu o modelo habitacional operário.

A sua implantação na frente do conjunto reforça a nossa vontade de responder e dialogar com a escala e volumetria dos edifícios circundantes, afirmando-se como elemento de transição entre o antigo bairro operário e a cidade contemporânea. Esta função, outrora desempenhada pelas casas burguesas que representavam os bairros na malha urbana, é agora reinterpretada através deste novo bloco. A linguagem da fachada retoma os vãos das habitações reabilitadas, enquanto o uso da portada é igualmente transposto para a nova construção, garantindo continuidade formal e articula de forma coerente as diferentes tipologias habitacionais do conjunto.

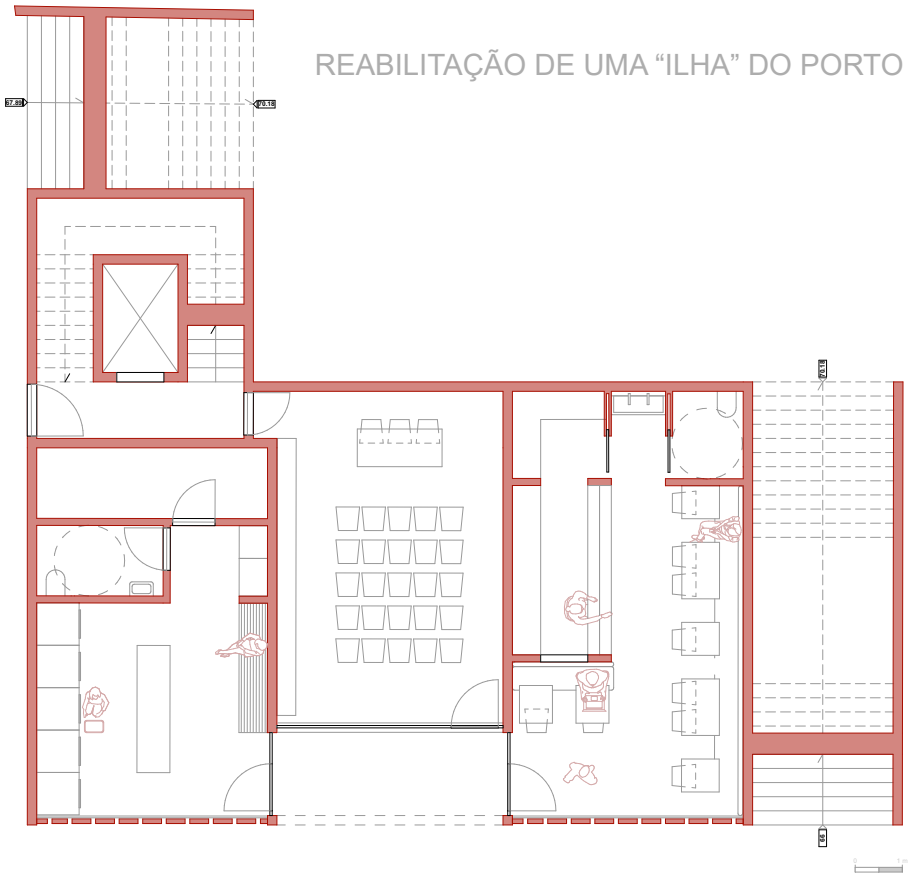
Além de recuperar parte da densidade habitacional perdida com a associação de módulos, o novo bloco integra funções complementares, como uma lavandaria, um café e uma sala multiusos, destinada a atividades comunitárias, reuniões de condomínio ou associação de moradores. Estes espaços, localizados no rés-do-chão e voltados para o novo Largo do Cruzinho, formado no cruzamento da Rua do Bom Sucesso e a Rua do Campo Alegre, reforçam o carácter público e coletivo da intervenção, promovendo a convivência e a integração do conjunto com o tecido urbano evolvente. Foi ainda criado um pequeno pátio semipúblico na cota de entrada do primeiro piso do bloco, concebido como espaço de transição entre o novo edifício e o restante conjunto. Este pátio pode ser acedido a partir de dois novos pontos de entrada, reforçando a permeabilidade e a ligação entre o bairro e a cidade.

O primeiro acesso é feito a partir do novo Largo do Cruzinho, onde se propõe a escolha entre a escada exterior e a rampa pré-existente que conduz ao carreiro central do conjunto, assegurando a acessibilidade variável. O segundo acesso é garantido por umas escadas na lateral do edifício, que estabelecem uma ligação direta com a Rua do Bom Sucesso.

Desta forma, estes novos espaços exteriores assumem-se como zonas de atravessamento e permanência, potenciando a convivência entre moradores e visitantes, reforçando as ligações entre o novo bloco, o carreiro central e o espaço público envolvente. Estas relações contribuem assim, para reconhecimento do Cruzinho como



Bloco Coletivo em galeria



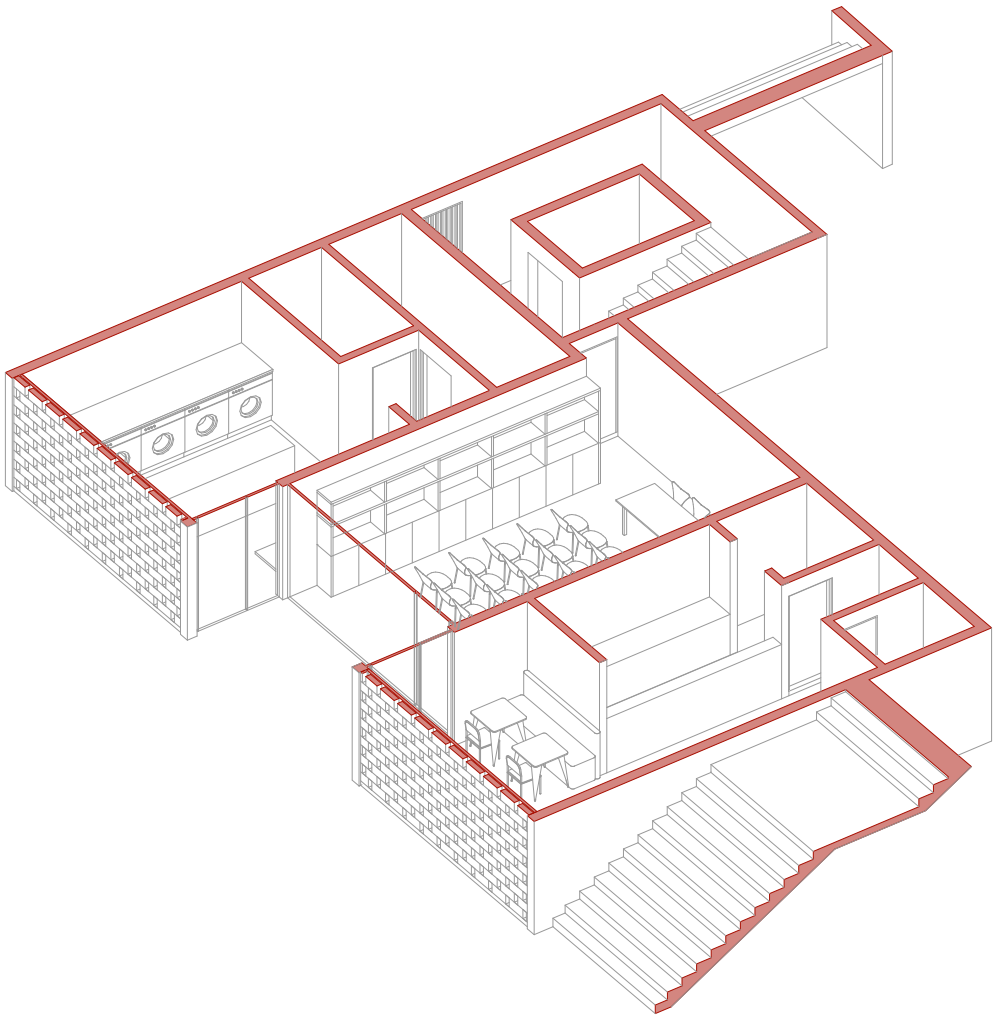


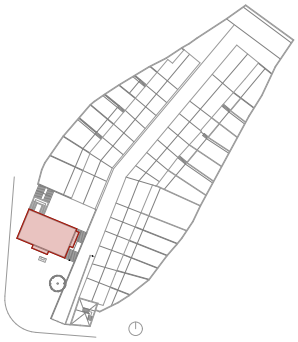
Fig.80. Planta e axonometria do piso 0 do bloco em galeria proposto para a “Ilha” do Cruzinho.

parte viva da cidade, valorizando simultaneamente a sua memória e a sua presença no tecido urbano do Porto contemporâneo.

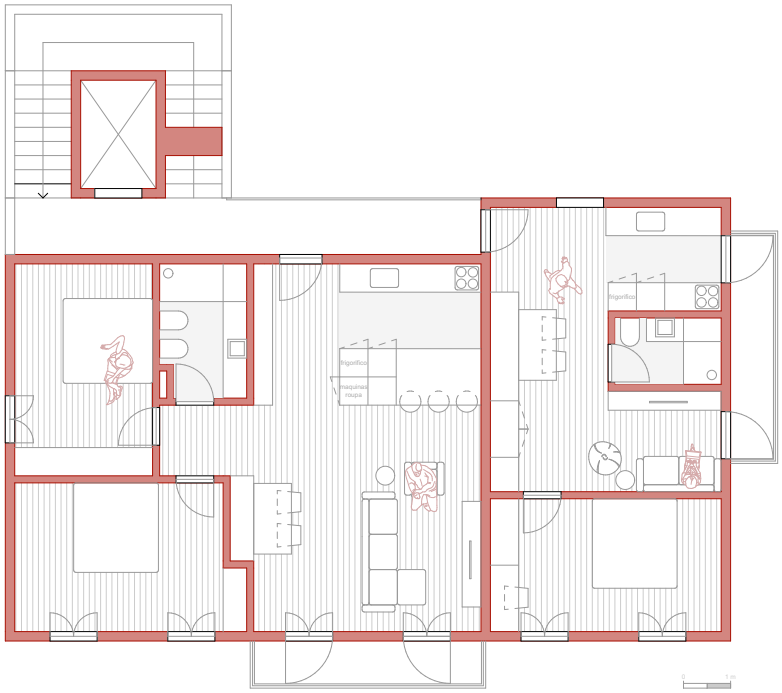
O novo bloco desenvolve-se em 6 pisos, o já referido rés-do-chão, destinado a usos coletivos, e cinco pisos superiores habitacionais. Cada piso é composto por duas habitações, um T2 e um T1, resultando num total de dez novos fogos.

As habitações T2 seguem a lógica modular previamente desenvolvida, em que um T2 = A’ + B, mantendo a coerência tipológica do conjunto. No entanto, a sua implantação em edifício novo permite uma maior ortogonalidade e racionalização espacial, já que não estão condicionadas pelos limites irregulares das células pré-existentes.

Os T1, por sua vez, são uma derivação do módulo tipo A, T0, ao qual se adiciona um quarto, formando uma nova tipologia, T1. Tal como na tipologia variável, esta operação mantém o princípio da alteração modular, mas com duas diferenças formais significativas, a primeira é que o quarto é acoplado num dos topos do módulo, em vez de lateralmente e a segunda, é que a sua implantação em altura impossibilita a sua flexibilidade tipológica. Estas diferenças formais ajudam a garantir uma melhor distribuição funcional e iluminação natural da habitação proposta.



Habitacões de Nova Construção



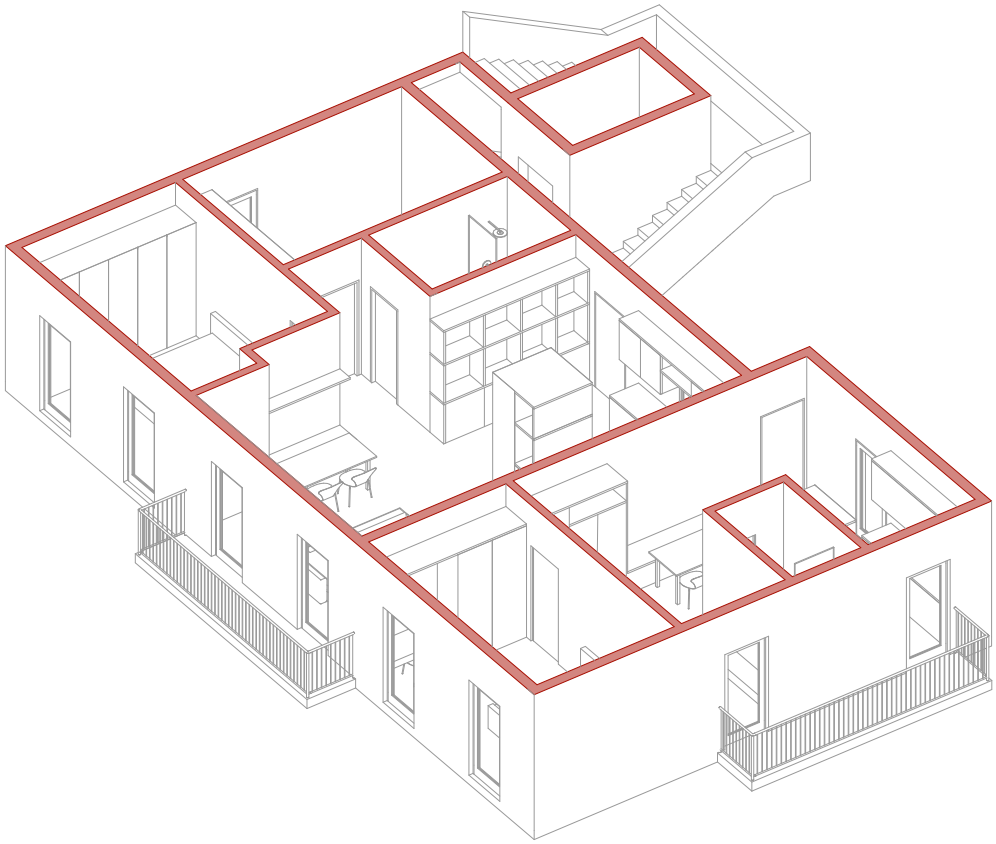


Fig.81. Planta e axonometria do piso tipo do bloco em galeria proposto para a “Ilha” do Cruzinho.

EM SÍNTESE

A intervenção proposta para a “Ilha” do Cruzinho, procura desenvolver um projeto arquitetónico respeitadora da pré-existência, assegurando que o carácter histórico e identitário do conjunto edificado é reabitado sem que a sua essência se perca. As habitações foram desenhadas de modo a garantir as condições de conforto e a responder às exigências espaciais e regulamentares da sociedade contemporânea, preservando simultaneamente a escala, a lógica construtiva e a leitura tipológica do conjunto original.

A única exceção ocorre no novo bloco coletivo proposto, onde a demolição de sete células originais revelou-se necessária, não apenas devido ao avançado estado de degradação em que se encontravam, mas também pela sua implantação, que, como referido anteriormente, inviabilizava a criação de habitações saudáveis e com condições de ventilação e iluminação. Esta operação permitiu, por sua vez, responder e dialogar com a escala da cidade, um dos principais focos da nossa proposta, introduzindo um volume capaz de articular o conjunto existente com o tecido urbano envolvente.

Os limites das células reabilitadas foram maioritariamente mantidos, realizando-se apenas as aberturas e ligações necessárias ao adequado funcionamento das novas habitações. A organização formal das fachadas foi preservada, tal como a proporção dos vãos existentes, enquanto todos os acrescentos informais que ocupavam os logradouros foram removidos. As coberturas originais foram igualmente mantidas, e nos casos em que tinham sido alteradas, foram repostas de acordo com a sua configuração inicial. Quanto aos interiores, cuja organização era desconhecida, estes foram redesenhados para cumprir as necessidades atuais e os parâmetros regulamentares, sem descaracterizar a lógica espacial das células habitacionais.

A introdução de novos serviços coletivos, como uma pequena creche, um café, uma lavandaria e uma sala multiusos, reforçam o posicionamento da proposta como uma intervenção de carácter urbano e não apenas como um exercício de requalificação habitacional. Estes equipamentos permitem diversificar o uso do conjunto e promovem um quotidiano mais integrado e comunitário.

Simultaneamente, a requalificação dos espaços exteriores assume um papel determinante na recuperação do espírito comunitário que sempre caracterizou as “ilhas”. O carreiro central, elemento estruturante da nossa proposta e da vida quotidiana, é preservado e reinterpretado, prolongando-se agora também na vertical através do novo bloco em galeria, que recupera e atualiza o princípio de convivência e de circulação partilhada. Em articulação com os novos espaços e acessos criados, estes elementos reforçam a sociabilidade entre vizinhos, e promovem uma relação mais aberta entre a “ilha” e a cidade.

Assim, a proposta não se limita apenas a reabilitar as estruturas físicas, mas procura igualmente revitalizar as dinâmicas e práticas sociais, os modos de habitar e o sentimento de pertença que historicamente definia este modelo habitacional.



Fig.82. Planta de vermelhos e amarelos da proposta de reabilitação da Ilha do Cruzinho. PF

CONSIDERAÇÕES FINAIS


NOVA
LINHA ROSA
VCI
Boavista
Hotel da Música

O presente trabalho culmina no desenvolvimento de uma proposta de reabilitação para a "Ilha" do Cruzinho, não apenas ao nível habitacional, mas também numa perspetiva urbana. A proposta evidencia o potencial que estes conjuntos de forte valor identitário e carácter social possuem para serem renovados e reintegrados na vida ativa da cidade, demonstrando, assim, a necessidade da sua preservação
.
A investigação realizada permitiu analisar e aplicar diferentes conceitos e estratégias de reabilitação, através do estudo de diferentes casos, proporcionando um melhor entendimento das possibilidades de intervenção em estruturas existentes, como as ilhas operárias do Porto. Procurou-se demonstrar que é possível atualizar estes conjuntos sem que a sua essência se perca, recorrendo a soluções capazes de responder às exigências contemporâneas de conforto, funcionalidade e qualidade de vida. A reorganização formal dos interiores, aliada à requalificação dos espaços exteriores de convívio e circulação, permitiu desenvolver uma proposta que procura equilibrar o existente e o novo de forma harmoniosa e coerente.

Conclui-se, assim, que as "ilhas", bem como outros conjuntos edificados do Porto, não devem ser esquecidos nem vistos como obstáculos face ao desenvolvimento urbano, mas sim como locais de oportunidade de regeneração inclusiva. A "Ilha" do Cruzinho, evidencia a necessidade de políticas de integração que conciliem a preservação patrimonial destes conjuntos com o acesso à habitação acessível por parte das comunidades, assegurando um futuro mais sustentável e socialmente equilibrado para a cidade do Porto.

Fig.83. Fotografia do acesso ao conjunto do Cruzinho fechado ao público.PF

ANEXOS

Esquissos de levantamneto e análise do Cruzinho.

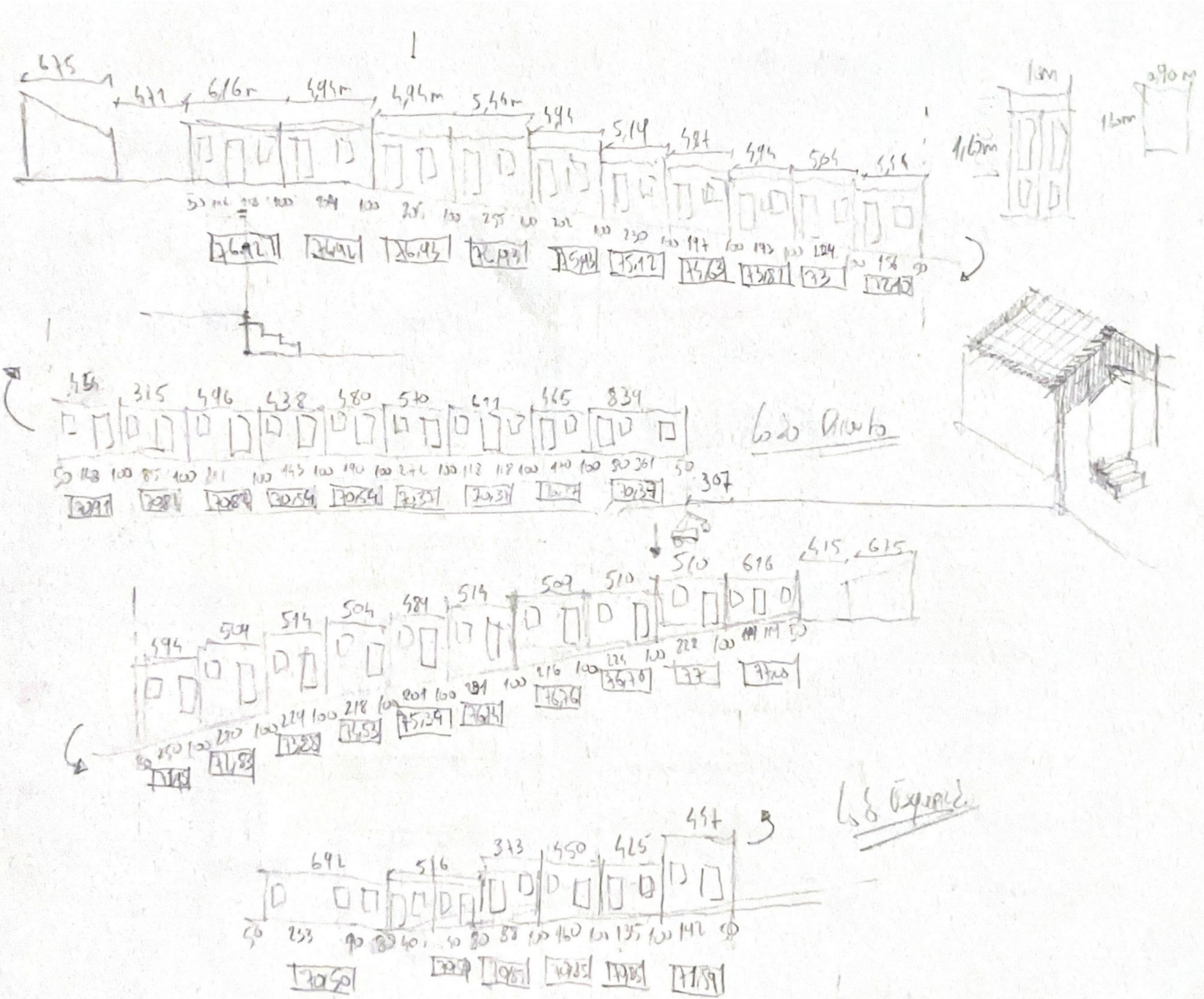


Fig.84. Esquisso de levantamento e análise do Cruzinho.PF

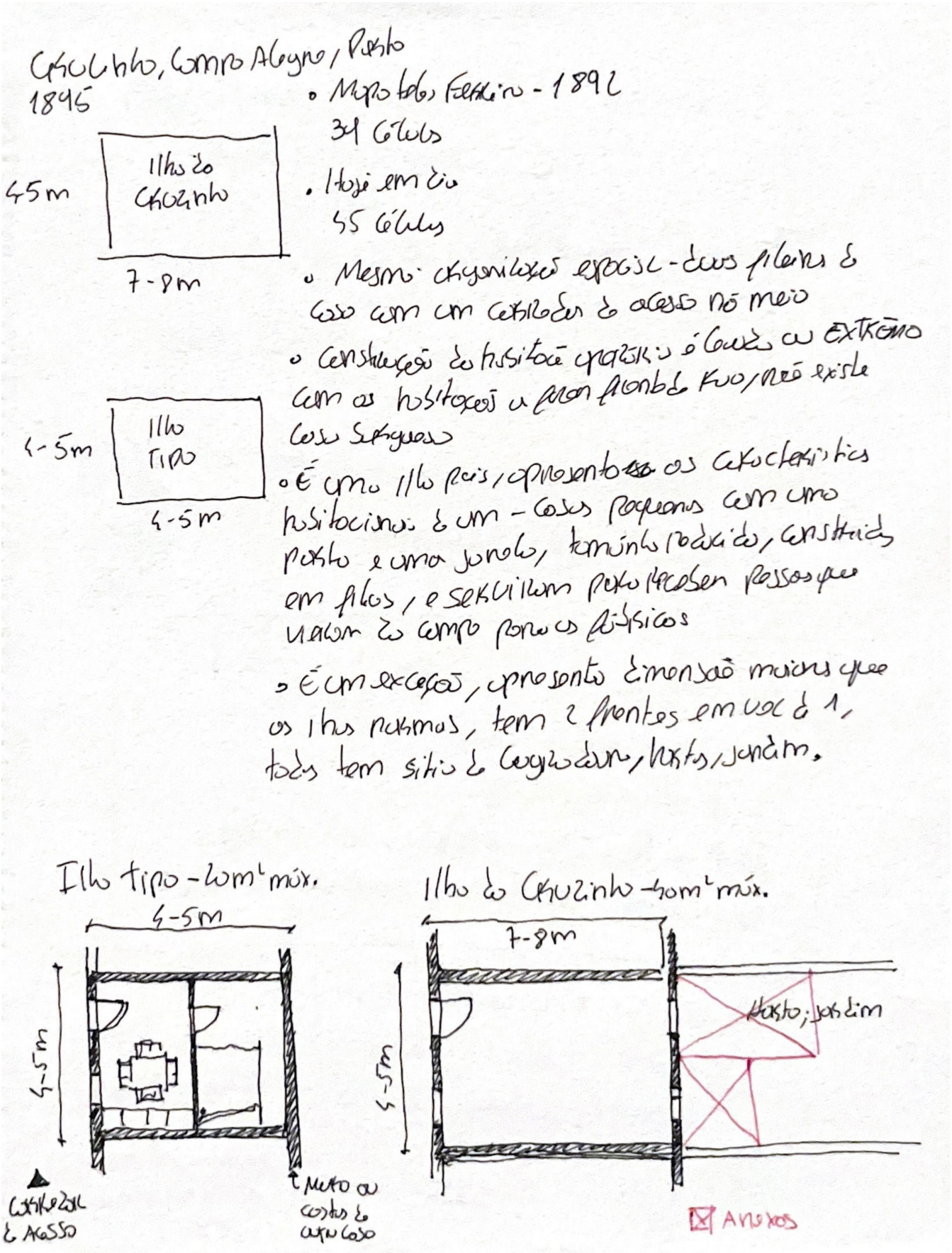


Fig.85. Esquisso de levantamento e análise do Cruzinho.PF

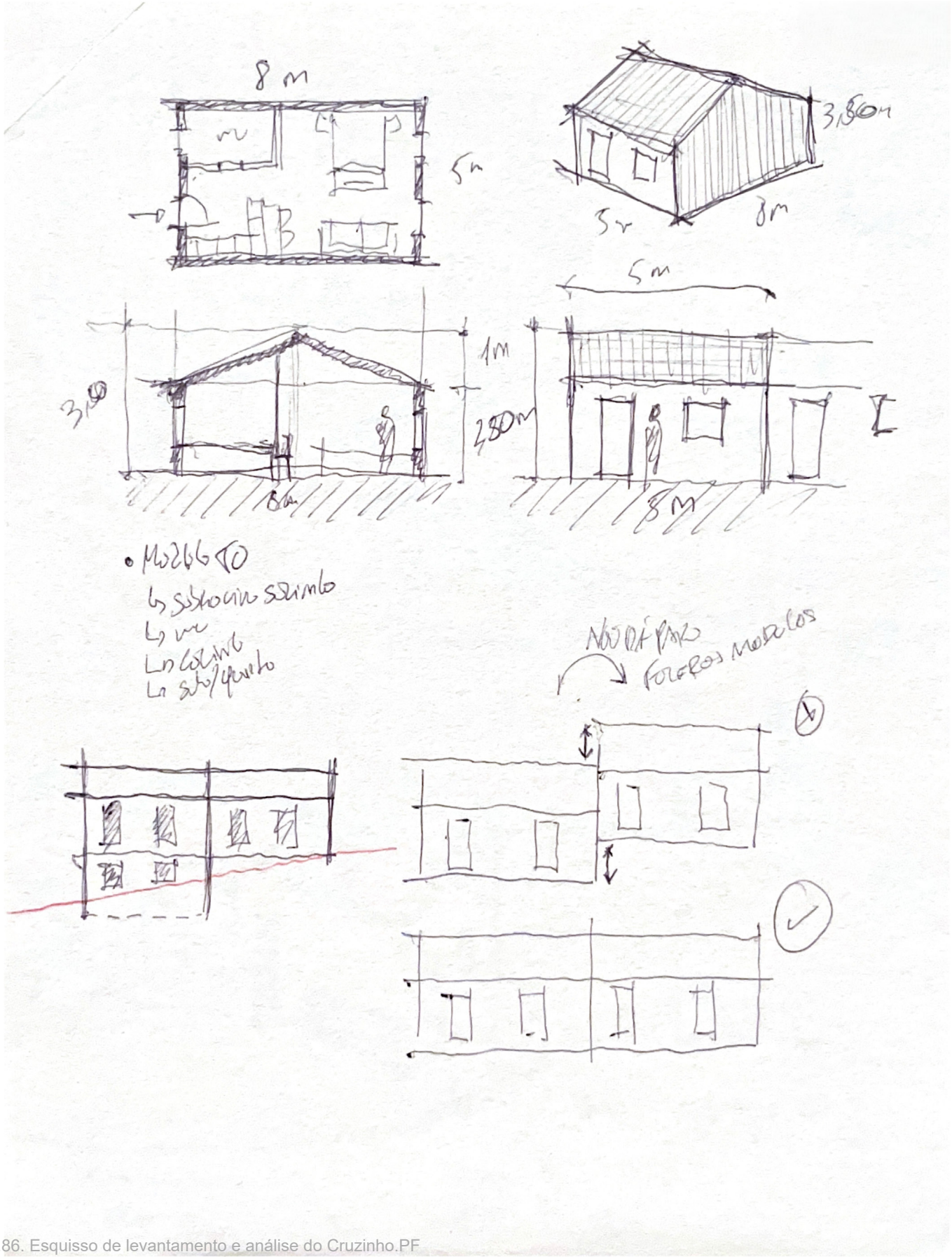


Fig.86. Esquisso de levantamento e análise do Cruzinho.PF

Esquissos do desenvolvimento da proposta.

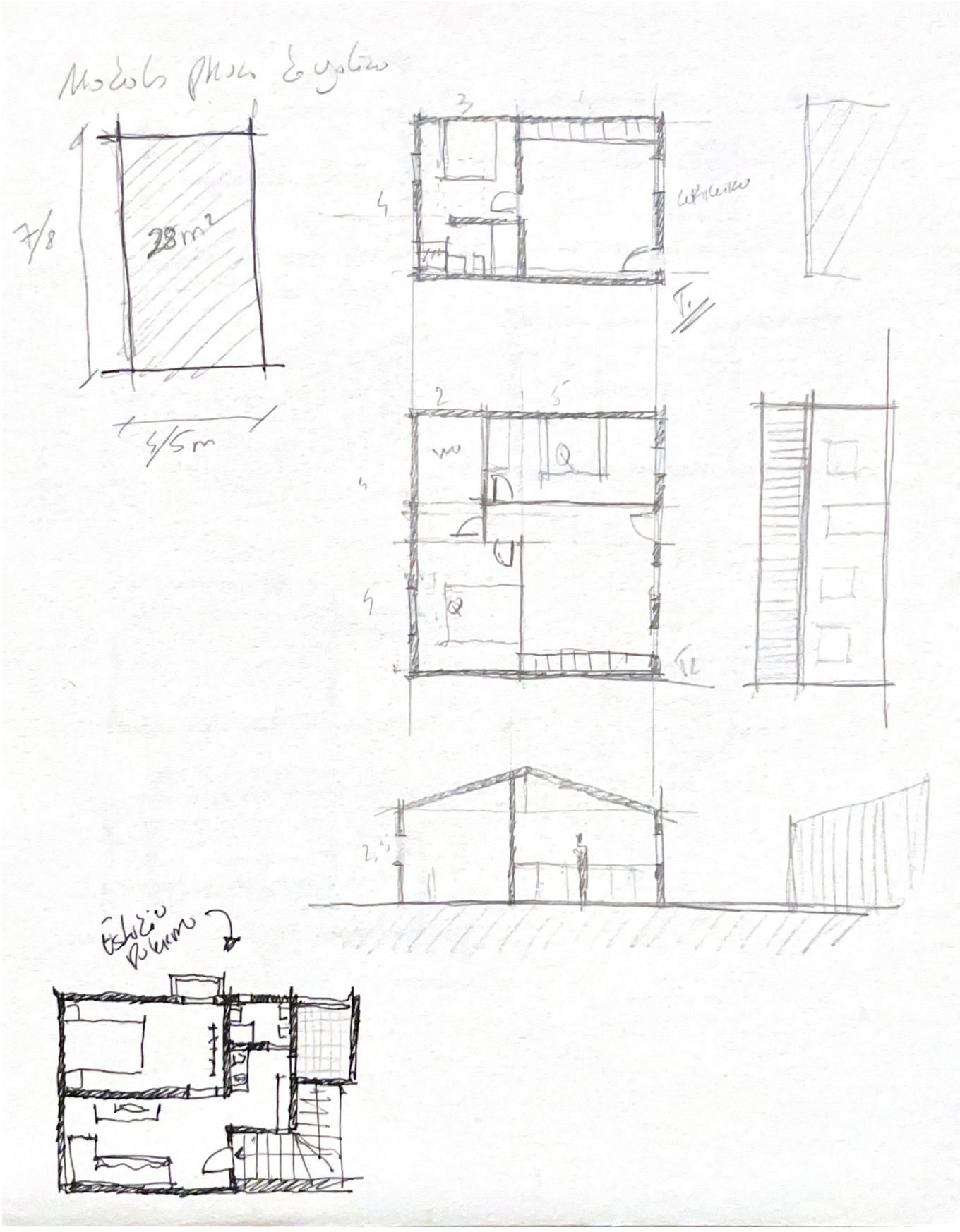


Fig.87. Esquisso do desenvolvimento da proposta.PF

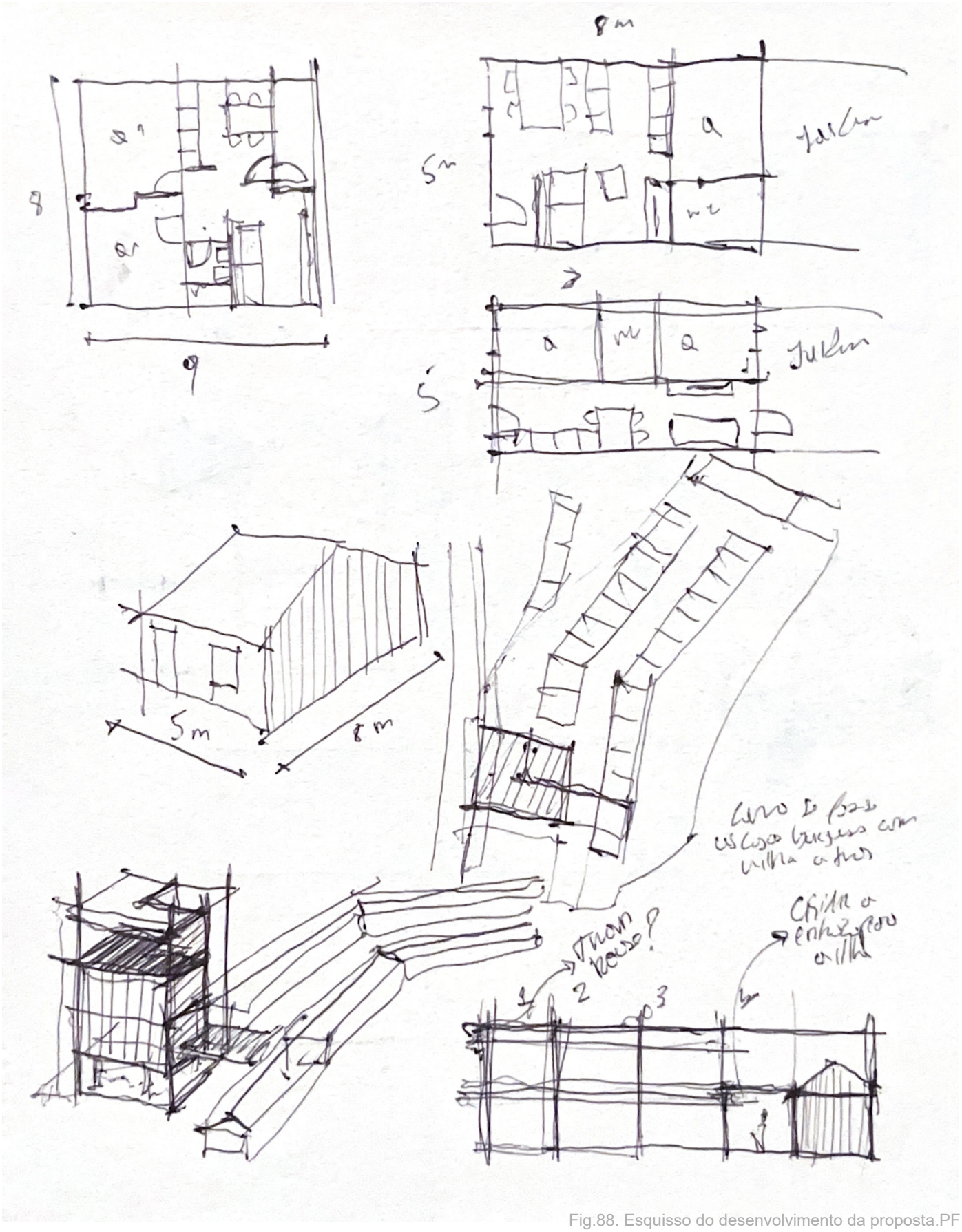


Fig.88. Esquisso do desenvolvimento da proposta.PF

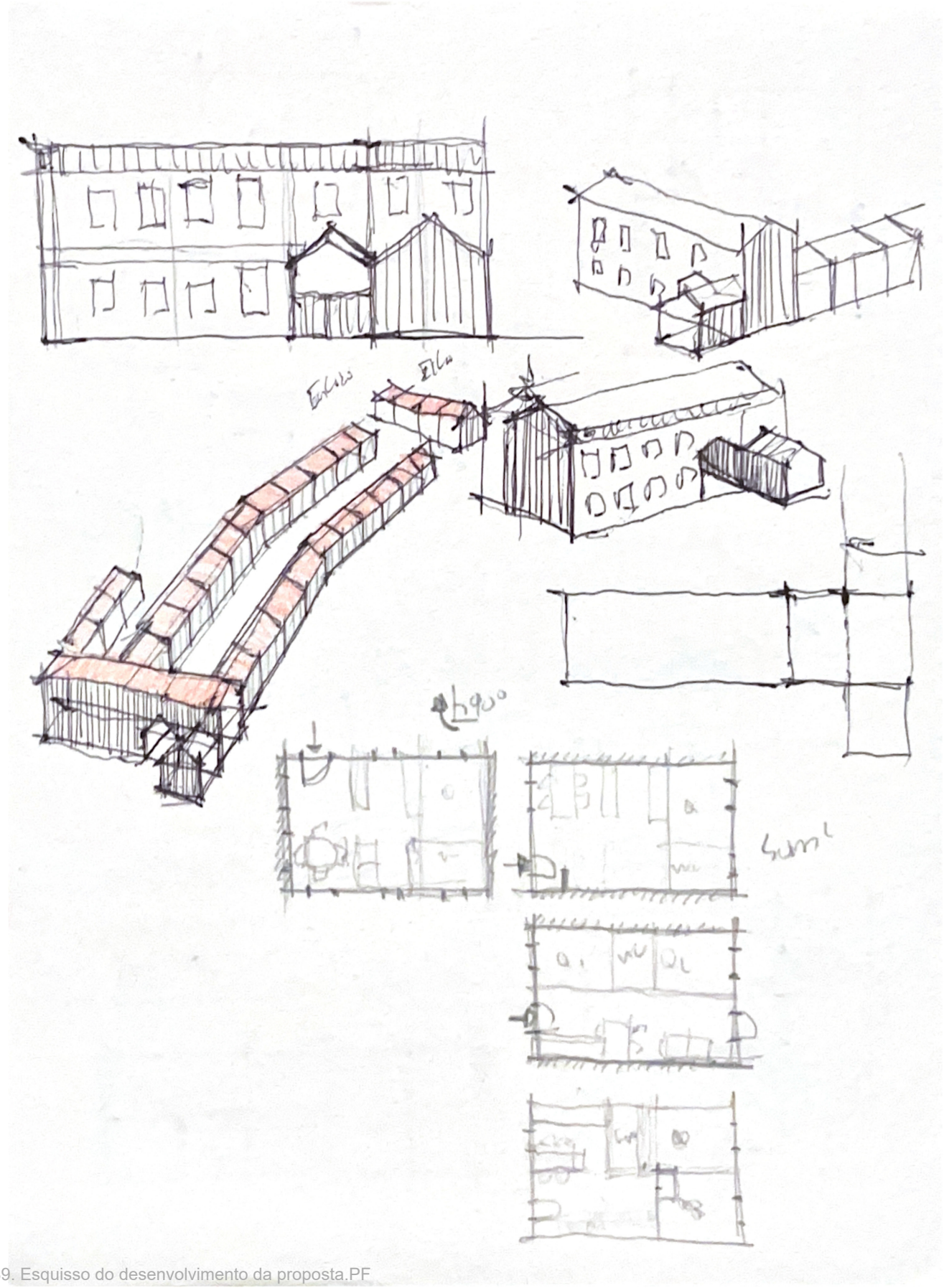


Fig.89. Esquisso do desenvolvimento da proposta.PF

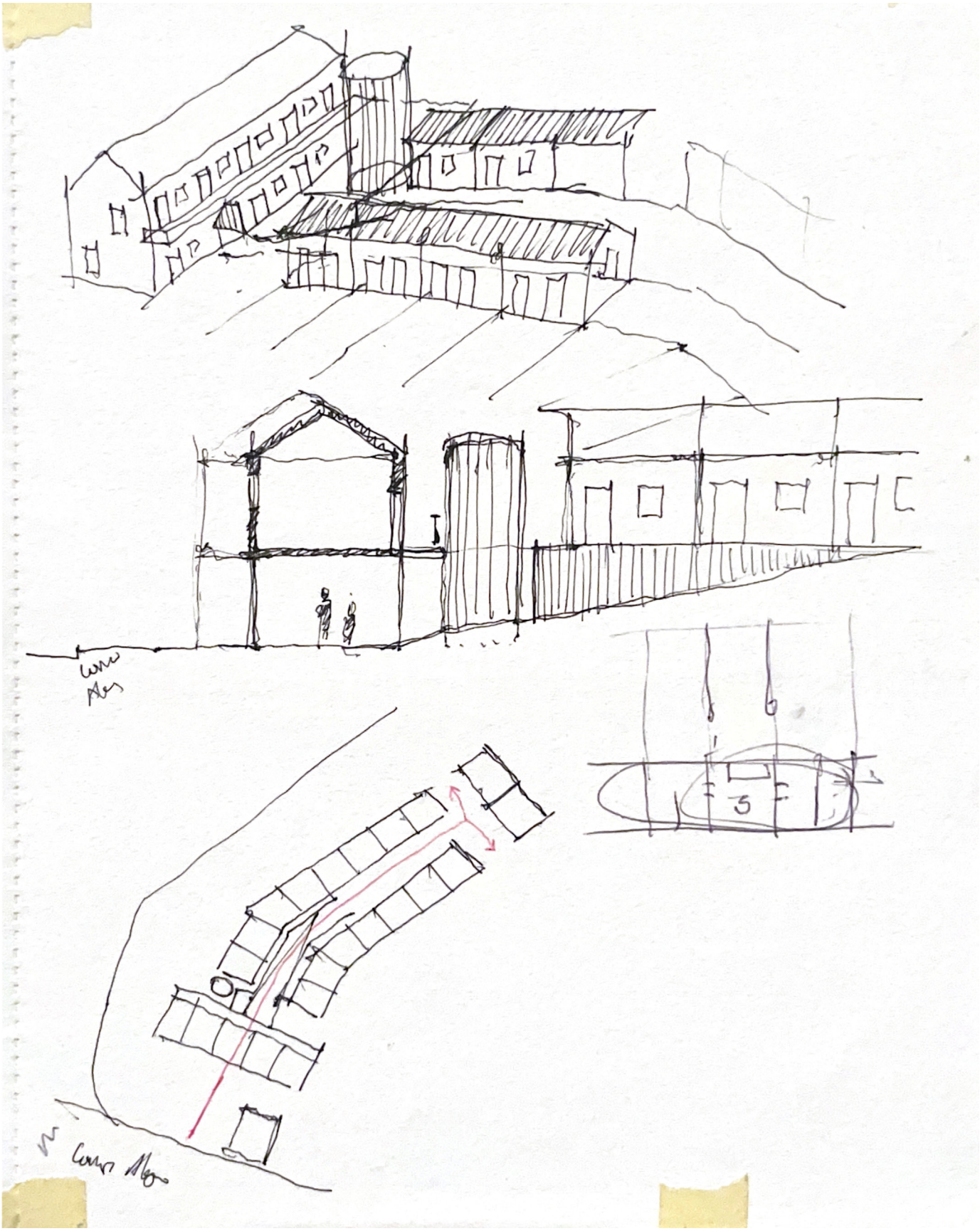


Fig.90. Esquisso do desenvolvimento da proposta.PF

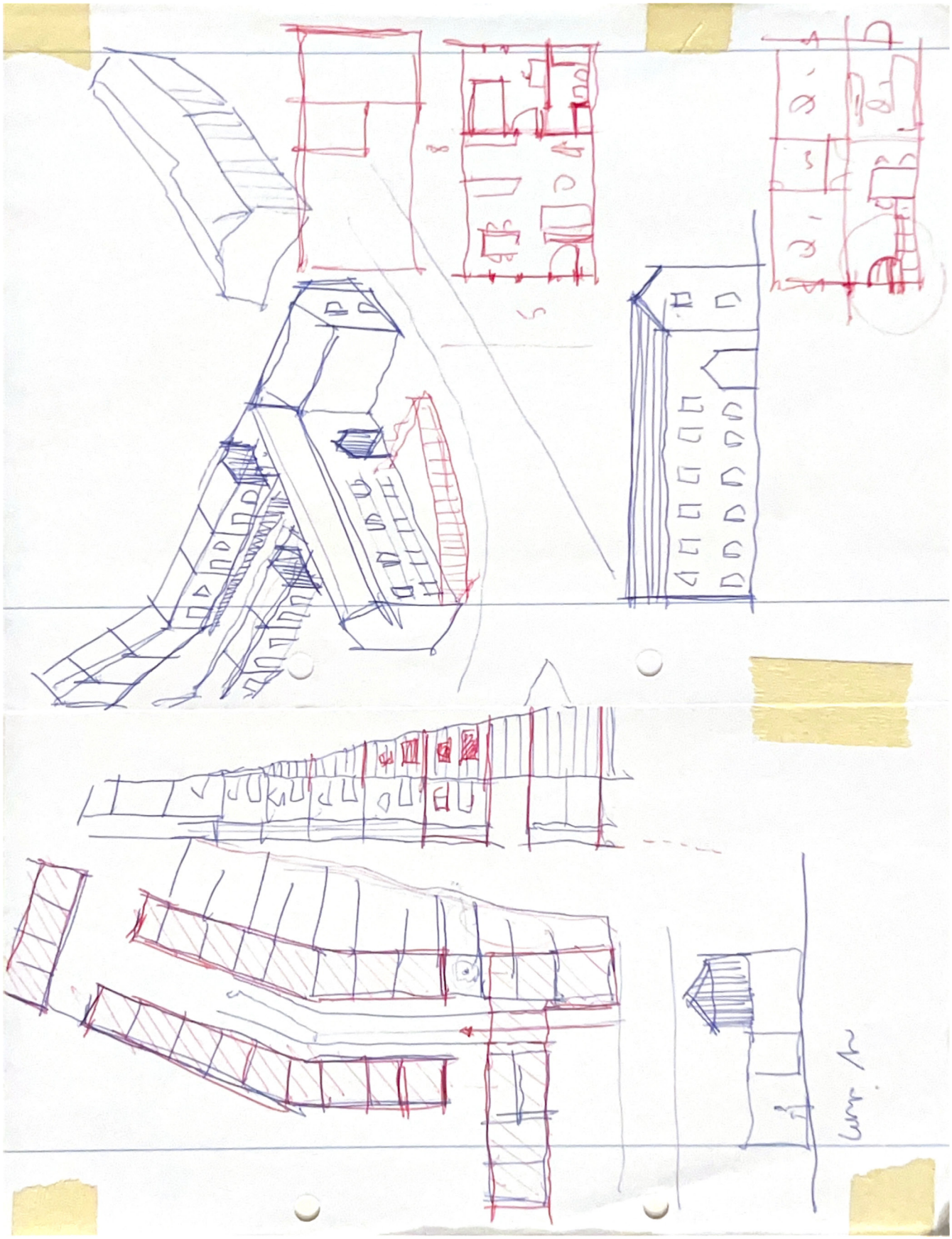


Fig.91. Esquisso do desenvolvimento da proposta.PF

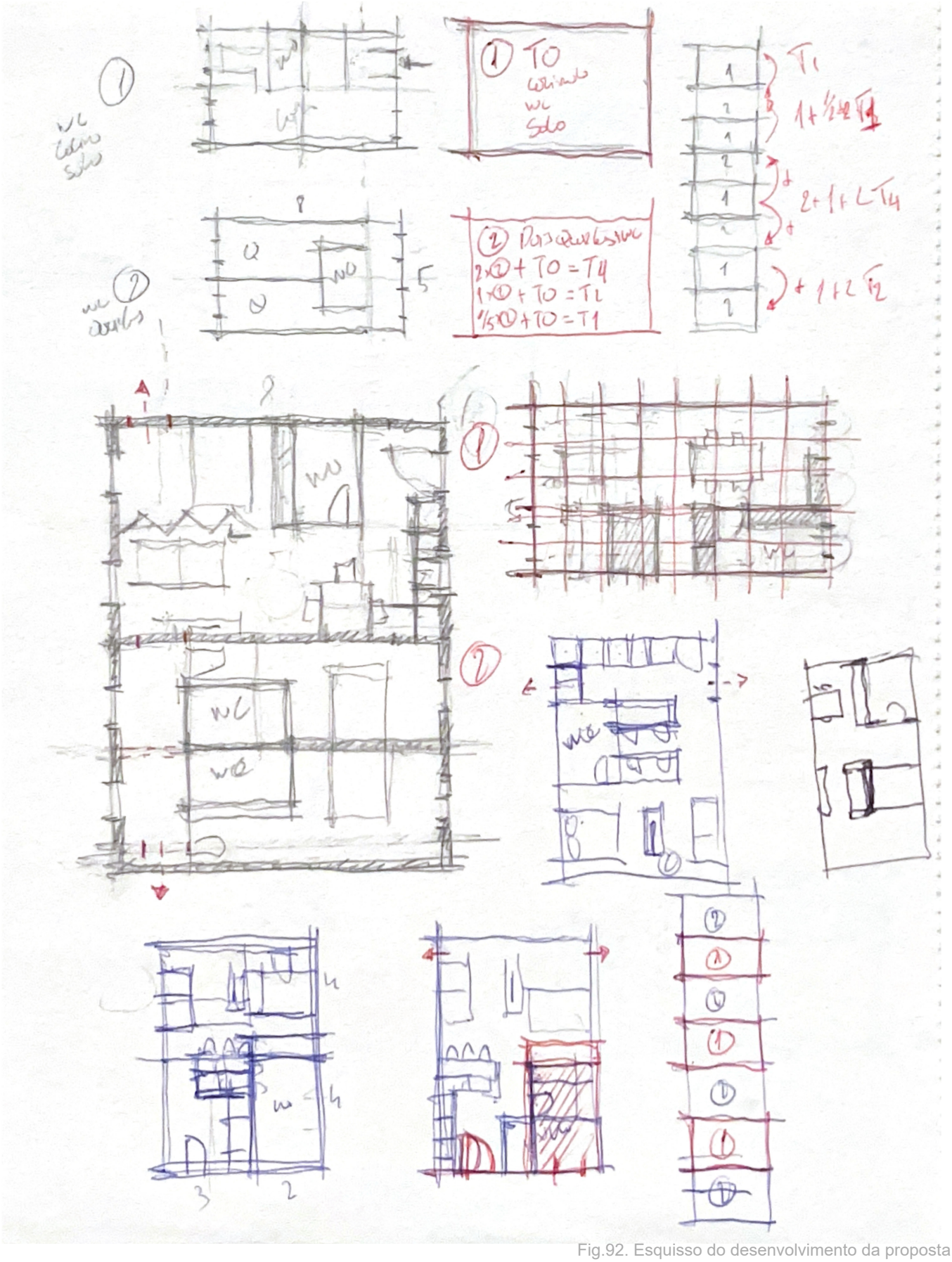


Fig.92. Esquisso do desenvolvimento da proposta.PF

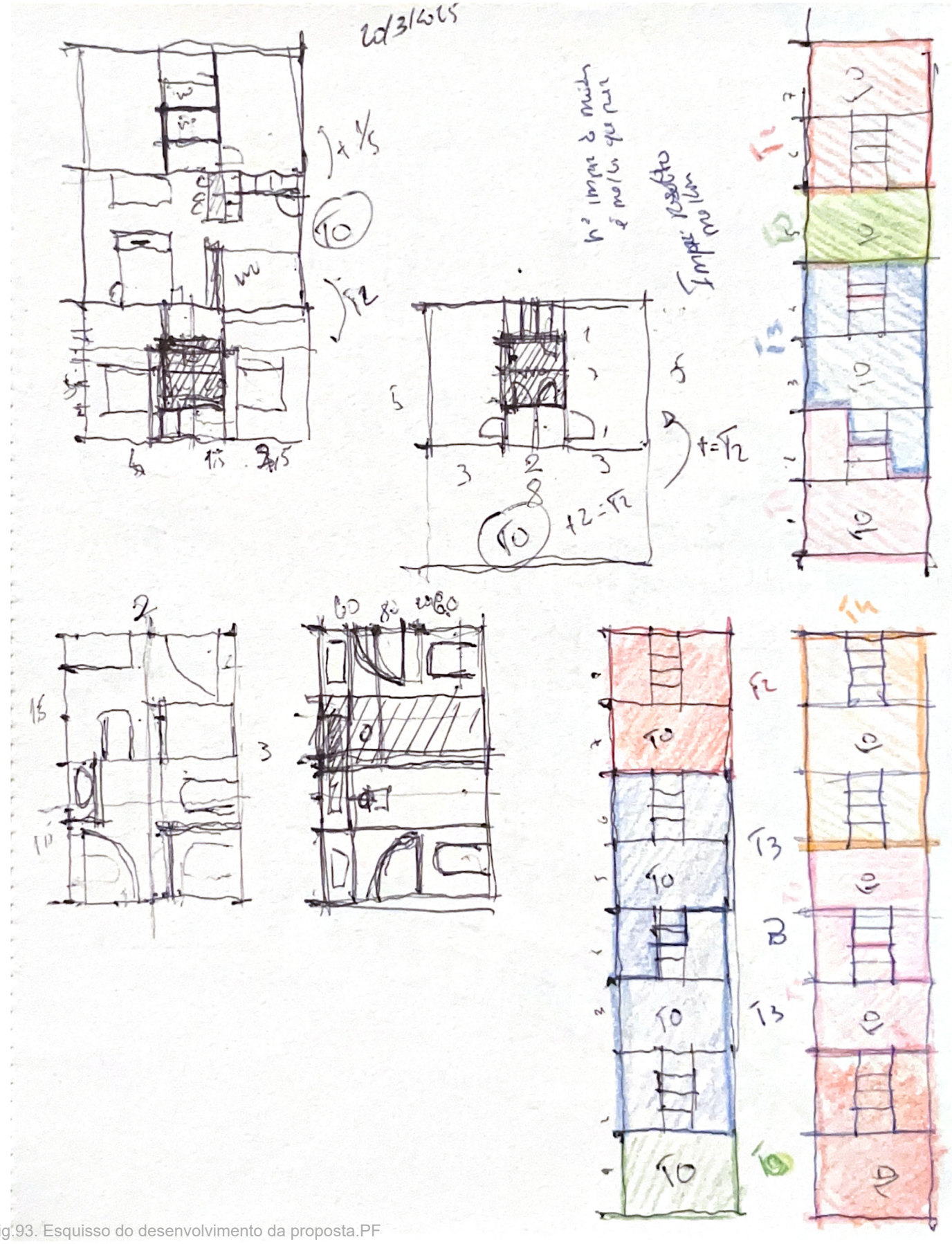


Fig.93. Esquisso do desenvolvimento da proposta.PF

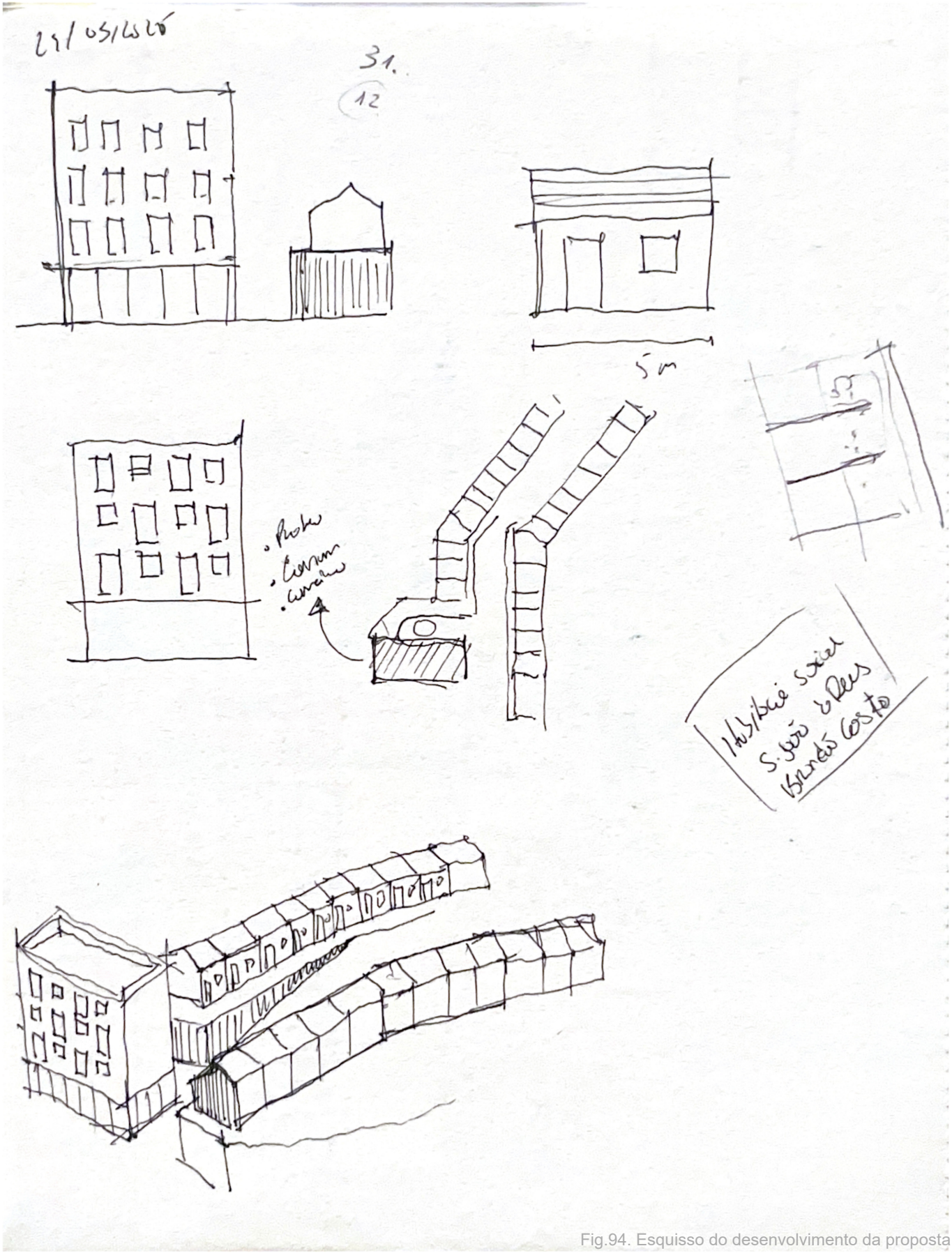


Fig.94. Esquisso do desenvolvimento da proposta.PF

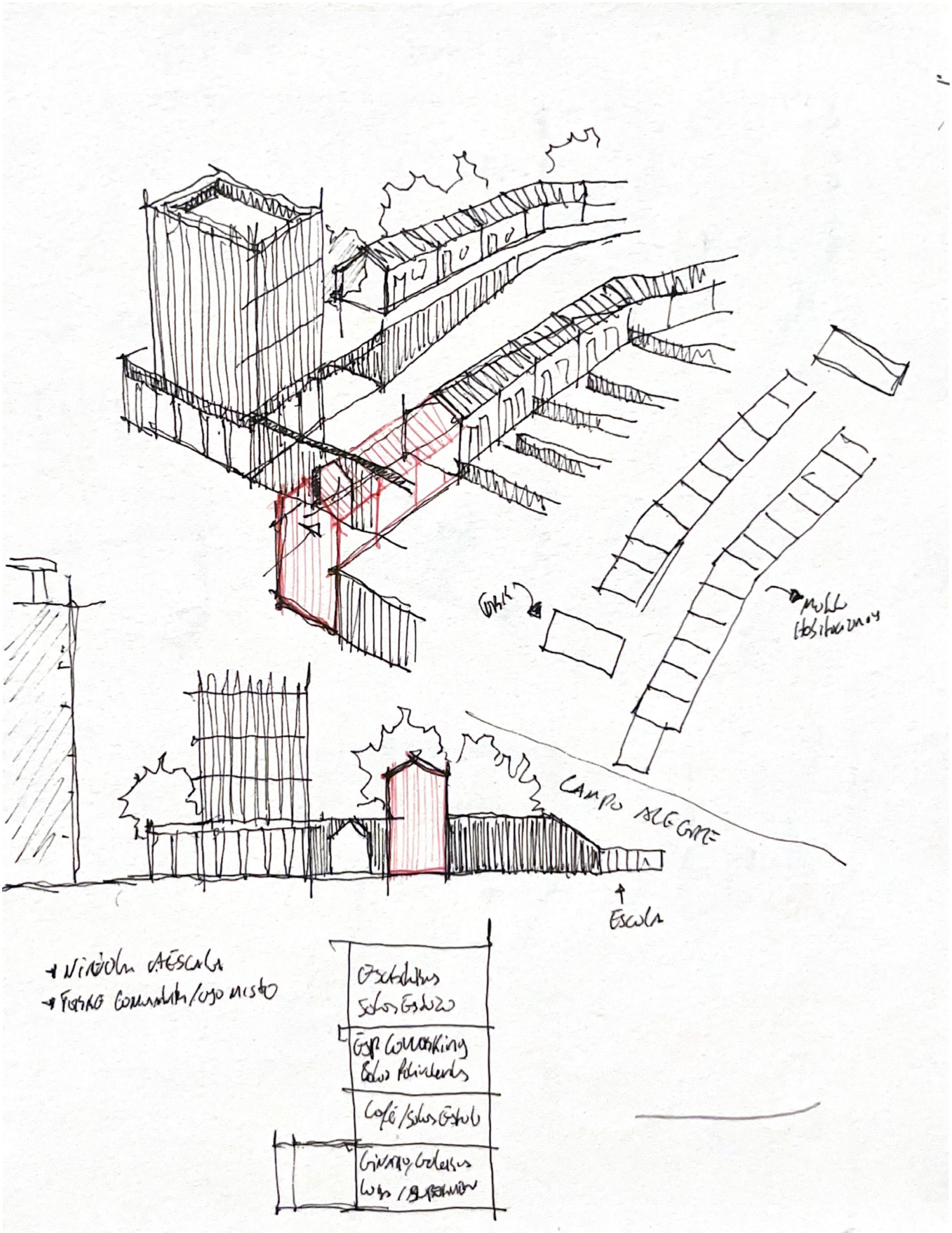


Fig.95. Esquisso do desenvolvimento da proposta.PF

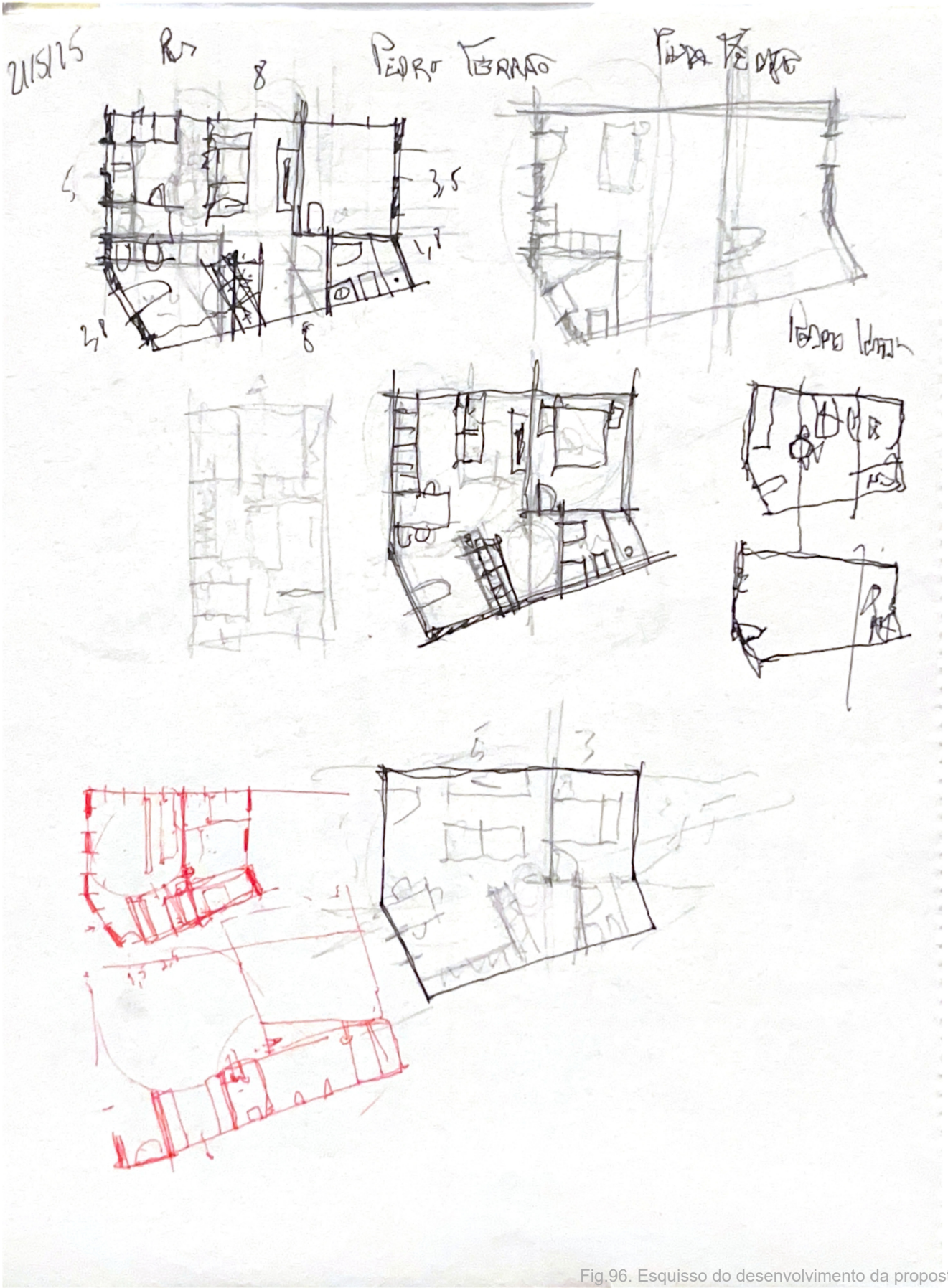


Fig.96. Esquisso do desenvolvimento da proposta.PF

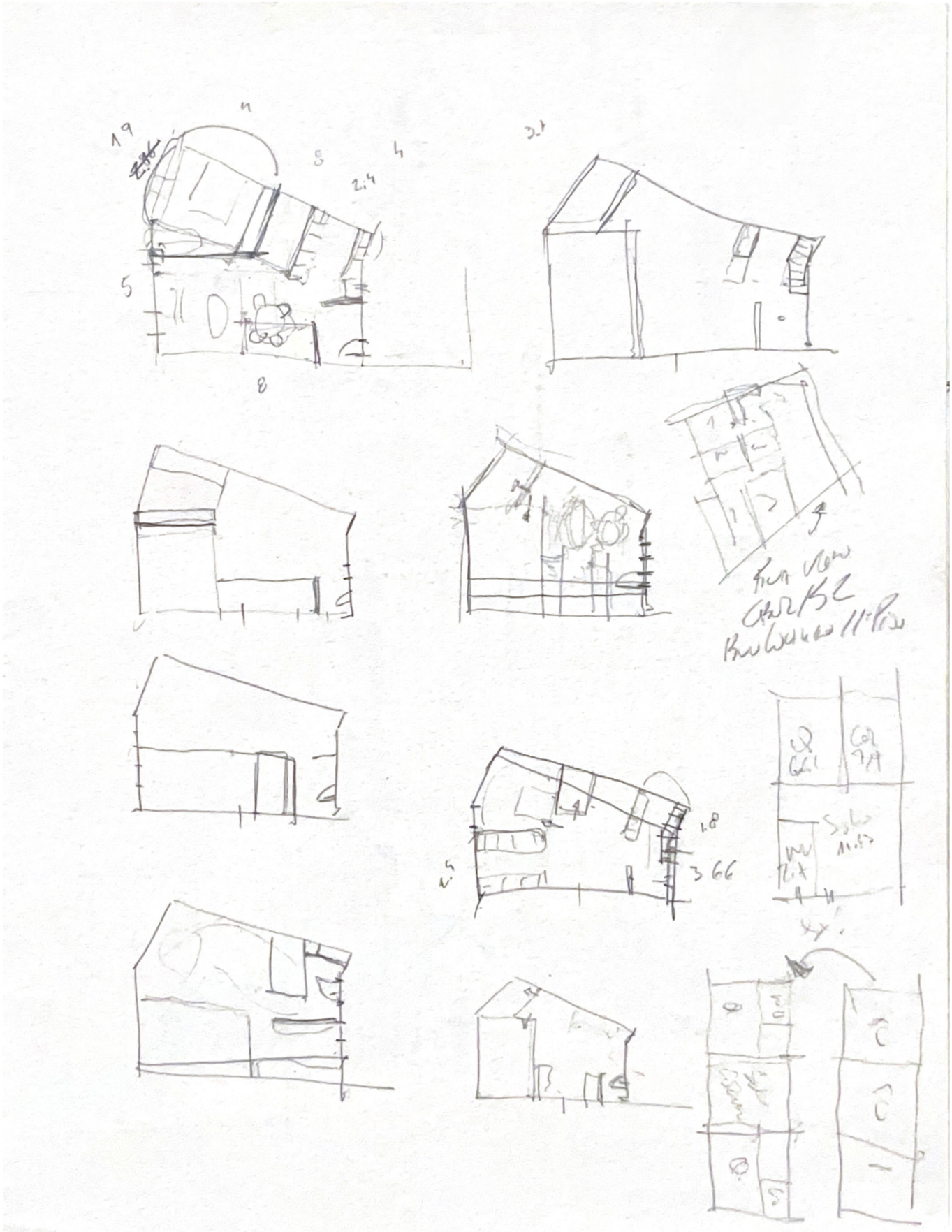


Fig.97. Esquisso do desenvolvimento da proposta.PF

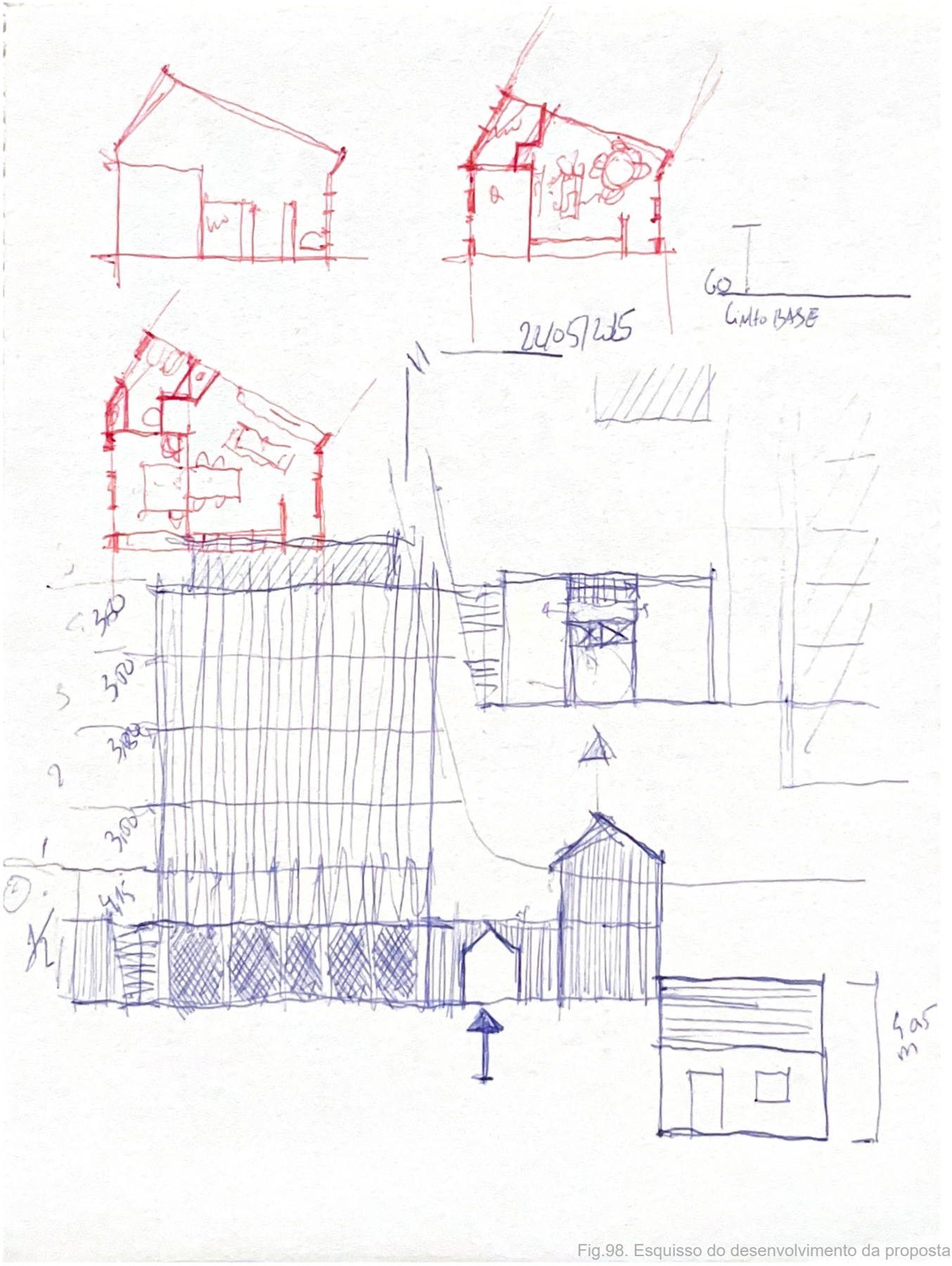


Fig.98. Esquisso do desenvolvimento da proposta.PF

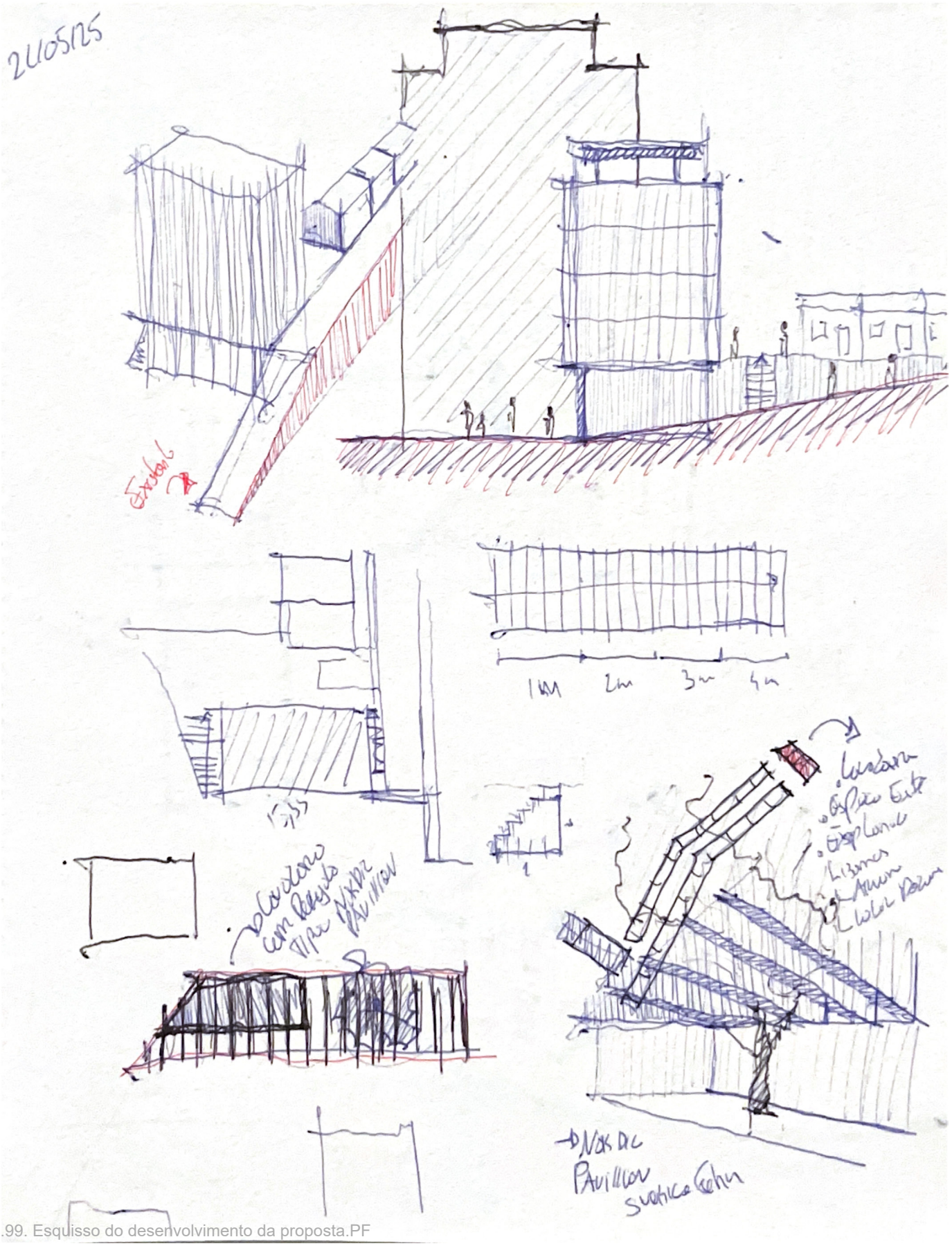


Fig.99. Esquisso do desenvolvimento da proposta.PF

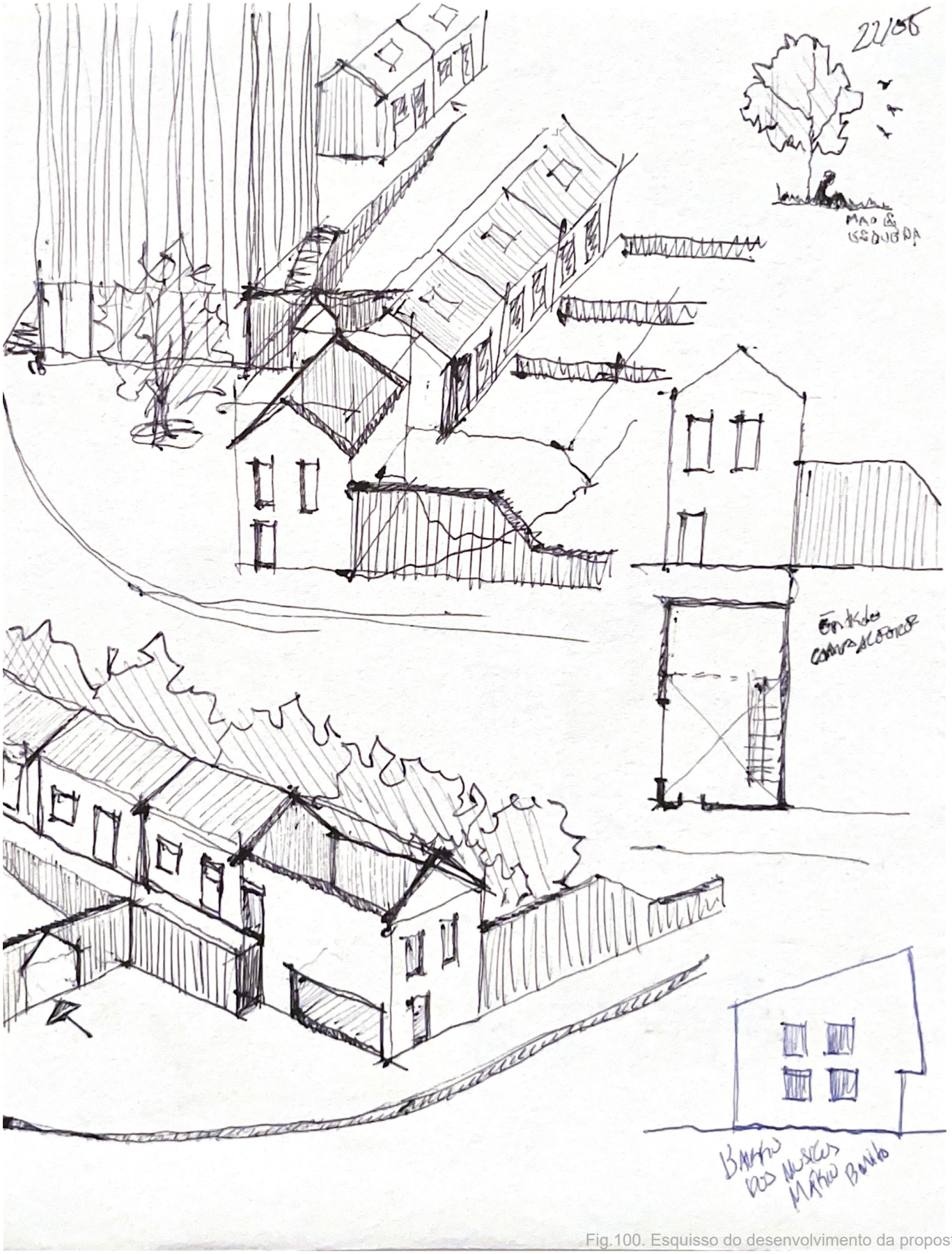


Fig.100. Esquisso do desenvolvimento da proposta.PF

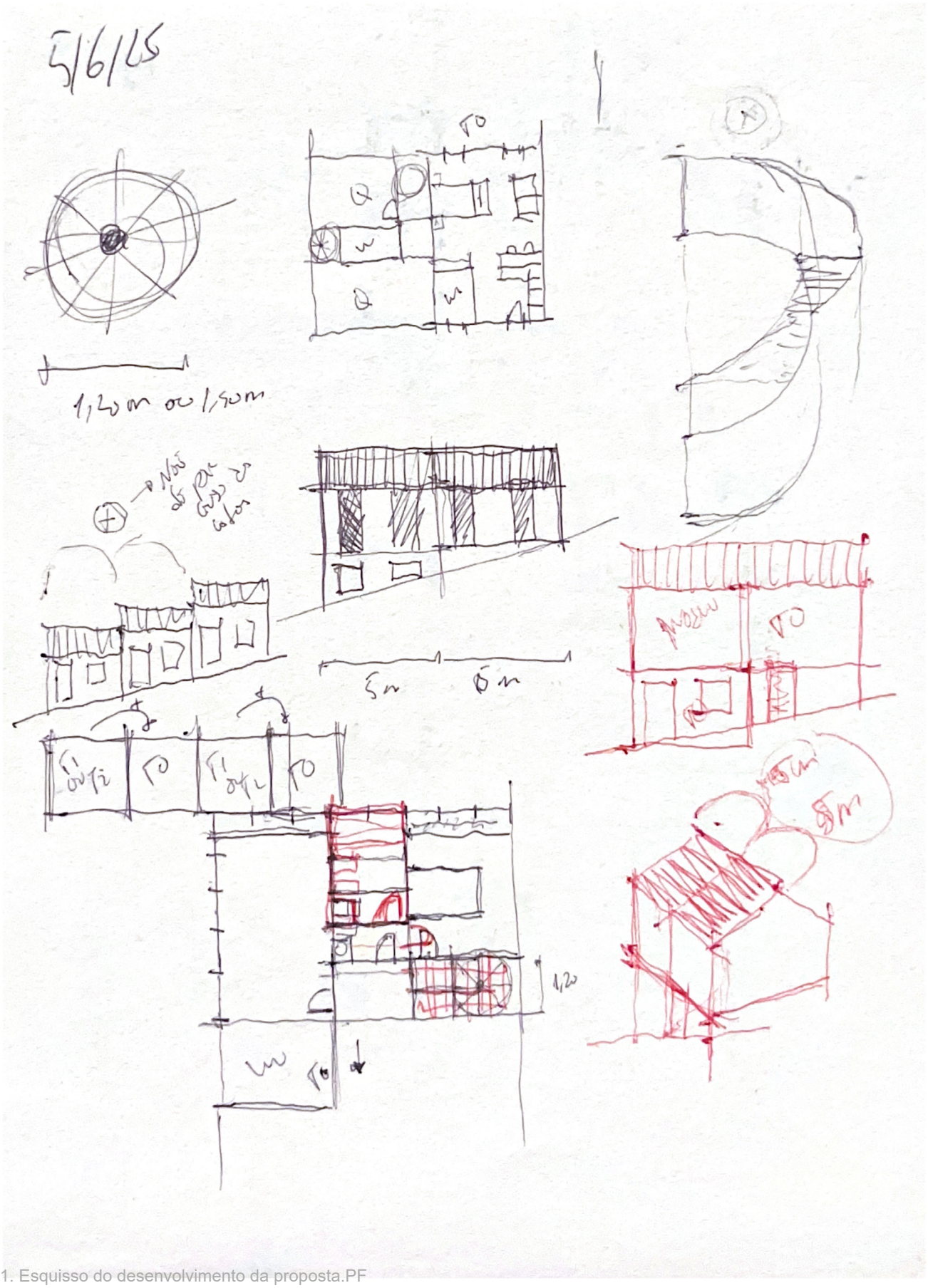


Fig.101. Esquisso do desenvolvimento da proposta.PF

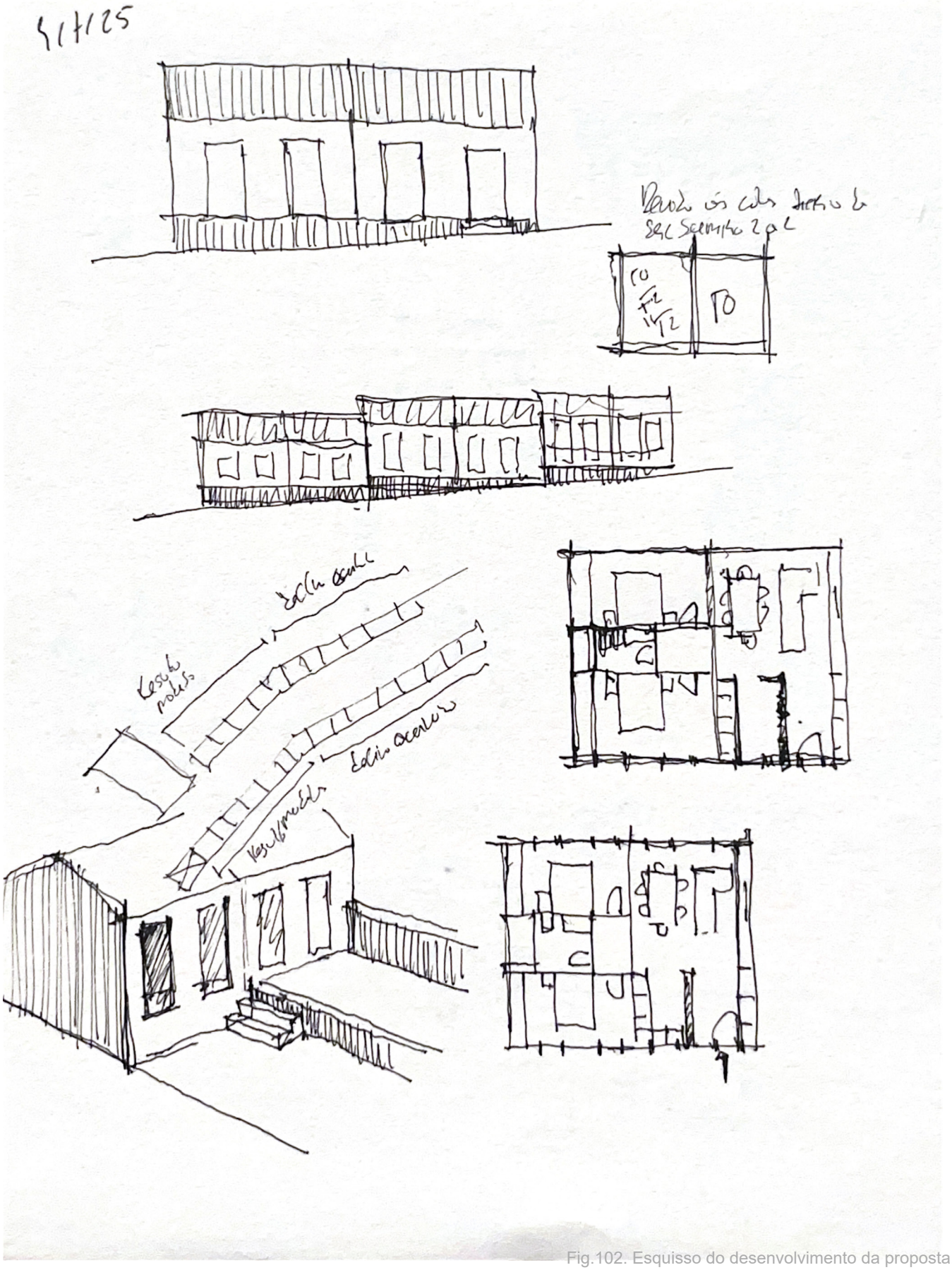


Fig.102. Esquisso do desenvolvimento da proposta.PF

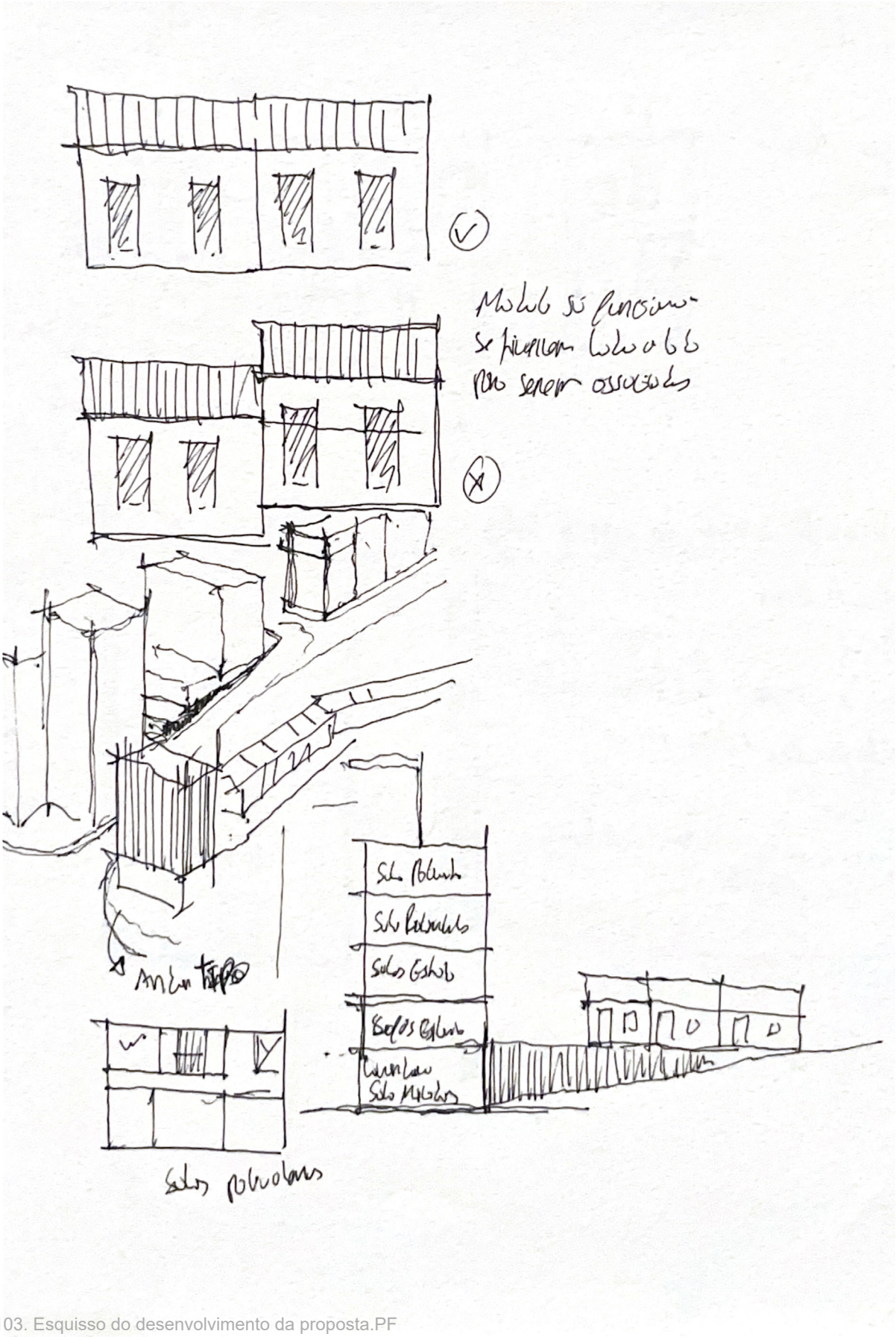


Fig.103. Esquisso do desenvolvimento da proposta.PF

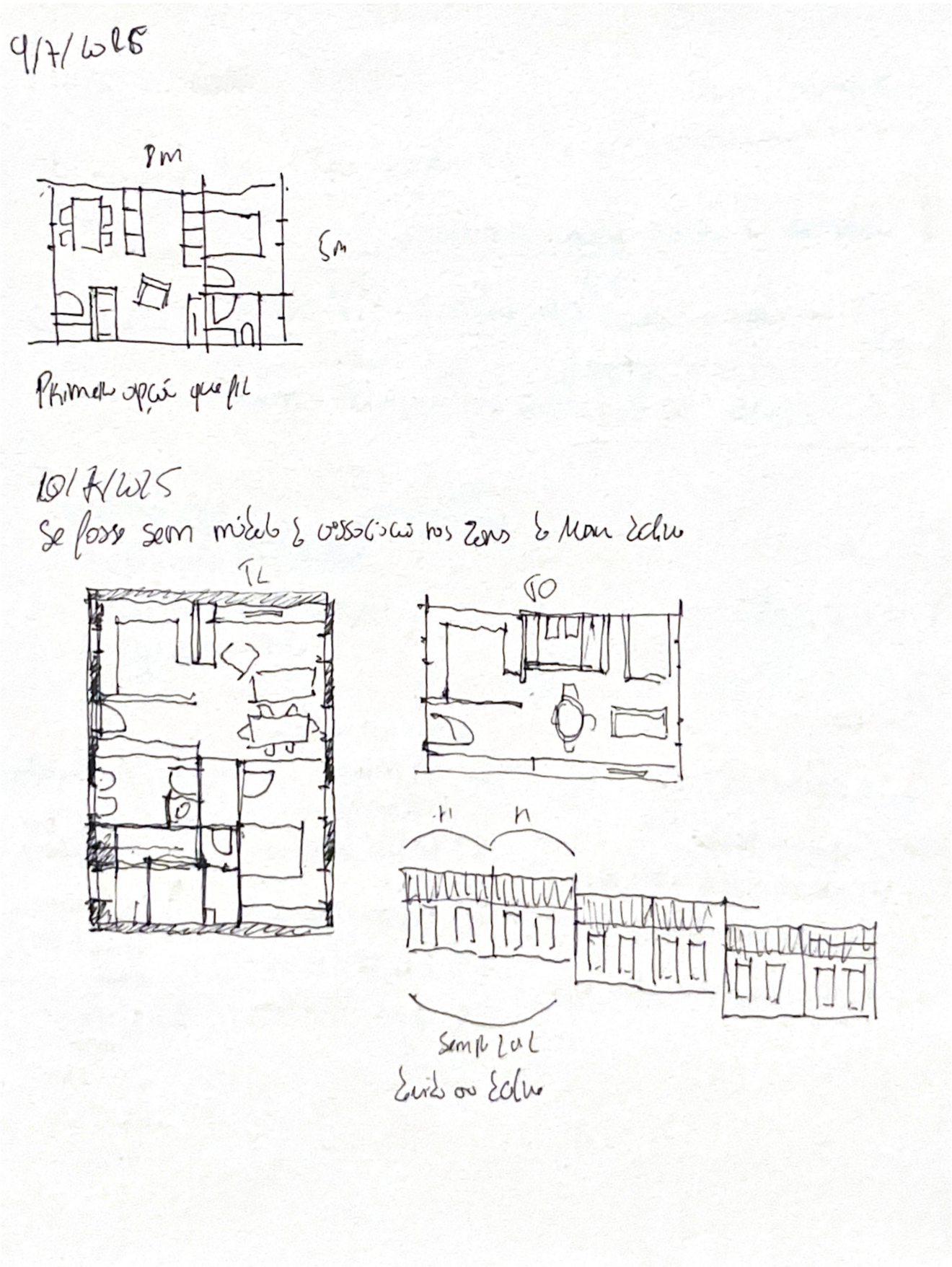


Fig.104. Esquisso do desenvolvimento da proposta.PF

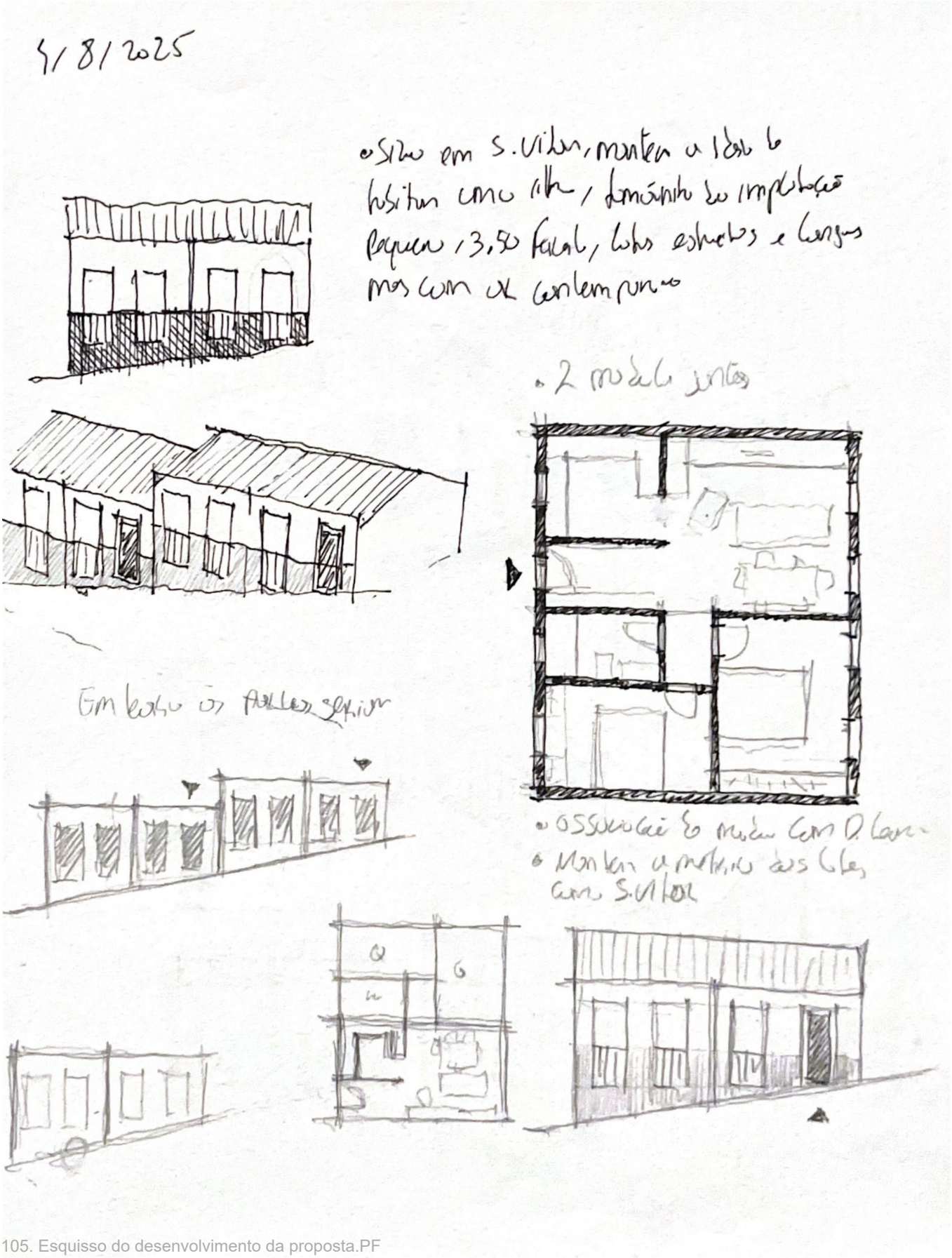


Fig.105. Esquisso do desenvolvimento da proposta.PF

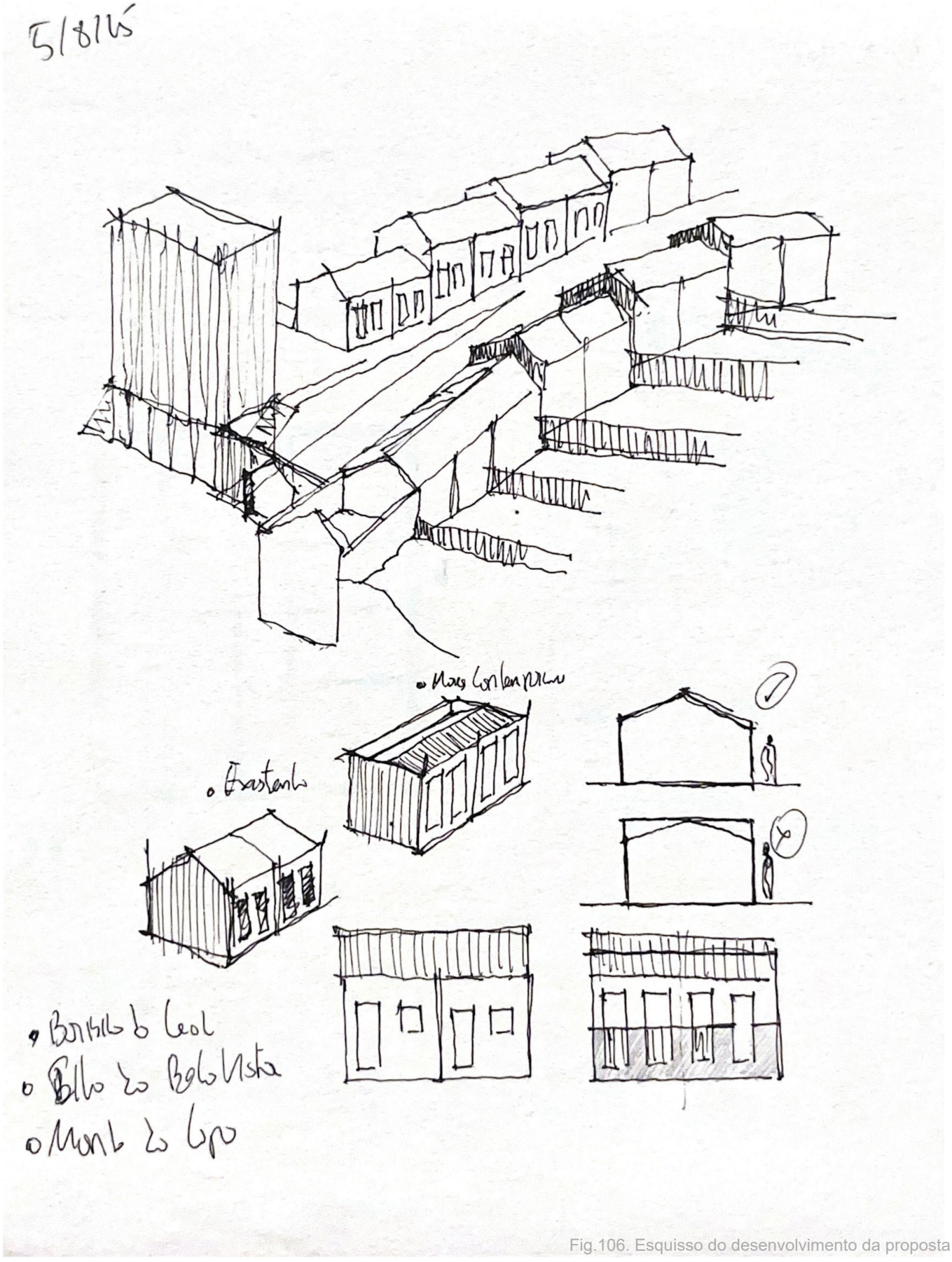


Fig.106. Esquisso do desenvolvimento da proposta.PF

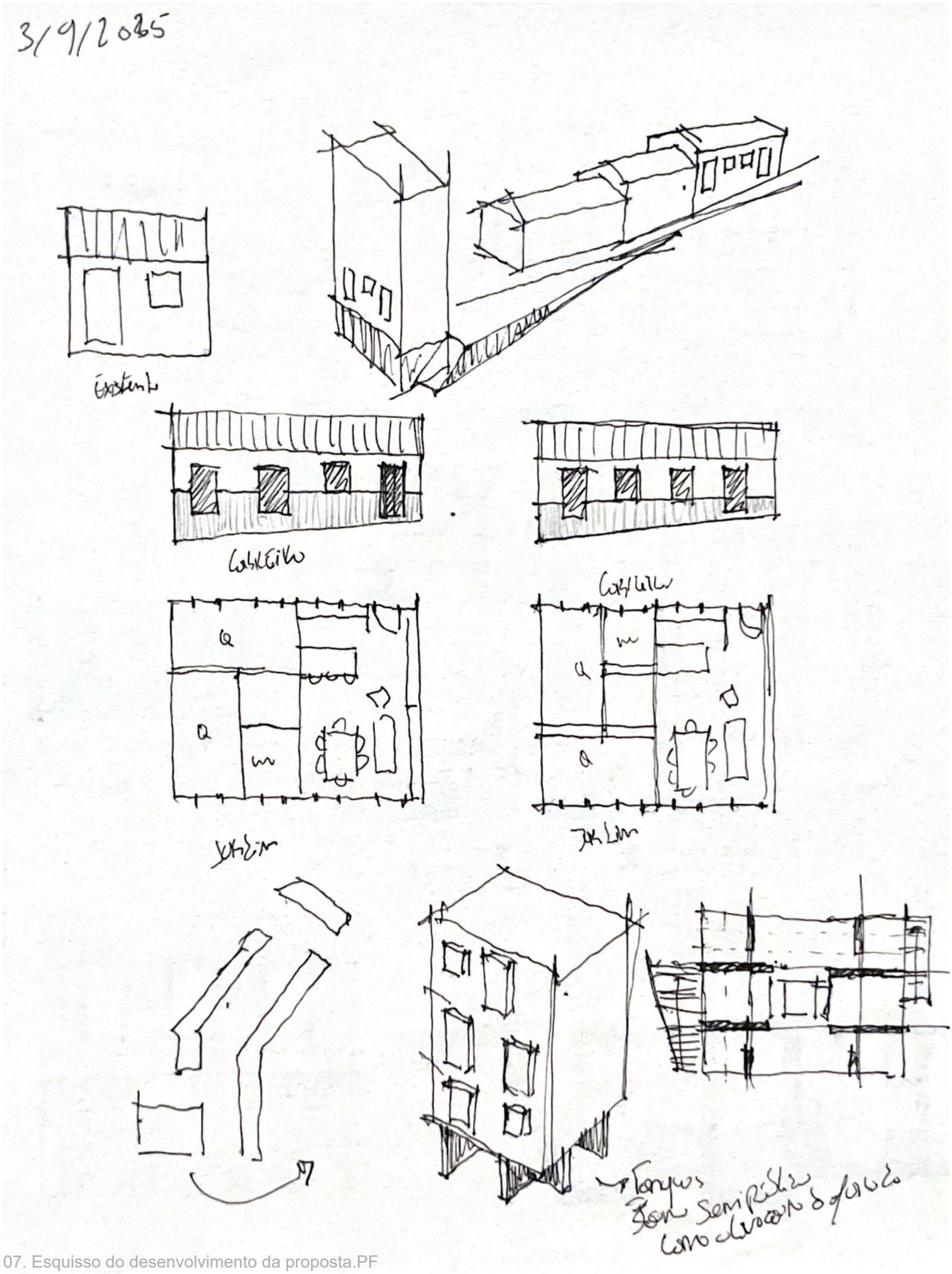


Fig.107. Esquisso do desenvolvimento da proposta.PF

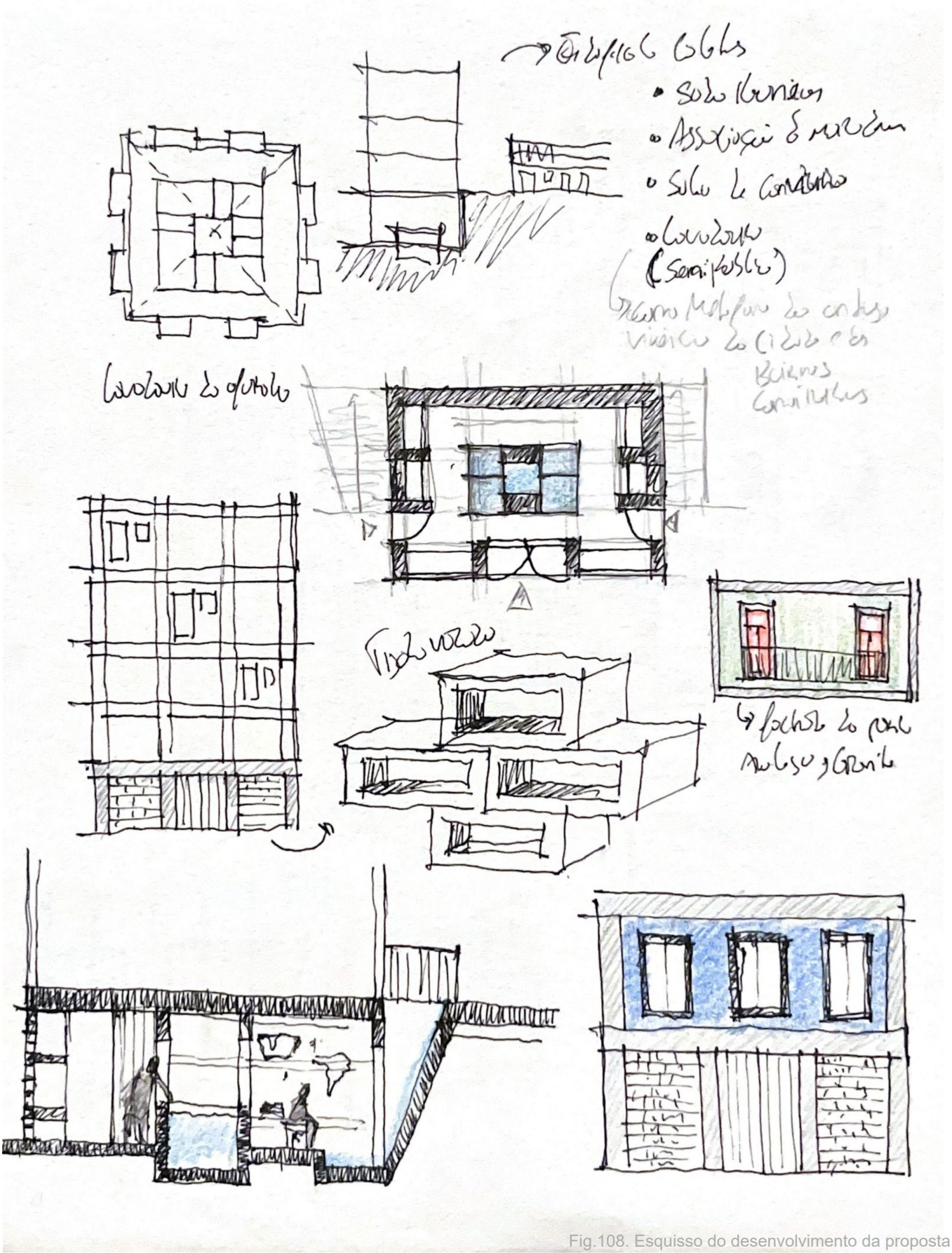


Fig.108. Esquisso do desenvolvimento da proposta.PF

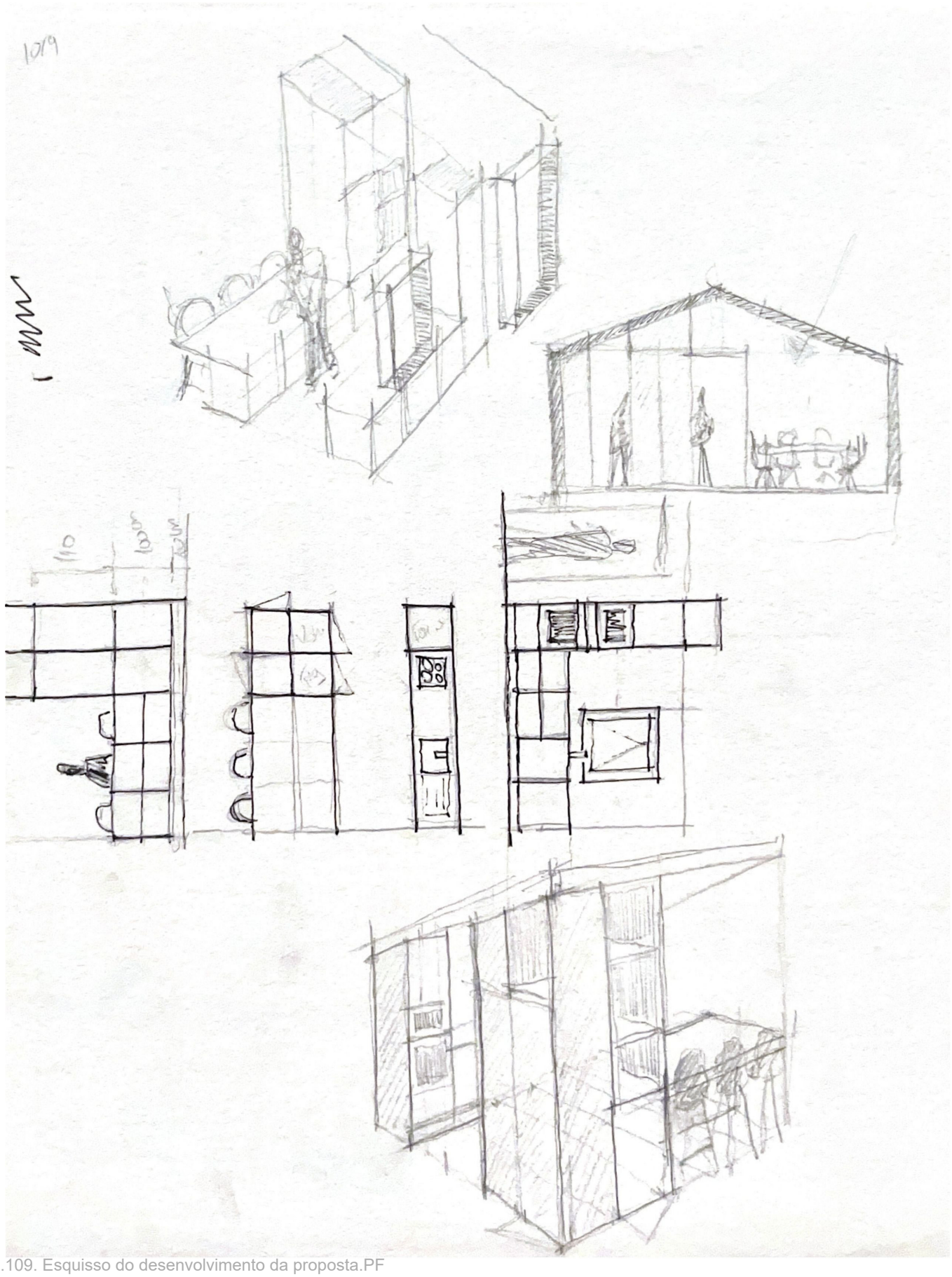


Fig.109. Esquisso do desenvolvimento da proposta.PF

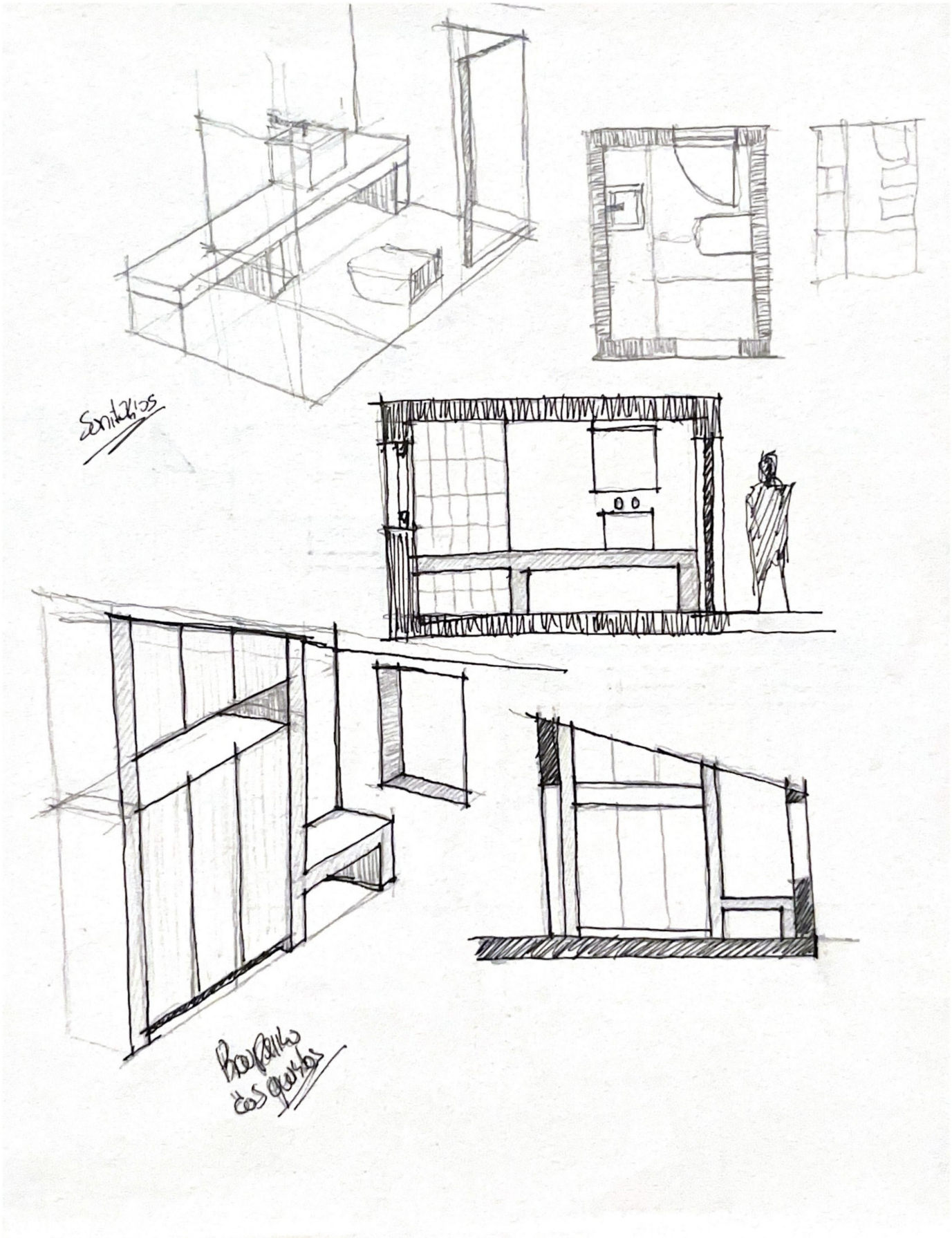


Fig.110. Esquisso do desenvolvimento da proposta.PF

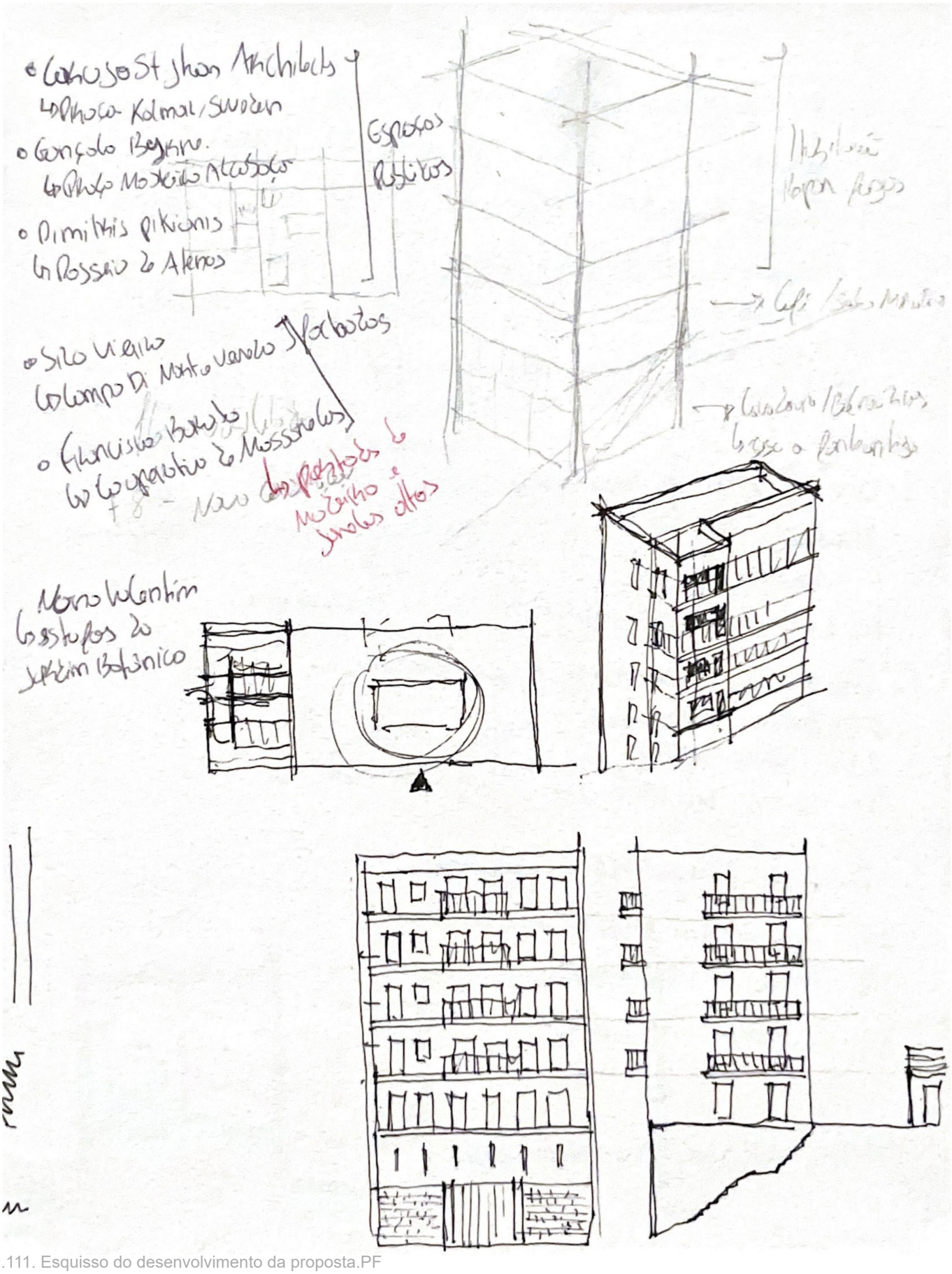


Fig.111. Esquisso do desenvolvimento da proposta.PF

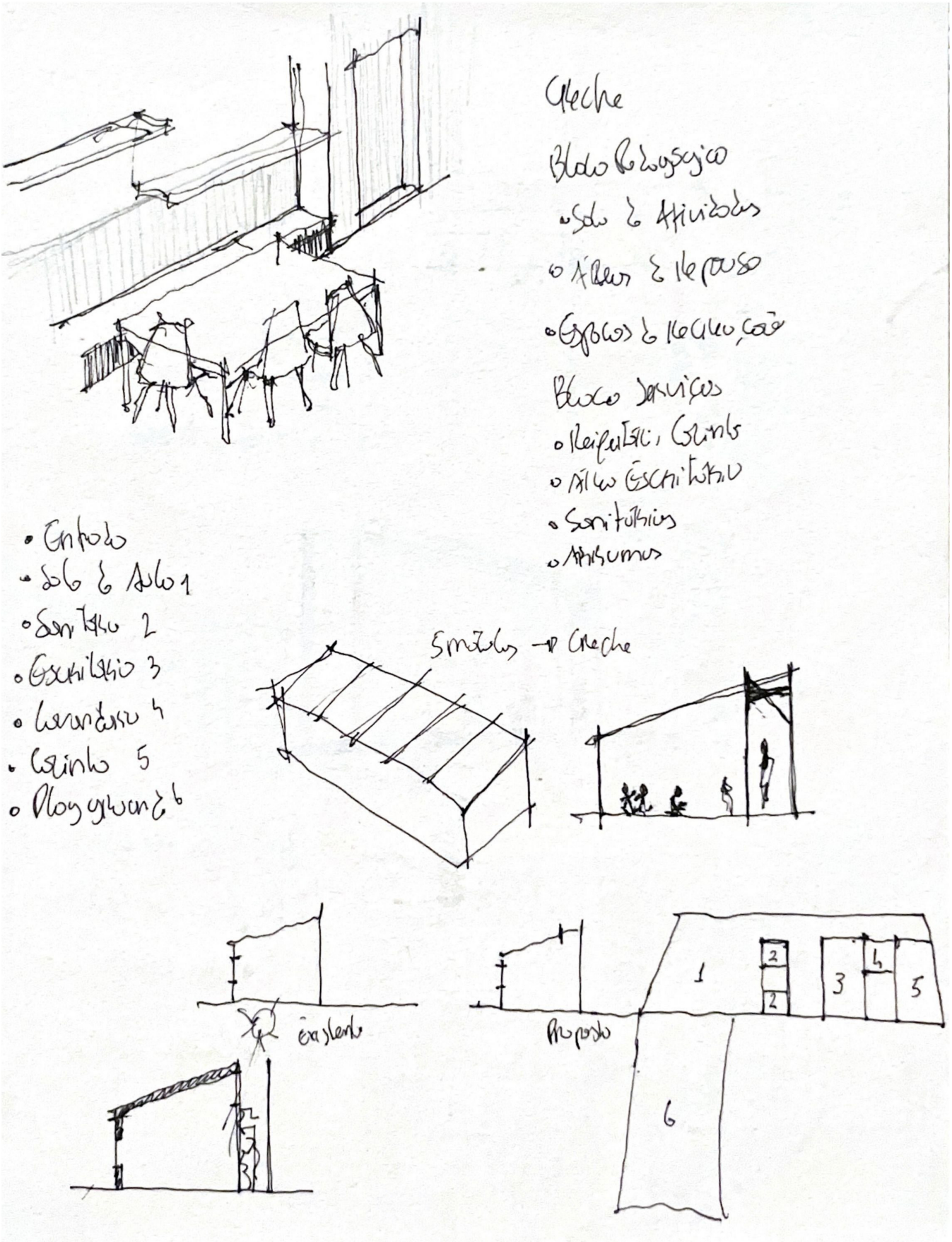


Fig.112. Esquisso do desenvolvimento da proposta.PF

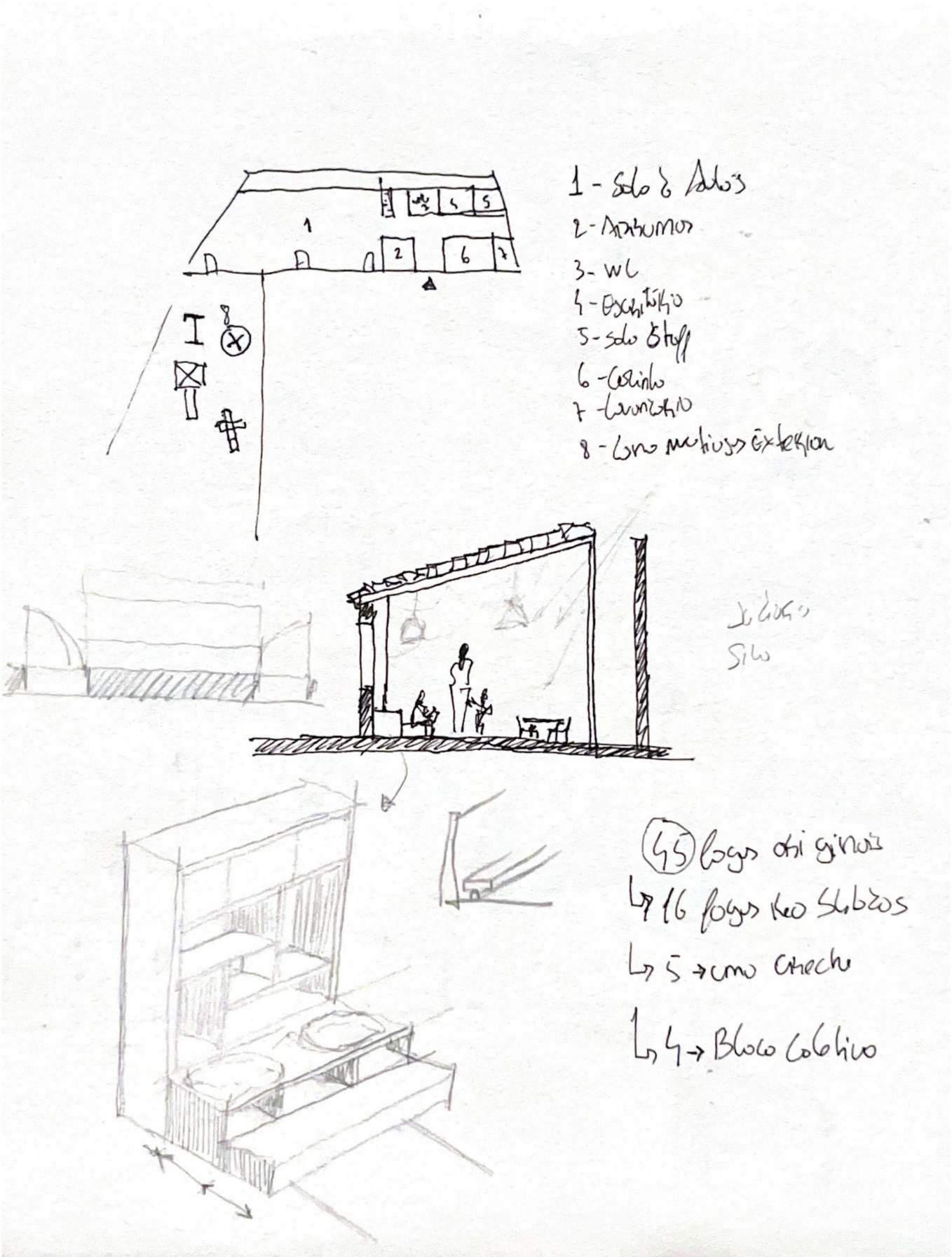


Fig.113. Esquisso do desenvolvimento da proposta.PF

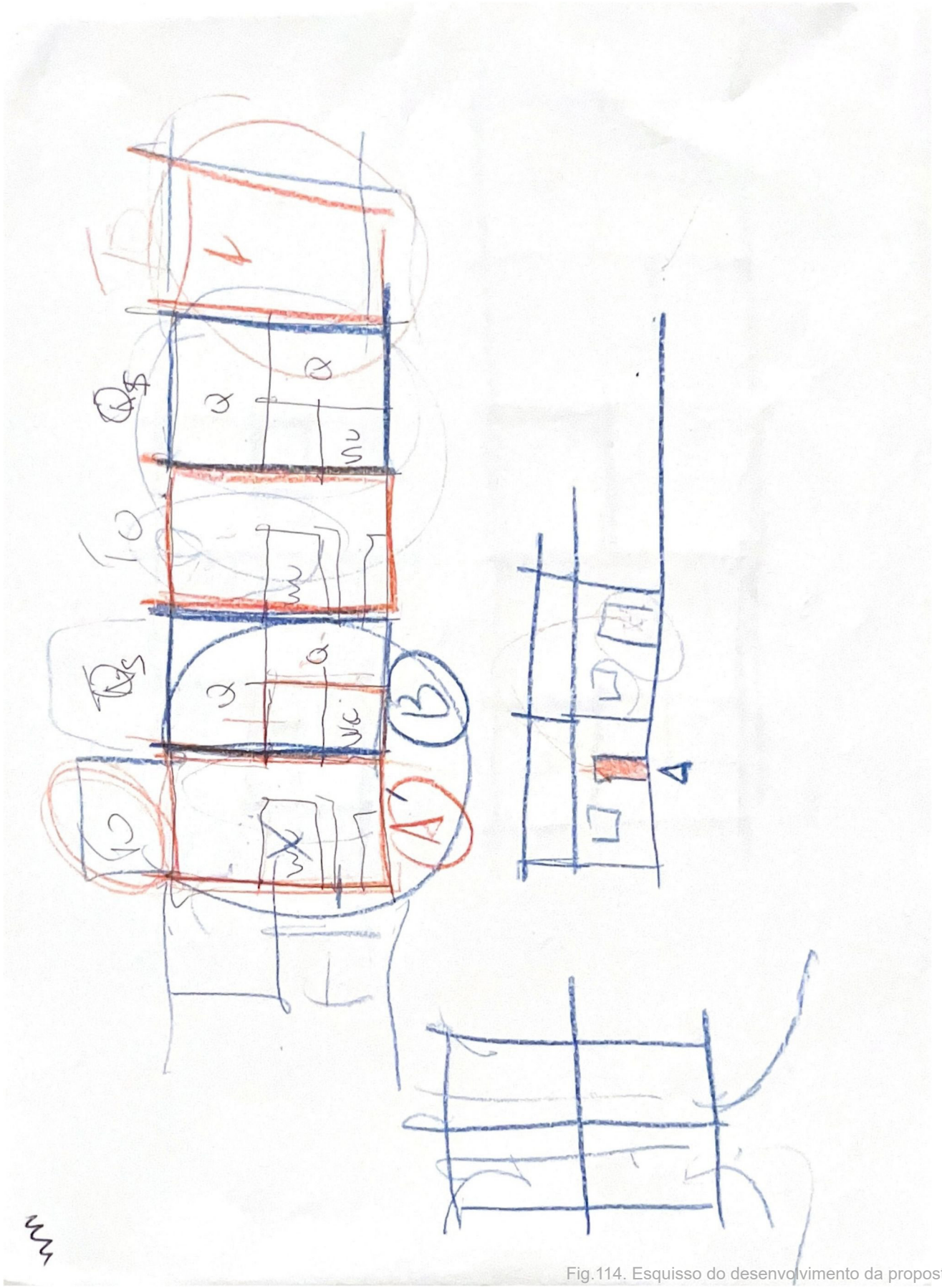


Fig.114. Esquisso do desenvolvimento da proposta.PF

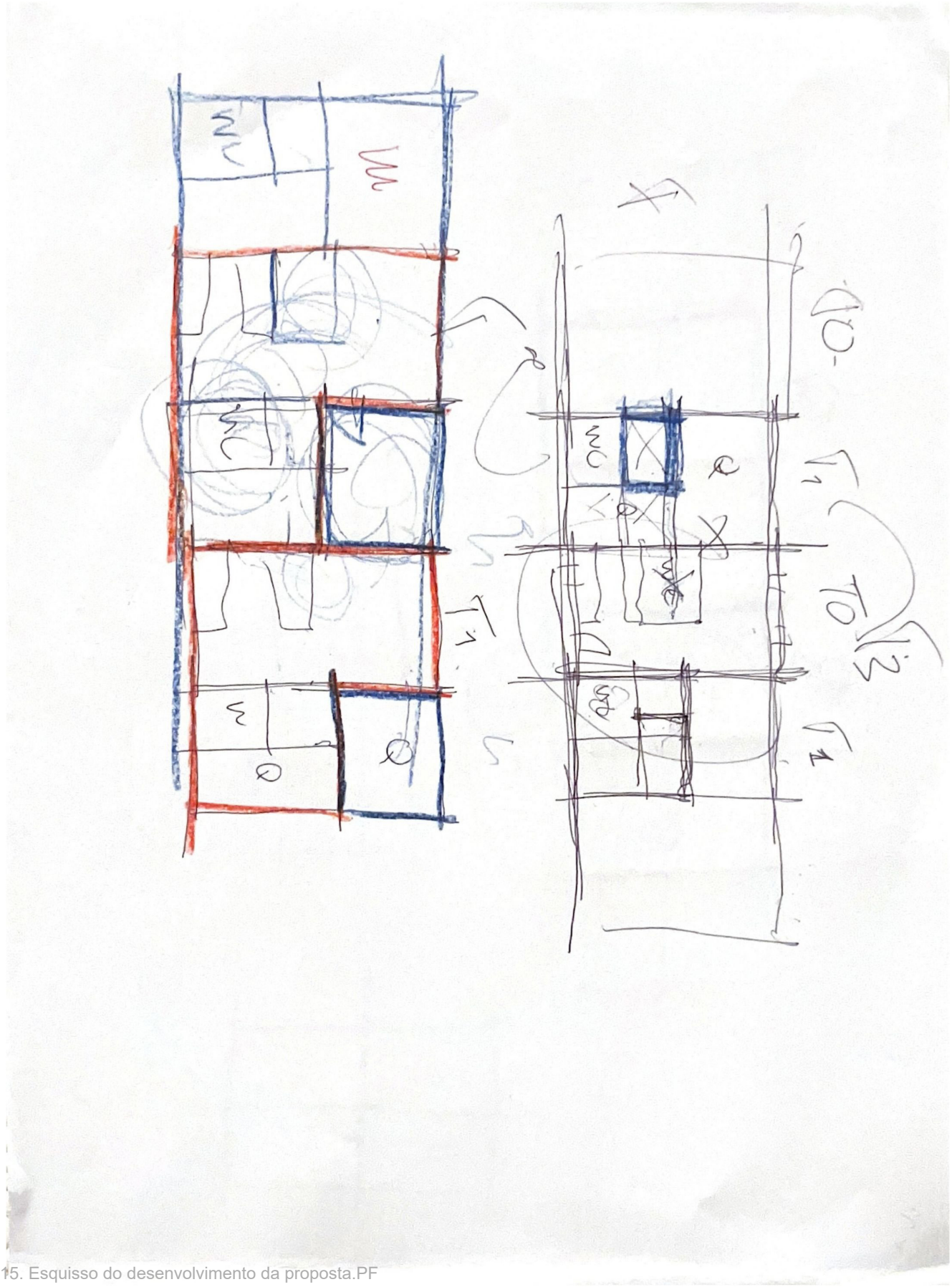


Fig.115. Esquisso do desenvolvimento da proposta.PF

Esquissos de análise de casos de estudo

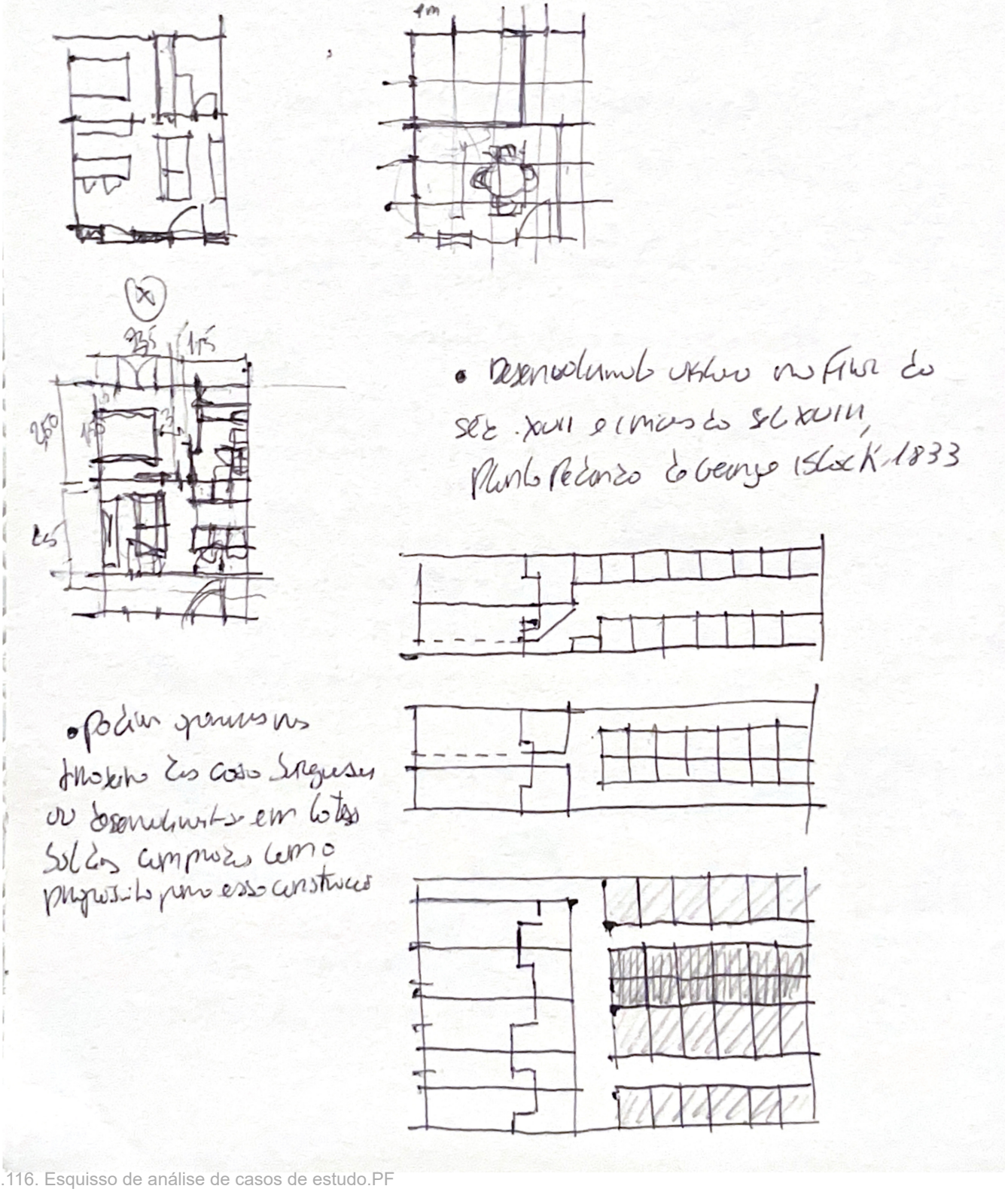


Fig.116. Esquisso de análise de casos de estudo.PF

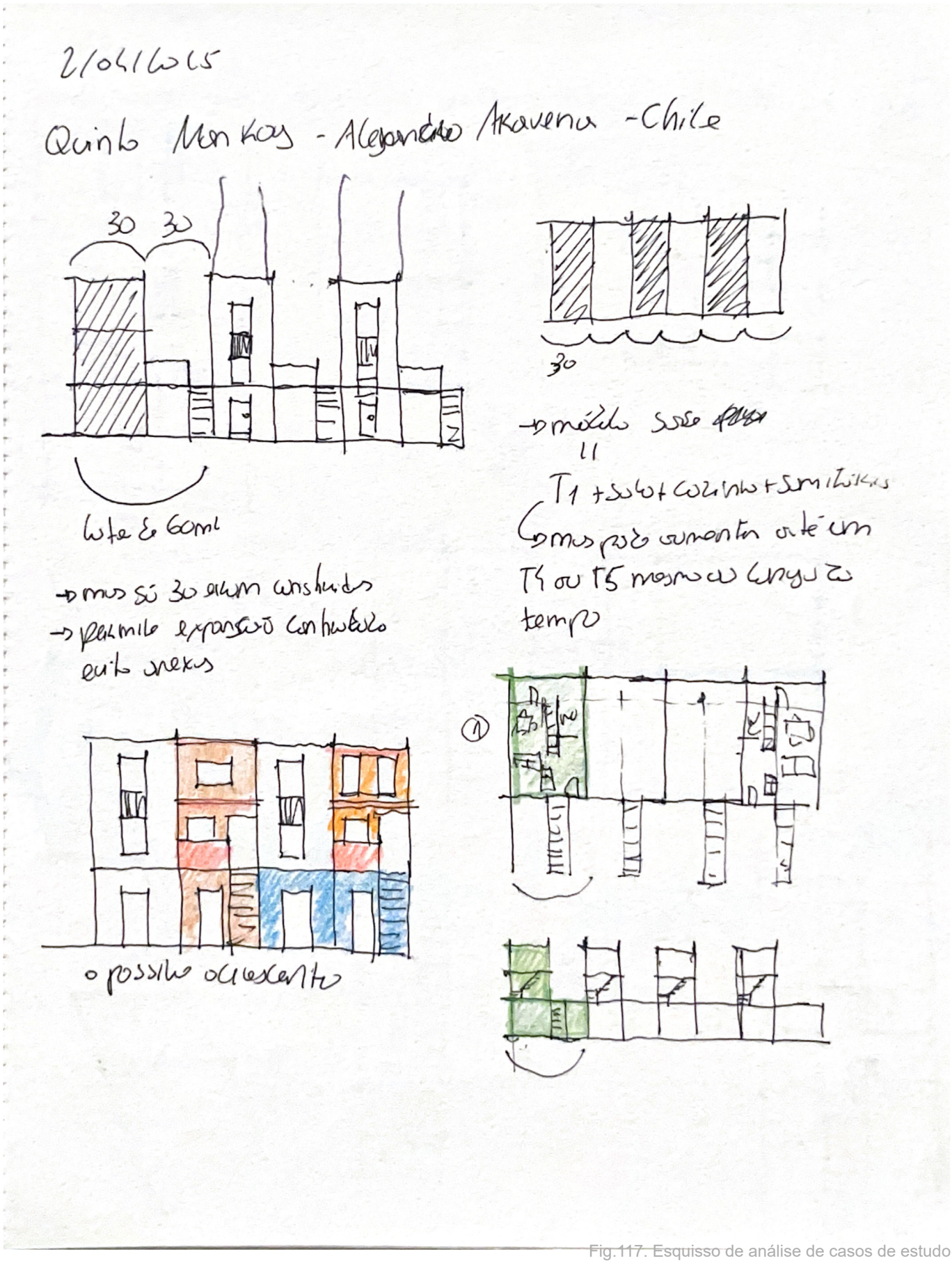


Fig.117. Esquisso de análise de casos de estudo.PF

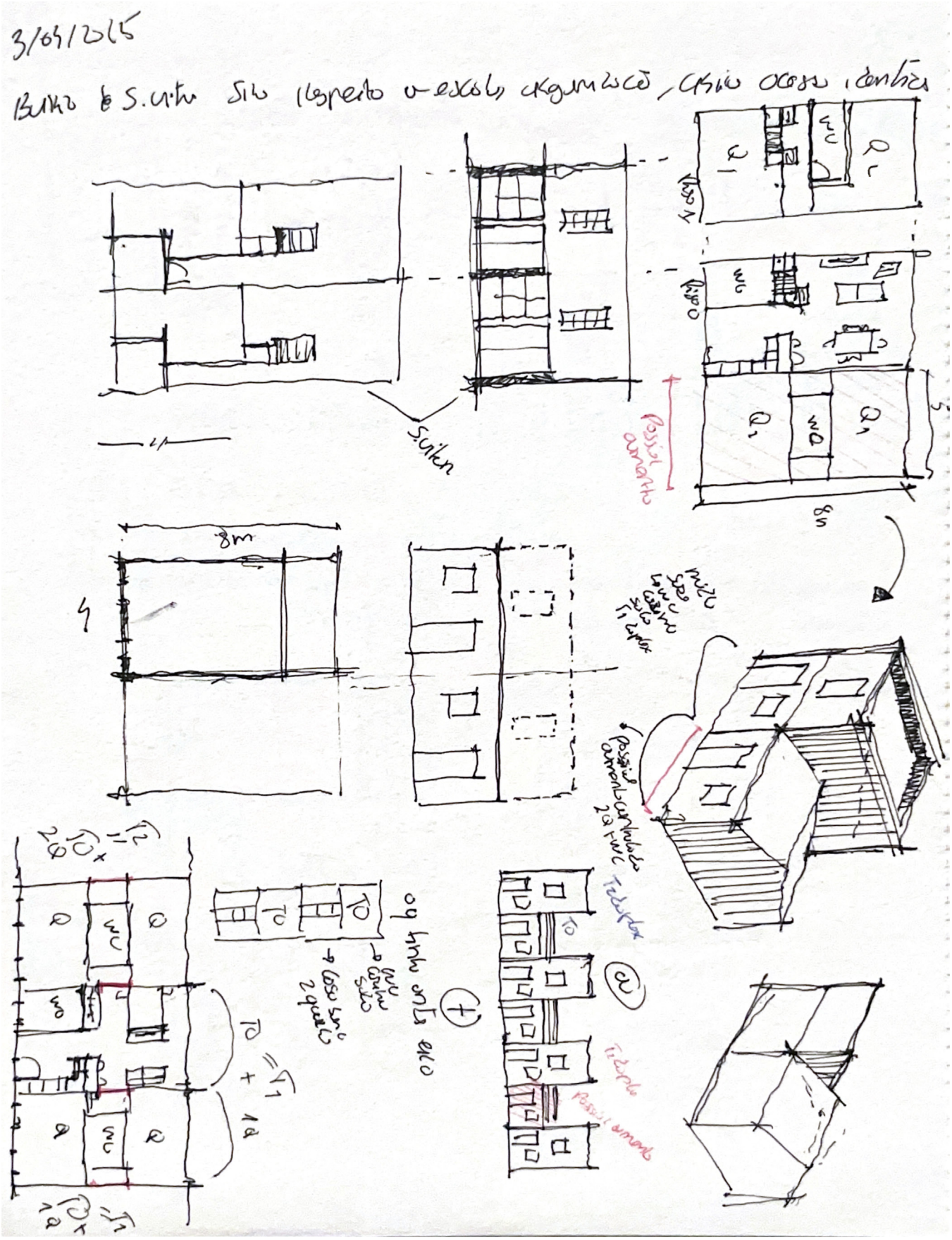


Fig.118. Esquisso de análise de casos de estudo.PF

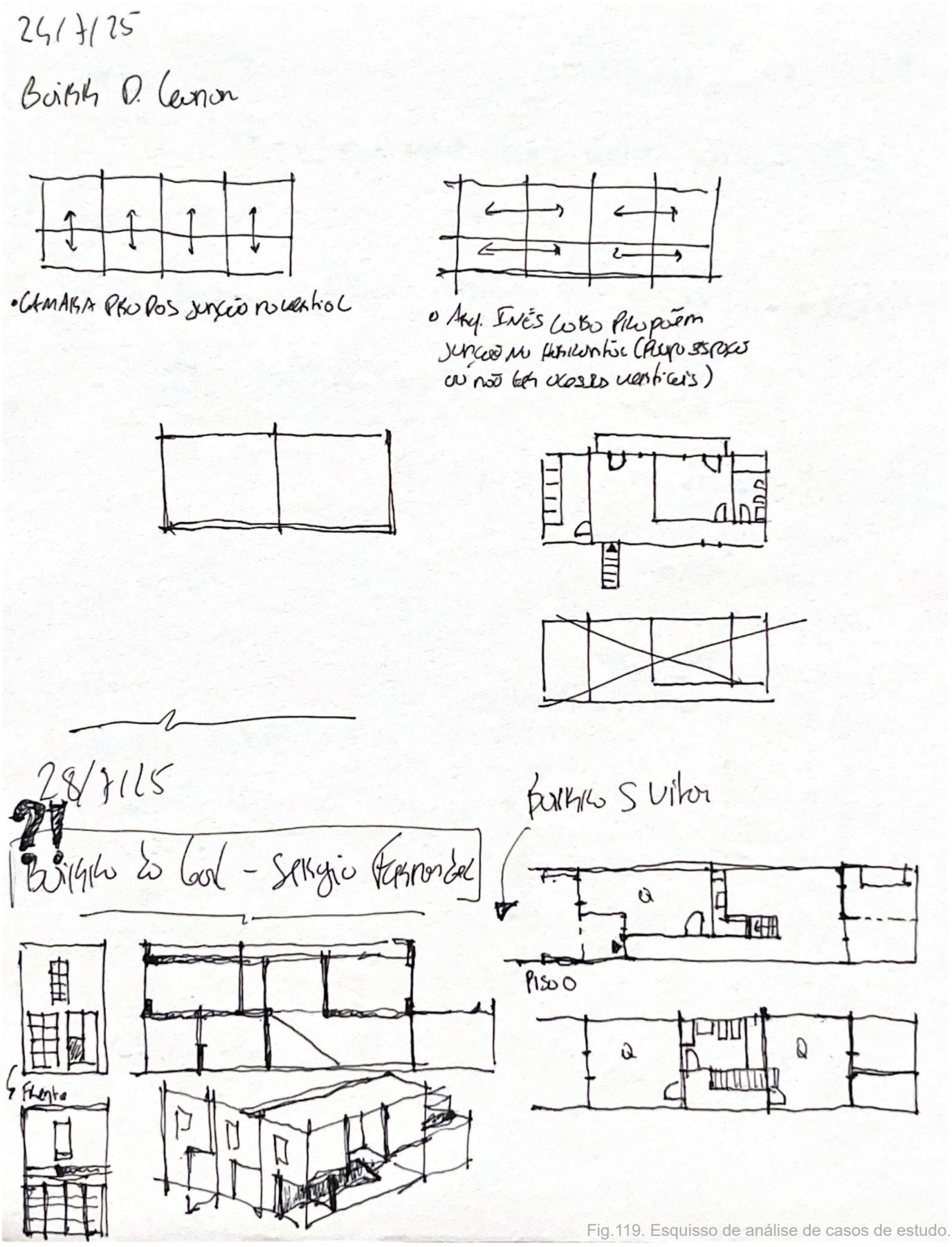


Fig.119. Esquisso de análise de casos de estudo.PF

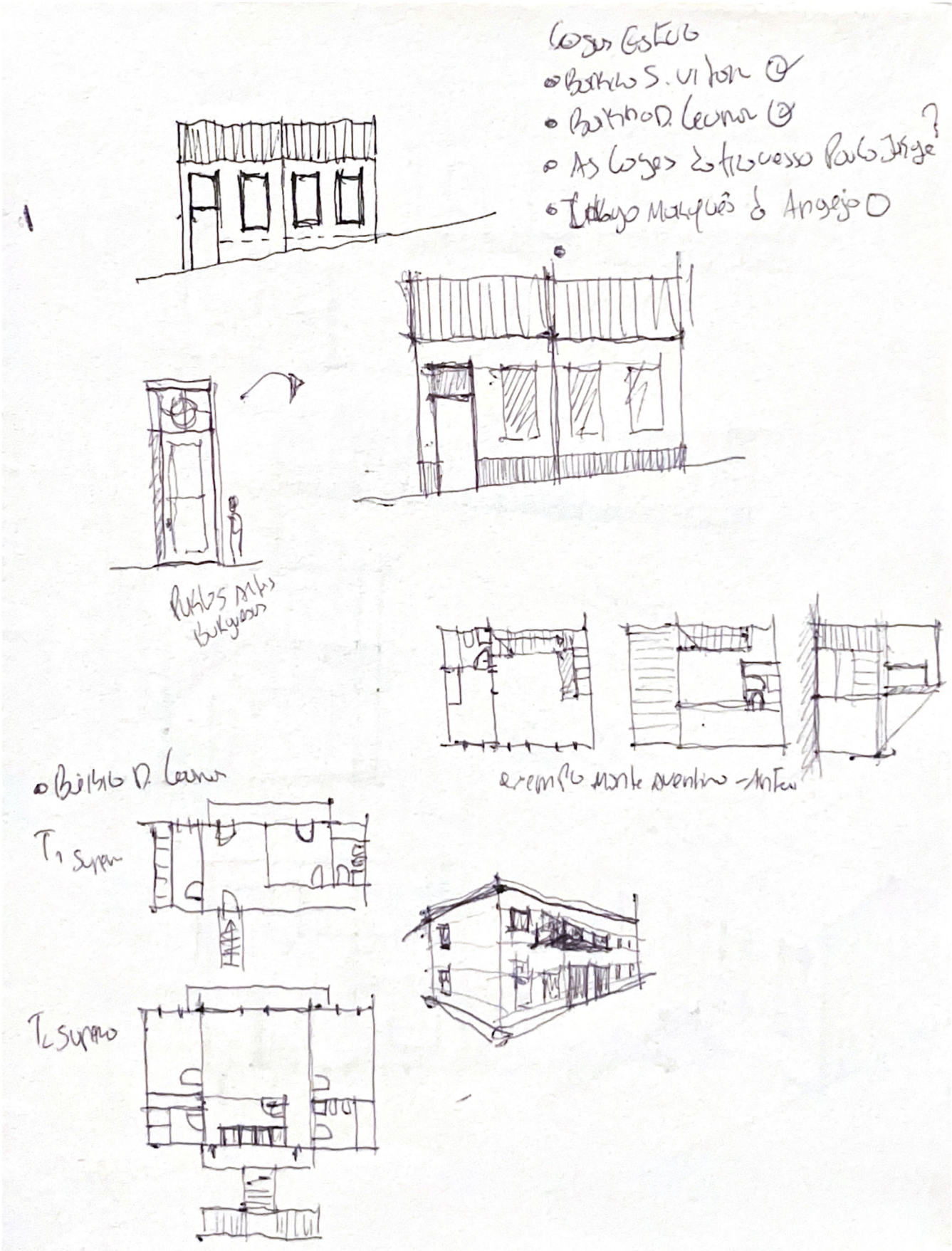


Fig.120. Esquisso de análise de casos de estudo.PF

FONTES E REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA

- C. TEIXEIRA, Manuel - Habitação Popular na Cidade Oitocentista: As Ilhas do Porto. Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica. ISBN 972-31-0700-7

- FERREIRA, Nuno. Etapas de consolidação da paisagem urbana do Porto contemporâneo: Da programação dos Almadas ao Plano de 1952.

- FERNANDES, Francisco Barata. Transformação e Permanência na Habitação Portuense – as formas da casa na forma da cidade. Porto: FAUP Publicações, 1999.

- MARTINS PEREIRA, Gaspar. As Ilhas No Percurso Das Famílias Trabalhadoras Do Porto Em Finais Do Século XIX. 2013

- VAREA ORO, Aitor. Ilhas do Porto: reabilitar para incluir. Município do Porto Vivo, SRU, Gráfica Maiadouro, S.A., 1ª edição, maio de 2022. ISBN 978-989-5331-5-4

- AAVV. Álvaro Siza Vieira, Cidade participada: arquitectura e democracia: S. Víctor. Coord. Ana Alves Costa, Ana Catarina Costa, Sergio Fernandez, Lisboa, 2019

ARTIGOS

- MONTEIRO, Lucília. Bairristas, com muito gosto! Germano Silva e a união do bairro na desgraça; Jornal Visão, 21/03/2016

- FRANCISCA GOMES, Ana. “Pressionaram moradores a sair, mas futuro do Bairro do Cruzinho no Porto continua por decidir.” Porto Canal, 22/04/2024

- CONCEIÇÃO, Américo e GOMES, Simão. “16. Bairros Socias e Operários”, 27/05/2017

- CORREIA PINTO, Mariana - No risco de demolição do bairro do Germano cabem as angústias de uma cidade. Público 2 de Novembro de 2017

- CARVALHO, Patrícia - Rui Moreira disposto a “avaliar a possibilidade” de Comprar o bairro operário do Cruzinho. Público 31 de Outubro de 2017

- VISÃO. Siza Vieira e as cidades inacabadas. Jornal de Letras / Visão, 4 dez. 2019.

- SILVA, Bárbara. “Ilha da Bela Vista: Passado e Futuro”, Jornal Universitário do Porto, 06/03/2014

- MATOS RODRIGUES, Fernando. “ILHA DA BELA VISTA - Um Programa, um Projecto de Habitação Básica Participada”, 10/06/2014

- SANTOS, Ana Carolina, “Dimensões mínimas para uma casa confortável: O que diz a lei”

TRABALHOS ACADÉMICOS

- SANTOS, Pedro Manuel. A habitação Popular Oitocentista na Cidade Contemporânea, O caso Portuense – Estratégias de Intervenção Para a Sua Requalificação. 2020

- GOMES ALMEIDA, Beatriz. Ilhas Do Lado De Lá Da Rua: Reflexões sobre a Habitação Popular e Social e a sua Integração na Cidade do Porto. Porto, 2015

- LIMA, Ana. Habitação mínima e apropriação do espaço: O bairro Rainha D. Leonor. Porto, 2012

- COSTA, Ana Catarina. O campo da arquitectura na construção da cidade democrática: Processo SAAL/Porto. Porto, 2022

DOCUMENTOS TÈCNICOS

- Nuno Portas, Funções e exigências de áreas de habitação, Lisboa: LNEC, 1969

- Regulamento Geral das Edificações Urbanas - RGEU

WEBGRAFIA

- Inês Lobo, Arquitetos, Rainha D. Leonor” Social Housing Quarter” Porto, PT. 2005-2013. https://www.ilobo.pt/

- Cerejeira Fontes Architects, Belavista HOUSING PORTO, PORTUGAL, Porto, 2018. https://cfaarch.com/

ÍNDICE DE IMAGENS

Fig.00 – Fotografia do estadu atual do Cruzinho, e de como o conjunto se apresenta para a cidade. PF.novembro.2025
Fig.01 – Gravura de Manuel da Silva Godinho e desenho de Teodoro de Sousa Maldonado, vista de Vila Nova de Gaia, Porto 1789. Em depósito no arquivo do Museu Nacional Soares dos Reis.
Fig.02 – Gravura do antigo porto fluvial na Ribeira, de Joaquim Manuel das Neves. Em depósito no arquivo do Museu Nacional Soares dos Reis.
Fig.03 – Planta da cidade do Porto, de Frederico Perry Vidal, Lisboa 1844. Em depósito no arquivo do Museu Nacional Soares dos Reis.
Fig.04 – Detalhe da planta Redonda de George Black, 1813. Em depósito no Arquivo Histórico Municipal do Porto.
Fig.05 – Fotografias de ilhas do Porto em 1970. Retiradas do artigo, “The social rise of a housing intervention: Álvaro Siza project for Bouça neighbourhood”, April 2018, de Clara Pimenta do Vale
Fig.06 – Planta da cidade do Porto. Em depósito no Arquivo Histórico Municipal do Porto.
Fig.07 – Fotografia de uma ilha do Porto. Retirada do livro “ILHAS DO PORTO – LEVANTAMNETO E CARACTERIZAÇÃO”, de Isabel Breda Vázquez
Fig.08 – Mapa das “ilhas” da cidade do Porto. Retirado do livro “Ilhas do Porto: reabilitar para incluir.”, de Aitor Varea Oro
Fig.09 – Planta e fotografia das primeiras casas “back-to-back”/costas-com-costas, propostas e construídas em Leeds, Inglaterra. Reteradas do artigo “Back-to-Back Houses and their Communities”, de Leeds Libraries , Maio 22, 2017
Fig.10 – Célula habitacional tipo, numa “ilha”. Esquema desenvolvido a partir do texto; As Ilhas No Percurso Das Famílias Trabalhadoras Do Porto Em Finais Do Século XIX, de Gaspar Martins Pereira. PF.setembro.2025
Fig.11 – Exemplos de tipo de “Ilhas”. Esquema redesenhado a partir do desenho original de “Habitação popular na cidade oitocentista”. PF.setembro.2025
Fig.12 – “Ilha” na rua de São Víctor. Fotografia retirado do livro “Ilhas do Porto: reabilitar para incluir.”, de Aitor Varea Oro
Fig.13 – “Ilha” no início do século XX. Fotografia retirada do artigo, “Porto tem quase MIL “Ilhas” e CAMPANHÃ é a CAPITAL do “arquipélago”, Maio 1, 2015, do ETC.eTAL jornal
Fig.14 – “Ilha”, em 1899. Fotografia retirada do artigo, “16. Bairros Sociais e Operários”, 2019/2020, de Américo Conceição e Simão Gomes

Fig.15 – Ortofotografia da cidade do Porto. Google Earth
Fig.16 – Fotografia de vestígios da base da cruz. Em depósito no Arquivo Histórico Municipal do Porto.
Fig.17 – Fotografia aérea n.º 259 do levantamento da cidade do Porto, 1939. Em depósito no Arquivo Histórico Municipal do Porto.
Fig.18 – Fotografia da “Ilha” do Cruzinho. Retirada do artigo, “No risco de demolição do bairro do Germano cabem as angústias de uma cidade”, 02/11/2017, de Mariana Correia Pinto, Jornal Público.

Fig.19 – Fotografia da “Ilha” do Cruzinho. Retirada do artigo, “No risco de demolição do bairro do Germano cabem as angústias de uma cidade”, 02/11/2017, de Mariana Correia Pinto, Jornal Público.
Fig.20 – Fotografia da “Ilha” do Cruzinho. Retirada do artigo, “Rui Moreira disposto a avaliar a possibilidade de comprar o bairro operário do Cruzinho”, 31/10/2017, de Patrícia Carvalho, Jornal Público.
Fig.21 – Fotografia aérea do Bairro do Cruzinho. Google Earth
Fig.22 – Fotografia do Bairro Rainha D. Leonor. Em depósito no Arquivo Histórico Municipal do Porto.
Fig.23 – Fotografia do Bairro Rainha D. Leonor. “Agrupamento Habitacional da Rainha D. Leonor”, Porto Domus Social.
Fig.24 – Alçado das habitações do Bairro Rainha D. Leonor. “BAIRRO DE CASAS PARA FAMÍLIAS POBRES RAINHA D. LEONOR”. Porto, 2020
Fig.25 – Fotografia do Bairro Rainha D. Leonor, visto do Rio Douro. “Câmara do Porto espera que novo bairro Rainha D. Leonor esteja pronto nos próximos meses”. Diário de Notícias, Lusa. 23 de outubro de 2018.
Fig.26 – Fotografia do Bairro Rainha D. Leonor. Inês Lobo, Arquitetos
Fig.27 – Planta de implantação do Bairro Rainha D. Leonor. LIMA, Ana. “Habitação mínima e apropriação do espaço: O bairro Rainha D. Leonor”, Porto, 2012
Fig.28 – Plantas das diferentes tipologias de habitações do Bairro Rainha D. Leonor. LIMA, Ana. “Habitação mínima e apropriação do espaço: O bairro Rainha D. Leonor”, Porto, 2012
Fig.29 – Esquema da dinâmica e interação espacial no interior das habitações. LIMA, Ana. “Habitação mínima e apropriação do espaço: O bairro Rainha D. Leonor”, Porto, 2012
Fig.30 – Fotografia do Bairro Rainha D. Leonor. Inês Lobo, Arquitetos
Fig.31 – Fotografia do Bairro Rainha D. Leonor. Inês Lobo, Arquitetos
Fig.32 – Fotografia do Bairro Rainha D. Leonor. Inês Lobo, Arquitetos
Fig.33 – Fotografia de uma “Ilha” na rua de São Víctor. Em depósito no Arquivo Histórico Municipal do Porto.
Fig.34 – Fotografia de “Ilhas” na rua de São Víctor. Em depósito no Arquivo Histórico Municipal do Porto.
Fig.35 – Planta da proposta de intervenção no bairro de S. Víctor. AAVV, Álvaro Siza Vieira, Cidade participada: arquitectura e democracia: S. Victor, coord. Ana Alves Costa, Ana Catarina Costa, Sergio Fernandez, Lisboa, 2019
Fig.36 – Fotografia do Bairro de São Víctor. Imagem de MOMA archives.
Fig.37 – Esquisso de uma ilha a atravessar o quarteirão entre a Praça da Alegria e a Rua de S. Victor. Álvaro Siza Archive
Fig.38 – Fotografia do Bairro de São Víctor. Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra.
Fig.39 – Plantas e alçados do bloco A1 do Conjunto Habitacional Social SAAL S. Victor, Porto, Portugal. Imagem de MOMA archives.
Fig.40 – Fotografia do Bairro de São Víctor. André Cepeda, Álvaro Siza Archive.
Fig.41 – Fotografia da escada interior do fogo localizado no piso inferior do Bloco A1. Arquivo Alexandre Alves Costa

Fig.42 – Fotografia do Bairro de São Víctor. Off Houses - tumblr_npoofgBz7N1twh-q1io1_1280
Fig.43 – Fotografia da “ilha” da Bela Vista. CARVALHO, Patrícia. “Nova fase de obras na “ilha” da Bela Vista já está a concurso”, Público 17.dezembro.2015.
Fig.44 – Excerto da planta de Telles Ferreira de 1892. COSTA, Ana Catarina. O campo da arquitectura na construção da cidade democrática: Processo SAAL/Porto. Porto, 2022
Fig.45 – Alçados da Ilha da Bela Vista. COSTA, Ana Catarina. O campo da arquitectura na construção da cidade democrática: Processo SAAL/Porto. Porto, 2022
Fig.46 – Planta da “ilha” da Bela Vista. COSTA, Ana Catarina. O campo da arquitectura na construção da cidade democrática: Processo SAAL/Porto. Porto, 2022
Fig.47 – Perfis da proposta elaborada para a operação SAAL da Bela Vista, julho 1975. COSTA, Ana Catarina. O campo da arquitectura na construção da cidade democrática: Processo SAAL/Porto. Porto, 2022
Fig.48 – Perfis de levantamento da ilha da Bela Vista, julho 1975. COSTA, Ana Catarina. O campo da arquitectura na construção da cidade democrática: Processo SAAL/Porto. Porto, 2022
Fig.49 – Fotografia da “ilha” da Bela Vista, durante as obras de requalificação. SILVA, Filipa. “Na ilha da Bela Vista queriam-se casas maiores, mas agradecem-se as obras”. Jornal Universitário do Porto, 25.agosto.2016.
Fig.50 – Fotografia da “ilha” da Bela Vista, antes das obras de requalificação. SANTOS, Anabel. “A Festa de Abril é na Universidade do Porto!” Notícias da Universidade do Porto, 19/04/24
Fig.51– Fotografia da “ilha” da Bela Vista. Cerejeira Fontes Architects
Fig.52 – Plantas e perfis das novas tipologias da “ilha” da Bela Vista. Laboratório de habitação básica – https://lahb.pt/
Fig.53 – Planta da Ilha da Bela Vista com as variações tipológicas assinaladas. Laboratório de habitação básica – https://lahb.pt/
Fig.54 – Fotografia dos interiores da “ilha” da Bela Vista. Cerejeira Fontes Architects
Fig.55 – Fotografia dos interiores da “ilha” da Bela Vista. Cerejeira Fontes Architects
Fig.56 – Fotografia da “ilha” da Bela Vista. Cerejeira Fontes Architects
Fig.57 – Fotografia da “ilha” da Bela Vista. Cerejeira Fontes Architects
Fig.58 – Excerto da planta de Telles Ferreira de 1892. Em depósito no Arquivo Histórico Municipal do Porto.
Fig.59 – Ortofotografia da cidade do Porto. Google Earth
Fig.60 – Planta da “ilha” do Cruzinho. PF.agosto.2025
Fig.61 – Alçados da “ilha” do Cruzinho. PF.agosto.2025
Fig.62 – Esquema das possíveis organizações internas das habitações do Cruzinho. PF.setembro.2025
Fig.63 – Axonometria da volumetria existente do conjunto do Cruzinho. PF.novembro.2025
Fig.64 – Fotografia da “ilha” do Cruzinho. Retirada do artigo, “ As ilhas da cidade do Porto”, 23/07/2010, de Francisco Rodrigues

Fig.65 – Decreto-Lei nº 38 382 de 7 de agosto de 1951; Artigo 66º; RGEU.
Fig.66 – Decreto-Lei nº 38 382 de 7 de agosto de 1951; Artigo 67º; RGEU.
Fig.67 – Esquema representativo de uma habitação da "Ilha" do Cruzinho. PF.agosto.2025
Fig.68 – Esquema de ventilação e iluminação natural do Cruzinho. PF.setembro.2025
Fig.69 – Esquema representativo de uma habitação típica de uma "ilha". PF.setembro.2025
Fig.70 – Planta representativa de uma possível organização interna de uma habitação do Cruzinho. PF.setembro.2025
Fig.71 – Fotografia da "Ilha" do Cruzinho. Retirada do artigo, "Rui Moreira disposto a avaliar a possibilidade de comprar o bairro operário do Cruzinho", 31/10/2017, de Patrícia Carvalho, Jornal Público.
Fig.72 – Axonometria da volumetria proposta para o Cruzinho. PF.novembro.2025
Fig.73 – Plantas da proposta de reabilitação da "Ilha" do Cruzinho. PF.setembro.2025
Fig.74 – Perfis da proposta de reabilitação da "Ilha" do Cruzinho. PF.setembro.2025
Fig.75 – Plantas dos módulos A e B da proposta de reabilitação da "Ilha" do Cruzinho. PF.setembro.2025
Fig.76 – Esquema das portadas desenhadas para o Cruzinho. PF.novembro.2025
Fig.77 – Esquema de diferentes variações tipológicas possíveis. PF.setembro.2025
Fig.78 – Planta e axonometria das habitações de Tipologia Variável. PF.novembro.2025
Fig.79 – Planta e axonometria das habitações T2 reablitadas da "Ilha" do Cruzinho. PF.novembro.2025
Fig.80 – Planta e axonometria do piso 0 do bloco em galeria proposto para a "Ilha" do Cruzinho. PF.novembro.2025
Fig.81 – Planta e axonometria do piso tipo do bloco em galeria proposto para a "Ilha" do Cruzinho. PF.novembro.2025
Fig.82 – Planta de vermelhos e amarelos da proposta de reabilitação da Ilha do Cruzinho. PF.setembro.2025
Fig.83 – Fotografia do acesso ao conjunto do Cruzinho fechado ao público. PF.novembro.2025
Fig.84 – Esquisso de levantamento e análise do Cruzinho. PF
Fig.85 – Esquisso de levantamento e análise do Cruzinho. PF
Fig.86 – Esquisso de levantamento e análise do Cruzinho. PF
Fig.87 – Esquisso do desenvolvimento da proposta. PF
Fig.88 – Esquisso do desenvolvimento da proposta. PF
Fig.89 – Esquisso do desenvolvimento da proposta. PF
Fig.90 – Esquisso do desenvolvimento da proposta. PF
Fig.91 – Esquisso do desenvolvimento da proposta. PF
Fig.92 – Esquisso do desenvolvimento da proposta. PF
Fig.93 – Esquisso do desenvolvimento da proposta. PF.março.2025
Fig.94 – Esquisso do desenvolvimento da proposta. PF.maio.2025
Fig.95 – Esquisso do desenvolvimento da proposta. PF.maio.2025
Fig.96 – Esquisso do desenvolvimento da proposta. PF.maio.2025
Fig.97 – Esquisso do desenvolvimento da proposta. PF.maio.2025

Fig.98 – Esquisso do desenvolvimento da proposta. PF.maio.2025
Fig.99 – Esquisso do desenvolvimento da proposta. PF.maio.2025
Fig.100 – Esquisso do desenvolvimento da proposta. PF.junho.2025
Fig.101 – Esquisso do desenvolvimento da proposta. PF.junho.2025
Fig.102 – Esquisso do desenvolvimento da proposta. PF.julho.2025
Fig.103 – Esquisso do desenvolvimento da proposta. PF.julho.2025
Fig.104 – Esquisso do desenvolvimento da proposta. PF.julho.2025
Fig.105 – Esquisso do desenvolvimento da proposta. PF.agosto.2025
Fig.106 – Esquisso do desenvolvimento da proposta. PF.agosto.2025
Fig.107 – Esquisso do desenvolvimento da proposta. PF.stembro.2025
Fig.108 – Esquisso do desenvolvimento da proposta. PF
Fig.109 – Esquisso do desenvolvimento da proposta. PF.outobro.2025
Fig.110 – Esquisso do desenvolvimento da proposta. PF
Fig.111 – Esquisso do desenvolvimento da proposta. PF
Fig.112 – Esquisso do desenvolvimento da proposta. PF
Fig.113 – Esquisso do desenvolvimento da proposta. PF
Fig.114 – Esquisso do desenvolvimento da proposta. PF
Fig.115 – Esquisso do desenvolvimento da proposta. PF
Fig.116 – Esquisso de análise de casos de estudo. PF
Fig.117 – Esquisso de análise de casos de estudo. PF.abril.2025
Fig.118 – Esquisso de análise de casos de estudo. PF.abril.2025
Fig.119 – Esquisso de análise de casos de estudo. PF.julho.2025
Fig.120 – Esquisso de análise de casos de estudo. PF